



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

RAFAEL LOPES MARINS

**A EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS
ATRAVÉS DE CATEGORIA ESPACIAL INTERMEDIÁRIA ENTRE RURAL E
URBANO**

CAMPINAS
2017

Rafael Lopes Marins

**A EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE CAMPINAS ATRAVÉS DE
CATEGORIA ESPACIAL INTERMEDIÁRIA
ENTRE RURAL E URBANO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Demografia.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO RAFAEL LOPES MARINS E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA.

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and curves, positioned above a horizontal line.

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M339e Marins, Rafael Lopes, 1985-
A expansão urbana da região metropolitana de Campinas através de categoria espacial intermediária entre rural e urbano / Rafael Lopes Marins. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Distribuição espacial da população. 2. Rurbanização. 3. Assentamentos humanos - Zona rural. 4. Solo urbano - Uso. 5. Campinas, Região Metropolitana de (SP) - População. I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The urban expansion of the metropolitan region of Campinas through an intermediate spatial category between rural and urban

Palavras-chave em inglês:

Spatial population distribution

Rurbanization

Human settlements - Rural area

Urban land - Use

Metropolitan Region of Campinas (SP) - Population

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]

Roberto Luiz do Carmo

Laura Machado de Mello Bueno

Data de defesa: 04-10-2017

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 04 de Outubro de 2017 considerou o candidato Rafael Lopes Marins aprovado

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Prof^a. Dr^a. Laura Machado de Mello Bueno

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta do processo de vida acadêmica do aluno.

À Doença de Crohn que me levou ao mestrado

But It Ain't About How Hard You Hit; it's about how hard you can get hit, and keep moving forward. How much you can take, and keep moving forward.

Rocky Balboa in Rocky Balboa

RESUMO

Dentre as novas feições da ocupação urbana, destaca-se aquela que se estende de maneira crescente para as áreas rurais próximas (em geral contíguas) a espaços urbanos, especialmente em contexto de aglomerados urbanos ou regiões metropolitanas. Neste contexto, conclui-se que a divisão em categorias dicotômicas entre o urbano e rural não é suficiente para captar a complexidade dos espaços de assentamentos tampouco as dinâmicas demográficas envolvidas. O presente trabalho disserta no sentido de corroborar a construção de uma nova categoria capaz de captar esta complexidade, que escapa às tradicionais categorias rural/urbano. Tomando como área de estudo a Região Metropolitana de Campinas (RMC), busca-se identificar espacialmente as áreas de transição rural-urbana e qualificá-las através de sua composição sociodemográfica, considerando seus diferenciais a partir das categorias rural/urbano costumeiramente usadas, bem como sua relação com o perímetro urbano ao longo do tempo. Para a análise proposta, fez-se uso da tecnologia de imagens associada ao sistema de rastreamento via satélite, de modo a obter melhor percepção da morfologia urbana e de usufruir da possibilidade de ter um campo de visão ampliado, isto é, de estudos socioespaciais mais detalhados. Isto é possível a partir da análise conjunta dessas imagens com a observação em campo das alterações antrópicas ao longo do tempo. Este procedimento se viabilizou por meio do *Google Earth*, um *software* gratuito e intuitivo que oferece recursos para mapeamento, importação e exportação de dados geográficos e, principalmente, fornece subsídios para a realização de estudos comparativos e análises de informações espaciais entre diferentes regiões e cidades ao longo do tempo, com uma riqueza de detalhes que não seria possível através de livros e atlas. Utilizaram-se para a análise imagens de alta resolução obtidas no *Google Earth*, fornecidas pelo satélite *Landsat* através de um procedimento que envolveu rotinas de processamento digital de imagens de sensoriamento remoto e técnicas de integração e de análise de dados em Sistemas de Informação Geográficas (SIGs). Com o estudo, tratou-se de enfatizar a importância de uma categoria intermediária entre o rural e o urbano para evidenciar e melhor caracterizar o processo de expansão territorial e a diferenciação socioespacial da RM de Campinas no período entre 2000 e 2010. O processo e a dinâmica de distribuição espacial intraurbanos, associados a outros fatores estruturais, conjunturais e históricos de caráter regional que alteraram as relações entre rural e o urbano, levaram à ocupação das áreas de transição rural-urbana, um território heterogêneo e multifuncional. O que se verá na dissertação a seguir é a superação de versões cristalizadas acerca do rural e do urbano a partir da construção de uma categoria de “transição”, bem como a concepção de que estas novas ocupações resultam da ação concomitante de fatores dos mais diversos, tanto no quesito espacial quanto no político e mesmo econômico-social.

Palavras Chave: Distribuição espacial da população; Rurbanização; Expansão intrametropolitana; Região Metropolitana de Campinas

ABSTRACT

Among the new features of the urban occupation, one stands out that extends increasingly to the rural areas (usually contiguous) to urban spaces, especially in the context of urban settlements or metropolitan regions. In this context, it is concluded that the division into dichotomous categories between urban and rural is not enough to capture the complexity of settlement spaces as well as the demographic dynamics involved. This paper aims to corroborate the construction of a new category capable of capturing this complexity, which escapes the traditional rural / urban categories. Taking as a study area the Metropolitan Region of Campinas (MRC), it is sought to identify the rural-urban transition areas and to qualify them through their socio-demographic composition, considering their differentials from the commonly used rural / urban categories, as well as its relation with the urban perimeter over time. For the proposed analysis, the imaging technology associated to the satellite tracking system was used, in order to obtain a better perception of the urban morphology and to enjoy the possibility of having an expanded field of vision of more socio-spatial studies detailed. This is possible from the joint analysis of these images with the observation in the field of anthropic changes over time. This procedure has been made possible through Google Earth, a free and intuitive software that offers resources for mapping, importing and exporting geographic data and, mainly, provides subsidies for comparative studies and analysis of spatial information between different regions and cities over time, with a wealth of detail that would not be possible through books and atlases. High resolution images obtained in Google Earth provided by the Landsat satellite were used for the analysis through a procedure that involved routines of digital processing of remote sensing images and techniques of integration and data analysis in Geographic Information Systems). The purpose of this study was to emphasize the importance of an intermediate category between rural and urban to highlight and better characterize the process of territorial expansion and socio-spatial differentiation of the MRC in the period between 2000 and 2010. The process and the dynamics of intraurban spatial distribution, associated with other structural, conjunctural and historical factors of a regional character that altered the relations between rural and urban, led to the occupation of rural-urban transition areas, a heterogeneous and multifunctional territory. What will be seen in the following dissertation is the overcoming of crystallized versions of the rural and the urban from the construction of a category of "transition", as well as the conception that these new occupations result from the concomitant action of factors of the most diverse, both in the spatial as in the political and even socio-economic question.

Keywords: Spatial population distribution; Rurbanization; Intrametropolitan expansion; Metropolitan Region of Campinas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vetores de expansão urbana - Região Metropolitana de Campinas.....	46
Figura 2 - Distribuição das categorias situação do domicílio por setores censitários e perímetros urbanos municipais da Região Metropolitana de Campinas, 2000 e 2010.....	73
Figura 3 - Sobreposição dos setores de transição de 2000 da RMC nos setores censitários de 2010 e perímetro urbano de 2010.	77
Figura 4 - Taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional por setores censitários compatibilizados da Região Metropolitana de Campinas.	85
Figura 5 - Densidade em habitantes por hectare por setores censitários compatibilizados da Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010.....	89
Figura 6 - Fluxograma das principais etapas desenvolvidas.....	96
Figura 7 - Índice de envelhecimento por setores de transição selecionados, municípios e na RMC, 2010.	121
Figura 8 - Percentual de domicílio com responsáveis com baixo rendimento e alto rendimento por setores de transição selecionados, municípios e na RMC, 2010.	124
Figura 9 - Percentual de domicílio com nenhum banheiro e com dois ou mais banheiros por setores de transição selecionados, municípios e na RMC, 2010.	127
Figura 10 - Indicadores do entorno dos setores de transição selecionados, municípios e na RMC, 2010.	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional. RMC, 1991 a 2010.	82
Tabela 2 - Densidade em habitantes por hectare da RMC, 1991 a 2010.....	88
Tabela 3 - Índice de envelhecimento da RMC, 2000 e 2010.....	91
Tabela 4 - Proporção dos domicílios com “alto rendimento” do responsável e rendimento nominal médio mensal (número de salários compatibilizados) das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento) na RMC, 2000 e 2010.	93
Tabela 5 - Proporção dos domicílios sem rede de água, escoamento e coleta de lixo na RMC, 2000 e 2010.....	94

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Uso e ocupação do espaço – A importância do lugar	14
1.1. A modernização do rural brasileiro	15
1.2. A produção e expansão do espaço intraurbano	22
1.2.1. Evolução nas formas espaciais metropolitanas.....	23
1.2.2. A influência do preço da terra.....	27
1.2.3. Notas sobre segregação socioespacial.....	29
1.2.3.1. Formas da segregação: condomínios fechados.....	31
1.3. O recorte urbano/rural.....	34
2. RMC - A expansão da ocupação urbana para o rural	42
2.1. Ocupações urbanas e dinâmica imobiliária na RMC	43
2.2. Planos Diretores da RMC e seus perímetros urbanos.....	56
2.2.1. Sobre a base federal.....	58
2.2.2. Sobre a base municipal	61
3. Resultados e discussão	67
3.1. As áreas de “transição”	68
3.2. Características sociodemográficas das áreas de “transição”	79
3.2.1. Compatibilização dos setores.....	79
3.2.2. Indicadores demográficos	81
3.2.3. Indicadores econômicos: alto rendimento e renda média.....	92
3.2.4. Infraestrutura.....	93
3.3. Caracterização dos setores de “transição” da RMC em 2000, 2010 e 2016.....	95
3.3.1. Procedimento metodológico	95
3.3.2. A caracterização espacial.....	97
3.3.3. Análise censitária dos setores selecionados de 2010.....	119
3.4. Considerações finais.....	132
4. Bibliografia	139

INTRODUÇÃO

Dentre as novas feições da ocupação urbana, destaca-se aquela que se estende de maneira crescente para as áreas rurais próximas (em geral contíguas) a espaços urbanos, especialmente em contexto de aglomerados urbanos ou regiões metropolitanas. Neste contexto, conclui-se que a divisão em categorias dicotômicas entre o urbano e rural não é suficiente para captar a complexidade dos espaços de assentamentos tampouco as dinâmicas demográficas envolvidas. Assim como em estudos anteriores (CUNHA; RODRIGUES, 2001; CUNHA, 2004), o uso de novas categorias intermediárias poderia ser um caminho interessante para refletir sobre e analisar esse fenômeno nas regiões metropolitanas.

Tomando como área de estudo a Região Metropolitana de Campinas (RMC), este trabalho parte da premissa de que essas novas e complexas ocupações urbanas, baseadas e apoiadas nos avanços tecnológicos e de transporte, principalmente de uso individual, contribuem para a intensificação da segregação socioespacial. Tal situação poderia ser compreendida pela dispersão urbana, cujo cerne é o processo desigual de apropriação do espaço urbano. Este processo reflete, entre outras questões, os interesses do capital imobiliário, via de regra favorecido pela máquina pública, em um contexto histórico de modernização agrícola e desconcentração industrial, que caracterizaram o desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas.

O presente trabalho tem como objetivo identificar espacialmente as áreas de transição rural-urbana na Região Metropolitana de Campinas e qualificá-las através de sua composição sócio-demográfica, considerando seus diferenciais a partir das categorias rural e urbana costumeiramente usadas, bem como sua relação com o perímetro urbano ao longo do tempo. Procura-se, assim, analisar espacialmente a “natureza” desta segregação socioespacial, ou seja, se fruto de ocupações irregulares para abrigar a população de baixa renda, de condomínios fechados para abrigar população de alta renda, ou se resultado de outras motivações.

Portanto, o intuito é adotar e aplicar uma categoria intermediária de transição rural-urbana na Região Metropolitana de Campinas para uma análise sócio-demográfica, visando verificar as alterações nos padrões de mudança de ocupação do solo à luz das transformações no rural e das relações intrametropolitanas.

Nesse sentido, o primeiro capítulo está estruturado de maneira a evidenciar que a dicotomia urbano-rural se torna não apenas inadequada, mas imprecisa para representar a diversidade e a complexidade dos espaços de assentamentos. Isto se torna ainda mais notório,

inclusive, nas regiões metropolitanas, dado que esta classificação dicotômica se confronta com as zonas limítrofes da classificação puramente administrativa utilizadas pelos municípios (VEIGA, 2001). Além disso, revisita-se a modernização rural sofrida no país a partir de 1960 para confirmar a mudança da concepção do rural, que deixa de ser considerado um setor e passa a ser visto como espaço multifuncional e pluriativo (SILVA, 1999). Por fim, procura-se compreender o processo intraurbano da metrópole, fundamentado na disputa do espaço, da “localização” tal como definida por Villaça (1998), e sua expansão sobre o território rural.

No segundo Capítulo, procura-se estudar como se deu a expansão urbana na Região Metropolitana de Campinas e sua relação com a dinâmica imobiliária. Em seguida, evidencia-se como são as leis de zoneamento do plano diretor dos municípios da RMC, sua relação na determinação dos perímetros urbanos, e como sua expansão permitiu a ocupação de áreas rurais cada vez mais distantes. Finalmente, recupera-se a metodologia baseada em Cunha e Rodrigues (2001), que possibilitou a definição de uma área de transição sob a classificação espacial do IBGE, utilizada nos censos, e apresenta-se as áreas de transição da RMC nos períodos de 2000 e 2010.

No terceiro e último Capítulo, após realizar a compatibilização dos setores censitários no período analisado (2000 e 2010), busca-se qualificar estas áreas de transição, confrontando-as com áreas tradicionais do rural e urbano, e sua relação com o perímetro urbano, evidenciando suas possíveis especificidades em relação aos diferenciais das características sócio-demográficas.

Por fim, apresentam-se algumas considerações finais, que não apenas revisitam os achados obtidos e sugerem algumas conclusões como também apresentam uma agenda futura de trabalho, que se abre em função da primeira incursão sobre um tema tão rico e complexo.

1. USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO – A IMPORTÂNCIA DO LUGAR

O intuito desse capítulo é evidenciar que o processo de ocupação e uso do solo, a partir de meados do século passado, tornou-se muito complexo, de modo que a categorização urbana e rural não é mais suficiente para compreender as dinâmicas demográficas desenvolvidas nestes espaços. O surgimento de novas formas de ocupação residencial em um espaço que antes era tido como rural sugere a necessidade de superação da dicotomia rural-urbano, com a introdução de uma categoria intermediária espacial.

A partir dos anos 1960, com o início do processo de modernização do campo e da expansão urbana no território brasileiro, especialmente no Sudeste, os processos de ocupação e uso de solo rural - particularmente nas áreas próximas aos limites urbanos dos grandes aglomerados urbanos - revelaram o aumento do uso do solo para residência por parte de uma população tipicamente urbana. Em vista disso, este trabalho procura ressaltar que o tipo de lugar que uma população vive é um elemento importante para identificar e compreender os processos sociais, econômico, cultural, político e demográfico dessa população (CHAMPION; HUGO, 2004).

Para atingir esse objetivo, propõe-se neste capítulo compreender as mudanças na delimitação de urbano e rural à luz das mudanças no mundo rural e dos processos intraurbanos. Estes temas são importantes para a compreensão, de um ponto de vista histórico, do fenômeno que ora se propõe estudar. O primeiro refere-se ao processo de modernização rural experimentado pelo país a partir dos anos 1960. O segundo, aos processos intraurbanos, influenciados pela disputa da “localização” (VILLAÇA, 1998), que vem se delineando ao longo de várias décadas e ganha novas feições e características em cada momento do desenvolvimento urbano do país. Ao fim do capítulo, apresenta-se uma análise alternativa ao recorte tradicional rural/urbano, levando em consideração a definição de uma área de transição rural-urbana.

1.1. A MODERNIZAÇÃO DO RURAL BRASILEIRO

Antes de mais nada, é preciso mencionar que o processo de modernização do rural brasileiro foi amplamente estudado por diversos pesquisadores. Nesta revisão inicial, tomaremos por base Muller (1985), Tartaglia e Oliveira (1988), Silva (1999), Silva (2001), Veiga (2002) e Cano (2008).

Tal como observado por Pahl na Inglaterra, em 1966, onde as modificações que ocorreram no rural impactaram as interfaces urbano-rural, a partir de estudos de Muller (1985) e Silva (1999), pode-se dizer que o mesmo foi observado no Brasil a partir de 1960, inicialmente em São Paulo e depois disseminado no restante do país. O processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira, pautado no uso intensivo do capital, na industrialização de processos agrícolas e pecuários e na especialização em commodities, modificou as dinâmicas entre o rural e o urbano (SILVA, 1999).

Na verdade, em um primeiro momento, a modernização rural no Brasil confunde-se com a do estado de São Paulo, não apenas pelo seu pioneirismo no processo, mas também pela sua histórica importância econômica. Lembre-se que o PIB do estado de São Paulo tem uma participação acima dos 30% no PIB nacional, desde 1939 (CANO, 2008).

Tendo como base a bibliografia consultada, a modernização referente à década de 1960 pode ser compreendida pelo processo de fusão ou integração de capitais inter-setoriais¹, alimentados pela expansão do uso do crédito rural e suportados pelos avanços do sistema nacional de pesquisa².

Disto germinaram a “indústria para agricultura” e a “indústria da agricultura”, mencionadas por Tartaglia e Oliveira (1988), ou os CAI – Complexos da Agroindústria³, como designado por Muller (1985), processo que pôs fim à hegemonia do capital mercantil tradicional, ao mesmo tempo que promoveu o aumento da proletarização no meio rural (KATEYAMA, 1986 apud TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988).

Dessa maneira, como registra Muller (1985), já nos anos 1980 não era mais possível considerar a terra como o centro das atividades rurais, uma vez que seria a dinâmica

¹ Oriunda de setores industriais oligopólicos.

² Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

³ O CAI é um conjunto dos processos tecno-econômicos e sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais, de transporte e armazenagem correspondentes (MULLER, 1985).

dos setores industriais e agroindustriais que passariam a determinar a expansão e sua retração, bem como regular o ritmo e direção da agricultura. Logo, a terra se torna um ativo financeiro que favorece a especulação e o grau de concentração de uso e propriedade da terra.

Muller (1985) e Silva (1999) apontam que houve uma alteração na estrutura familiar rural, tanto na sua composição etária, funções culturais e econômicas de seus membros, quanto em seus mecanismos de crescimento e sociabilidade. De acordo com os autores, esse processo levou à extinção das relações sociais do colonato, aumentando o número de trabalhadores não residentes nas áreas rurais e reduzindo os residentes, e, conseqüentemente, à diminuição do autoconsumo ⁴e adoção do consumo urbano. No estado de São Paulo, os boias-frias são exemplo emblemático dessa situação.

Nos anos 1970 ⁵e 1980, pode-se observar a intensificação e generalização deste processo por todo o país. No estado de São Paulo, por exemplo, associado aos interesses dos capitais industriais e financeiros, e apoiado nos incentivos políticos à exportação de alta rentabilidade, houve o aumento significativo dos produtos destinados à exportação, como soja, laranja e cana de açúcar (que necessitam de uso intensivo de capital), e uma redução dos produtos alimentares de consumo interno (MULLER, 1985; SILVA, 1999; CANO, 2008).

Na década de 1990, de acordo com Cano (2008), em meio ao período de crise econômica e planos de estabilização, houve cortes de créditos, valorização cambial e abertura de mercados (neoliberalismo⁶). Dessa maneira, o autor aponta que se restringiu a produção de produtos “importáveis” agrícolas, como algodão, trigo e arroz. Já os produtos de exportação acabaram estimulados, apesar do câmbio valorizado, uma vez que houve queda dos preços dos insumos importados, eliminação de impostos e acesso a créditos internacionais. Assim, a concentração fundiária baseada em ganhos de produtividade associados ao progresso tecnológico continuou sua expansão. O Centro-Oeste foi a região que mais expandiu a agricultura neste período (SILVA, 1999; CANO 2008).

Finalmente, nos anos 2000, após a desvalorização cambial e a grande demanda do “efeito China”, novamente houve um grande estímulo aos exportáveis e uma redução dos

⁴ Produzir para consumo próprio.

⁵ Nesta década, metade da produção agrícola nacional dependia das indústrias de máquinas, equipamentos e insumos industriais. (MULLER, 1985).

⁶ Doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do vinte, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista, que deveria controlar parcialmente o funcionamento do mercado (BOAS; GANS-MORSE, 2009).

importáveis. Essa valorização da exportação fez do estado de São Paulo, em 2004, o maior produtor de carne bovina do país e o terceiro de aves, apesar da expansão no Centro-Oeste. (CANO, 2008). Vale a pena mencionar que, no estado de São Paulo, destacam-se as regiões agrícolas de Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto, São Carlos e Bauru.

Dentre as consequências geradas pela transformação no meio rural, a partir de 1960 e, especialmente nos anos 1970 e 1980, está o esvaziamento destas áreas⁷. A maioria das famílias que não eram detentoras dos meios de produção, ou possuíam uma pequena propriedade e não faziam frente aos grandes proprietários, migraram para outras regiões de fronteira agrícola ou para as cidades. As poucas que restaram tiveram como opção de geração de renda o fornecimento de commodities indiferenciadas aos consumidores finais e/ou aos CAI. Outra opção foi a que levou alguns indivíduos a ingressarem em atividades não-agrícolas de pouca qualificação para complementar a renda, como parte de suas estratégias de sobrevivência. Já os detentores dos meios de produção, através da modernização e alta mecanização, capacitados pelo uso intensivo do capital, passaram a conceber e gerenciar um sistema de produção fordista agroindustrial, os CAI, através da “indústria para agricultura” e da “indústria da agricultura” (MULLER, 1985; TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988; SILVA, 1999; VEIGA, 2002; CANO, 2008).

De um lado, o processo de urbanização com industrialização leva a cabo a mercantilização dos meios de vida, separando o homem da dependência externa da natureza e, de outro, a desruralização da população expressa também o aumento da produtividade do trabalho no campo juntamente com as alterações de padrões de produção e de consumo que, de grosso modo, tendem a assemelhar-se aos padrões urbanos (MULLER, 1985, p.43).

Dessa maneira, e frente às referências consultadas, pode-se afirmar que a face do rural brasileiro, especialmente no caso de São Paulo, alterou-se profundamente entre 1960 e 1980 e, portanto, necessitaria de reconceitualização, não apenas como espaço de produção, mas também como espaço de vida.

Essa nova conceptualização do rural, de acordo com Muller (1985) e Silva (1999), deve ser vista a partir destes três pontos:

- 1) Da sua multidimensionalidade (econômica, social, cultural, política);

⁷ Só no Estado de São Paulo, foram 2,5 milhões de pessoas expulsas das áreas rurais entre 1960 a 1980 (MULLER, 1985).

2) Da incorporação da circulação do capital;

3) Da “commodotization” das áreas rurais, ou seja, o rural passa a ser uma unidade de consumo (lazer, turismo, residência) e não somente de produção.

Em relação à renda agrícola, segundo Muller (1985), entre 1960 a 1980 houve forte concentração e aumento da desigualdade, visto que houve um aumento da produtividade do trabalho e ao mesmo tempo um grande êxodo rural. Este fenômeno, de acordo com Silva (1999), se intensifica em 1980 diante da deterioração dos preços recebidos pelos agricultores e das novas determinações políticas, cujo intuito era de forçar os produtores agrícolas a maiores desembolsos de recursos próprio. Ou seja, segundo Silva (1999), a desruralização trouxe consigo a mercantilização dos meios de vida.

Na década de 1990, em um contexto de abertura de mercado, crise fiscal e dívida pública, redução dos créditos agrícolas e implantação de políticas neoliberais, as consequências foram desfavoráveis à evolução das atividades agrícolas não exportadoras, o que afetou principalmente os pequenos produtores. Assim, as famílias do meio rural não detentoras dos meios de produção que ainda resistiam se especializaram em nichos de mercado ou iniciaram outras atividades. Surgem então atividades ligadas à produção de orgânicos, geradas a partir da demanda de grupos de consumidores de média e alta renda dos grandes centros urbanos, e, portanto, não relacionadas diretamente ao meio de produção rural. Tais atividades estariam ligadas mais ao lazer, à preservação da natureza, e por isso eram antes tipicamente urbanas, associadas ao setor terciário e secundário. Agora, graças à modernização e aos avanços tecnológicos, ampliavam-se nos CAI de aves, sojas e cana. Até mesmo a residência de urbanitas⁸ no meio rural tornou-se uma opção graças ao avanço na mobilidade, dos transportes e da tecnologia da informação (SILVA, 1999; SILVA, 2001; VEIGA, 2002).

Como visto antes, nos anos 2000, diante da desvalorização cambial e demanda chinesa, vivenciou-se a continuidade do desemprego rural, em vista da intensificação tecnológica que, além do grande produtor, passou a ser empregada pelo pequeno e médio produtor (CANO, 2008). Além destes elementos, particularmente nas regiões metropolitanas, as dinâmicas imobiliárias voltadas ao urbano contribuíram para alteração da dinâmica rural-urbano. Estas foram impulsionadas pelo crescimento das cidades da região em decorrência da desconcentração industrial no estado São Paulo⁹, principalmente nos anos 1970. Ao analisar trabalhos como os de

⁸ Termo utilizado por Paviani (1994) para designar pessoas especificamente pertencentes ao ambiente urbano.

⁹ Mais detalhes sobre os impactos da desconcentração industrial na região podem ser vistos em Negri, 1988.

Miranda (2002), Pires (2007), Nakano e Cunha (2012), pode-se inferir que estas dinâmicas imobiliárias foram impulsionada por:

1) Parte da população de alta renda em busca de áreas de lazer e/ou segunda residência, bem como serviços a elas relacionados;

2) Investimento público na melhoria da infraestrutura (transporte e serviços públicos, como água e energia elétrica) em certas áreas periféricas das regiões metropolitanas até então ocupadas pela população de baixa renda, fato que geralmente ocasiona elevação do custo de vida e, por consequência, expulsão dos moradores originais para áreas cada vez mais distantes, em direção a áreas foras do perímetro urbano;

3) Parte das indústrias e empresas prestadoras de serviços em busca de terras não agrícolas como alternativa mais viável para suas instalações.

Dessa maneira, pode-se entender o que Silva (1999) notou no novo rural brasileiro, no qual existia um impulso de crescimento das ocupações rurais não agrícolas proveniente de origem externa ao setor agrícola. Na realidade, este fenômeno advém das demandas urbanas por bens e serviços não-agrícolas. Ou seja, para entender a dinâmica do meio rural hoje, particularmente o “rurbano¹⁰”, é necessário compreender não somente o agrário, mas também, e principalmente, o conjunto de outras atividades não agrícolas que respondem cada vez mais pela nova dinâmica populacional desse meio. Silva (2001) já apontava que, desde 1997, a população rural não agrícola superou a população rural agrícola. Inclusive, o autor notou que a renda gerada pelas atividades não agrícolas já era maior do que a renda de atividades agrícolas, aproximando-se até mesmo daquela das atividades urbanas.

Segundo Silva (2001), dessa dinâmica surge uma nova forma de caracterização das formas de ocupação e produção do rural, segundo a qual o espaço rural passa a ter outras funções, ao passo que as transformações no processo de trabalho levaram ao surgimento de novas atividades no meio rural, conformando assim um desenvolvimento baseado na pluriatividade e na multifuncionalidade destas áreas.

Além disso, o caráter residual da área rural, como mencionado, não permite a abordagem de certas áreas rurais com características econômicas e sociabilidade cada vez mais próximas do urbano (RODRIGUES, 2001). Em seu estudo, Rodrigues (2001, p.24) indica que o rural parece estar subdividido em duas áreas: a do “rurbano” e uma outra

¹⁰ Termo cunhado Freyre e utilizado por Silva (2001) para descrever o rural urbanizado que seria um rural com valores e dinâmica urbana, impulsionado por demandas não agrícolas das populações urbanas.

“destinada à produção de alimentos, que embora também modificada, ainda pode ser concebida com menor probabilidade de ser caracterizada como área de expansão urbana (ou rural)”.

O espaço “rurbano”, em sua origem segundo Freyre (1982, apud RODRIGUES, 2001) o concebeu, nasce da integração entre o espaço rural e urbano e do imaginário da possibilidade de assentamentos com maior qualidade de vida. Sua natureza está associada à incorporação da vivência urbana, bem como à convivência dos não urbanitas com as atividades urbanas, sobre espaços essencialmente rurais, implicando ajustes de valores e modos de vidas neste espaço “rurbano” (RODRIGUES, 2001). Dentre suas características estão a manutenção de áreas de descanso e lazer e a baixa concentração populacional. O autor conclui que o “rurbano” não é somente a delimitação do espaço, e sim uma ideia criada deste território. Dessa maneira, este espaço se distingue do “urbano” e “rural” tradicionais, uma vez que passa a ter que lidar com questões tanto do espaço urbano quanto do espaço rural, já que estas áreas estão ligadas pelo “rurbano”, seja pelo social e econômico, seja pelos meios de transportes que as conectam.

Pode-se afirmar que, para aquele estrato social urbanita dominante, o residir no rural ganha um valor ligado à idealização da vida no campo que transcende a questão de custo de vida reduzido quando comparado ao urbano (REIS, 2006). Há também o sentimento de maior segurança em vista do afastamento da metrópole, mas isto não impede este estrato de homogeneizar espaços cercando-os de muros e serviços de segurança privados (CALDEIRA, 2000). Por fim, deve-se considerar que a estrutura viária, apoiada nos transportes individuais automotores, dá suporte para que o deslocamento entre o espaço residencial e os espaços de trabalho, comércio e lazer urbanos não seja um empecilho para a localização residencial distante dos centros metropolitanos (VILLAÇA, 1998).

Contudo, deve-se também observar que há um outro lado da questão. Com relação ao estrato social urbanita mais desfavorecido, o espaço rural é o espaço que restou a ser ocupado, uma vez que são expulsos das áreas urbanas devido aos altos custos das terras (CUNHA et al., 2006). Além disso, a localização e as condições da terra rural ocupada pelos oprimidos são as piores possíveis, com altos riscos de deslizamentos de terra e enchentes, ou que estão sujeitas a sofrer processo de reintegração de posse (CUNHA; JIMENEZ, 2006). Nessas zonas, os equipamentos públicos são escassos e o acesso aos centros para execução

das atividades cotidianas se torna difícil para os não detentores de automóveis (VILLAÇA, 1998).

Já a tradicional classe rural que habitava este espaço passa a desenvolver, além da produção agrícola, novas atividades econômicas (turismo, lazer e prestação de serviço) ou acaba por ingressar em atividades nas áreas urbanas (SILVA, 1999). A terra como reserva de valor tem sua importância aumentada devido à proximidade com o urbano e à procura dos urbanitas, o que acaba por direcionar a produção rural a localizações cada vez mais distantes, tanto na segunda área mencionada por Rodrigues (2001) quanto nas áreas de expansão rural no Norte e Centro-Oeste do país.

No processo de ocupação espacial brasileiro, o estado de São Paulo tem historicamente apresentado grande importância na concentração da população (CANO, 2008). Quando se observou a retomada do crescimento da população rural nos anos 1990, o estado figurou como uma das principais áreas do país a apresentar um ganho dessa população (RODRIGUES, 2001). Cunha e Rodrigues (2001) salientam, contudo, que o incremento se deu de maneira mais localizada, acontecendo predominante na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Dentre as várias implicações dessa localização concentrada no estado, tem-se: 1) crescimento da população não necessariamente relacionada à atividade agrícola e 2) a parte do rural que cresceu está próxima à área urbana. Dessa maneira, Cunha e Rodrigues (2001) defendem que se trata de uma “expansão da área urbana” sobre a área rural ante uma “retomada do crescimento rural”, sugerindo a necessidade de se pensar em uma nova categoria espacial, denominada pelos autores como “área de transição”. Com isso, permite-se uma avaliação da natureza das ocupações deste espaço intermediário entre o rural e o urbano a fim de investigar a característica desse processo de “transbordamento” da população urbana para áreas rurais (CUNHA; RODRIGUES, 2001).

Conclui-se que o aumento da heterogeneidade e a pluriatividade do meio rural leva à necessidade de uma revisão das categorias espaciais para melhor compreensão da realidade. É neste sentido que a inclusão de uma categoria intermediária dá uma nova percepção à interpretação das dinâmicas rural-urbana (VEIGA, 2001).

1.2. A PRODUÇÃO E EXPANSÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO

As modificações das relações entre o rural e urbano, desde meados do século passado, podem ser compreendidas a partir da interação entre condicionantes estruturais, conjunturais e locais. As ocupações, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, resultam das relações entre esse conjunto de fatores e a dinâmica e organização de processos socioespaciais (MIRANDA, 2008).

O estudo da dinâmica e da organização dos processos socioespaciais contribui para a compreensão das modificações das relações entre o rural e o urbano na medida em que se passa a conhecer as características do espaço intraurbano das metrópoles, como evolui sua formação e ocupação, sua expansão e direção, e onde sua população, segundo estratos, se localiza, sem contar os condicionantes dessa localização (MIRANDA, 2008; VILLAÇA, 1998).

Como Villaça (1998) registra, a estrutura territorial se articula com outras não territoriais, como econômica, a política e ideológica, de modo que a estrutura territorial, ao mesmo tempo que é produzida socialmente, reage sobre o social. Além disso, deve-se ter em mente que as exigências de acumulação do capital determinam a organização do espaço regional, enquanto a produção do espaço intraurbano ou do ambiente urbano construído seria determinada pelas relações e condições de consumo (VILLAÇA, 1998; SILVA; GUIMARAES, 2007). Com isso, e com base na seção anterior, pode-se inferir que a evolução da organização do espaço regional acarretou a existência de um rural contíguo às regiões metropolitanas mais propensas a sofrer as dinâmicas da organização do espaço tipicamente intraurbano, socialmente construído e determinado pelas dimensões e restrições de consumo.

Nesta seção, procura-se conceituar o espaço intraurbano no sentido metropolitano expresso por Villaça (1998), ou seja, como palco de disputa entre os estratos sócioeconômicos. O espaço é historicamente dominado por um estrato mais elevado, que, associado à dinâmica imobiliária e a um Estado capturado por interesses privados, opera um processo de especulação de terras. Tal processo, como aponta o autor, é gerador da dispersão urbana fragmentada e baseada na segregação socioespacial, ocasionada pela apropriação da localização em vista principalmente, mas não somente, do domínio do tempo de deslocamento.

Como visto anteriormente¹¹, o “rurbano” surge neste cenário como fronteira a ser incorporada pelo espaço intrametropolitano, passando a experimentar dinâmicas semelhantes às deste espaço, embora com suas próprias características sociais, físicas e ambientais, o que pode acarretar conflitos e problemas diferentes dos experimentados em áreas densamente urbanizadas. O que se pretende destacar é que há tanto uma influência do social no espaço quanto do espaço sobre o social, tal como Villaça (1998) defende tão bem. E é por isso, enfim, que se justifica um olhar intraurbano sobre as áreas de transição rural-urbana.

1.2.1. EVOLUÇÃO NAS FORMAS ESPACIAIS METROPOLITANAS

De acordo com diversos estudos (KOWARICK, 1979; VILLAÇA, 1998; DEMATTEIS, 1998; LATTES; RODRIGUEZ; VILLA, 2002; CHAMPIONS; HUGO, 2004; BOGART, 2006), até a década de 1980 os processos sócioespaciais das metrópoles mostravam que existia uma área central, ocupada pelo estrato sócioeconômico mais elevado e bem servida por equipamentos urbanos, e uma outra, periférica, na qual estavam alocados os estratos sócioeconômicos mais desfavorecidos. A partir desta análise, este modelo de estruturação foi denominado de centro versus periferia ou monocêntrico.

Apesar de haver discussões sobre o desaparecimento ou não do modelo¹², o fato é que, como registra Villaça (1998), no Brasil, já nos anos 50, a periferia subequipada e, por isso mesmo, com terrenos baratos, formada a partir de loteamentos ilegais, era a forma predominante de moradia dos estratos desfavorecidos nas grandes cidades, tendo se generalizado, de fato, a partir de 1970. Destaque-se, aliás, que a ilegalidade teve um papel central no desenvolvimento desta forma de ocupação (NEVES; CUNHA, 2010; VILLAÇA, 1986). Era uma forma barata de produzir lotes e não contava com o planejamento e instalação de equipamentos públicos ou com a sujeição a legislações urbanísticas (VILLAÇA, 1986). Dessa forma, o estrato sócioeconômico mais elevado organizava e direcionava a instalação destes equipamentos às áreas de seu interesse, que atendessem à legislação e que, por sinal, estivessem localizadas em seus espaços dominados, sejam estas áreas de habitação, serviço ou lazer. Alguns autores, como Villaça (1986) e Maricato (2001), afirmam:

¹¹ Seja pelas suas transformações tanto como espaço de produção quanto espaço de vida, seja por suas novas características heterogêneas e multifacetadas, ou pela *commodotization* de seu espaço (enquanto unidade de consumo: lazer, turismo e residência).

¹² Autores como Villaça (1998) e Cunha (2006) defendem que o modelo ainda existe, apenas ganhou novos contornos e complexidades. Já autores como Ojima (2007) e Bogart (2006) defendem o contrário.

A ocupação do solo obedece a uma estrutura informal de poder: a lei de mercado precede a lei/norma jurídica. Esta é aplicada de forma arbitrária. A ilegalidade é tolerada porque é válvula de escape para um mercado fundiário altamente especulativo. Tanto a argumentação de cunho liberal quanto a estatizante são utilizadas para assegurar manutenção de privilégios. Regulação exagerada convive com total *lissez faire* em diferentes áreas da mesma cidade (MARICATO, 2001, p.84).

É importante observar a omissão do Estado em relação às ocupações ilegais. Villaça (1986) registra que uma das possíveis explicações se deve ao fato de que, caso os requisitos legais fossem respeitados, estes espaços seriam caros demais para os pobres, ainda que distantes do centro, devido à necessidade de transferir para o preço dos lotes o custo das ruas, das áreas deixadas para praças e das redes de infraestrutura.

Entretanto, ainda conforme Villaça (1998), o espaço intraurbano não é imutável, e, levando-se em conta que dentre os agentes mais poderosos na estruturação urbana estão as condições de deslocamento, esses fatores adicionaram outros contornos ao modelo monocêntrico:

Como parte de uma interação de forças, de um movimento fruto de interação de forças, o centro principal se deslocou e se transformou, os sub-centros se formaram em função da inacessibilidade sócio-econômica das camadas populares ao centro principal; certas regiões das metrópoles se tornaram maciçamente populares, o centro principal "decaiu", o sistema viário se aprimorou em determinada região,... enfim foi-se definindo o que era "bom ponto" e o que era "fora de mão" em todo o espaço urbano (VILLAÇA, 1998, p.2).

A partir do Século XX, nas cidades metropolitanas não litorâneas¹³, com o surgimento de novos estilos de vida que buscam revitalizar o contato com a natureza, a paz e a tranquilidade a partir de uma imagem bucólica do espaço rural, surge um atrativo para esse espaço, que, somado à imagem de um centro urbano violento e desgastante, acaba por influenciar na localização territorial dos estratos de mais alta renda que detêm os meios de locomoção (RODRIGUES, 2001; VILLAÇA, 1998). Para Villaça (1998), isto indica que o espaço urbano tende a produzir e a reproduzir a estrutura gerada pelos interesses do estrato sócioeconômico mais elevado, já que este estrato controla o mercado, o Estado e a ideologia. “Quanto mais desigual a estrutura

¹³ O processo das cidades litorâneas, de acordo com Villaça (1998), deu-se de outra forma.

socioeconômica de uma sociedade, mais desigual é seu poder político e mais desigual é seu espaço intraurbano” (VILLAÇA, 1998, p.2).

Tal desigualdade, observada também em metrópoles dos Estados Unidos (BORGART 2006), reflete-se no espaço e vai além da oposição centro versus periferia, de modo a evidenciar a heterogeneidade e a complexidade do processo de distribuição espacial da população e dos distintos grupos sociais nos espaços intraurbanos (VILLAÇA, 1998; CUNHA, 2006; NEVES; CUNHA, 2010). Ainda assim, Cunha (2006) registra que essa realidade centro versus periferia permanece válida em muitas metrópoles.

Como mostra Limonad (2005), a expansão urbana se torna mais complexa, passa a ocorrer de forma difusa e segmentada sem necessariamente existir continuidade e contiguidade física entre os aglomerados. Assim, surgem diversos pontos e manchas no tecido espacial, produzindo impactos sobre o território de forma distinta quando comparados à expansão da malha urbana do período anterior.

Alguns autores têm buscado caracterizar essa nova forma de expansão da malha urbana de maneira dispersa e apoiados nos avanços das vias viárias sobre o território, que acarretaram o surgimento de sub-centros especializados (residências, trabalho, serviços) e de uma forma nebulosa, cuja nomenclatura é dada por “modelo policêntrico” ou *edge city* (GOTTMAN, 1961; BORGART 2006; GARREAU, 1991). Borgart (2006) registra que esses sub-centros surgem em localização privilegiada em termos de transporte, seja perto de um aeroporto ou simplesmente na intersecção de duas rodovias. No modelo, também se revelam os movimentos do estrato sócioeconômico mais elevado, via ação pública e política, para o desenvolvimento e dominação dos espaços, como afirma Villaça (1998).

Dentro dos reflexos dessa nova forma, nota-se um processo social distinto daqueles encontrados durante a transição urbana, no qual o crescimento populacional urbano perde força e dá lugar à acomodação dessa população dentro do seu tecido urbano (CUNHA, 2011; BAENINGER, 2011; OJIMA, 2007).

Cunha (2011) e Ojima (2007) apontam que, enquanto há um arrefecimento das taxas de crescimento populacional dos núcleos metropolitanos brasileiros, há também uma reorganização intrametropolitana, na qual os municípios e regiões periféricas metropolitanas passam a exercer papel importante para a manutenção das taxas de crescimento populacional das RMs.

Assim, a urbanização se amplia para além da conurbação dos grandes centros urbanos, alterando, assim, a imagem da cidade caótica que cresce como uma enorme ameba, fagocitando os municípios vizinhos e incorporando-os ao seu tecido urbano. Surge a imagem de uma cidade polinucleada sem necessariamente apresentar continuidade física da mancha urbana, uma forma esparsa e fragmentada ao longo de extensões do território cada vez mais amplas, mas ao mesmo tempo cada vez mais integradas (OJIMA, 2007, p.49).

Vale a pena ressaltar duas características marcantes do capitalismo: a fragmentação das atividades econômicas, devido à especialização, e a necessidade de mercantilizar os serviços e os produtos do trabalho (CASTELLS, 1984). Dessa maneira, a própria habitação que, de acordo com Villaça (1986), abrigava, nos primórdios do capitalismo, inúmeras funções, acaba por se restringir a um mero local de repouso. O local de trabalho, o local de lazer, o local de serviços para adquirir desde alimentos até móveis está agora em áreas que podem ser próximas ou distantes da sua residência, dependendo de seu estrato social. Afinal, como registrado anteriormente, estes espaços são geridos pelos interesses do estrato sócioeconômico mais elevado, isto é, pela burguesia.

Castells (1984) ainda destaca a articulação entre esses espaços especializados, pois cada uma de suas partes tem relação com as demais. Estas relações acontecem através de fluxos de veículos e de pessoas, no deslocamento de suas residências aos locais de trabalho, compras, lazer, etc. Para ele, são as formas de apropriação para o trabalho, moradia, consumo que causam e aprofundam a fragmentação. Estas formas de apropriação geram parcelas cada vez menores de espaço, tornando-o mercadoria produzida e disputada num processo de produção assentado na propriedade privada da terra, que gera uma apropriação bem distinta do espaço por estratos diferentes da sociedade.

Como afirma Villaça (1998), o trajeto, a distância entre os espaços, a própria localização e o tempo acabam por ser objeto de dominação entre os estratos sociais. Estes grupos não se distinguiriam apenas a partir da detenção dos meios de produção, mas também da localização, da distância a percorrer e do tempo. Isto leva à exploração máxima do trabalho do “homem livre”, visto que, além de vender sua força de trabalho, acaba ele próprio tendo que consumir o restante da sua força em longos e distantes trajetos da moradia até o local de trabalho (não só, existe ainda o mercado, o lazer, saúde, educação) e para o retorno (VILLAÇA, 1998). Com isso, como o próprio autor apresenta, a condição de transporte se revela fator decisivo nessa estrutura do espaço urbano e no direcionamento do crescimento urbano.

A essas situações de exclusão e ou de restrição ao acesso¹⁴ através da produção do espaço construído Lúcio Kowarick (1979) deu o nome de “espoliação urbana”. Ela se dá não só através da habitação e do saneamento, mas também através da produção do “perto e do longe”, da distribuição territorial, da poluição atmosférica, enfim, de todos os elementos que constituem o ambiente construtivo. Por isso, a inserção da moradia, do supermercado, dos hospitais, das escolas, estação de ônibus, da delegacia de polícia, dos restaurantes, e também da poluição, da enchente, do convívio na natureza, por fim, da localização, como defende Villaça (1998), torna-se vital na luta entre os estratos sócioeconômicos.

1.2.2. A INFLUÊNCIA DO PREÇO DA TERRA

Outro importante elemento nos estudos intraurbanos que merece destaque é o preço da terra. Ele decorre, de acordo com Villaça (1986), da acessibilidade da terra e dos serviços públicos de que dispõe:

É fruto do tempo de trabalho socialmente necessário dispendido na produção da sua localização, ou seja, da cidade inteira, e também do tempo dispendido na produção daqueles equipamentos urbanos que não envolvem deslocamento para serem consumidos (infraestrutura de água, esgoto, pavimentação, etc.). Além disso, ele incorpora as rendas fundiárias, que são os rendimentos retirados dos setores produtivos auferidos pelo proprietário da terra, tendo como única razão o fato dele deter a propriedade de um pedaço do globo terrestre e monopolizar com isto o controle do direito das pessoas de habitarem nesse mesmo globo (VILLAÇA, 1986, p.53-54).

O fato de a terra ser permanente e não se desgastar indica que tudo o que for edificado sobre ela tem a possibilidade e a oportunidade de acumular riquezas (RODRIGUES, 1996). Embora não seja um processo específico da terra, este tem sido, historicamente, um dos “repositórios mais comuns e importantes da acumulação de riquezas” (RODRIGUES, 1996, p.16). Assim, a renda da terra é apontada como um dos fatores econômicos responsáveis pela organização e estruturação do espaço intraurbano e é também articulada por vários agentes envolvidos no processo de apropriação fundiária (PIRES, 2007; MIRANDA, 2008).

¹⁴ Seja restrição à serviços de consumo coletivo, ou à terra e à moradia, que, de acordo com Kowarick (1979) são socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores.

Diante dessas considerações, Villaça (1998) observa que as áreas reservadas à especulação são geradas a partir da exclusão socioespacial, acompanhada dos mecanismos de mercado que elevam o valor do solo consideravelmente e que, por consequência, dificultam o atendimento da demanda real que busca um imóvel para morar.

Dessa maneira, as populações de menor rendimento optam por terrenos de custo relativamente inferior e acabam expandindo o crescimento da cidade para além dos vazios urbanos, ocupando até mesmo os espaços rurais (CUNHA et al., 2006). Os vazios que surgem entre estes assentamentos e os mais próximos ao centro tornam-se, então, reserva de valor, pois a infraestrutura para atender estas áreas longínquas tem necessariamente que passar por estes vazios urbanos deixados (PIRES, 2007; MIRANDA, 2008).

As melhores áreas, determinadas pela acessibilidade e pela disponibilidade dos serviços públicos, influenciam a distribuição espacial dos estratos sociais, levando à segregação do comércio, serviços e indústrias. Como registra Villaça (1986, p.54):

Os terrenos melhores (melhor localizados e equipados) ficam com os que podem pagar mais e os piores (os mais afastados e desequipados) ficam para os pobres, embora a recíproca não seja verdadeira. Através do mecanismo de preços, o que se dá, na verdade, é uma distribuição das vantagens e desvantagens da cidade, de suas qualidades e de seus defeitos, todos estes socialmente produzidos, porém, privadamente apropriados através da localização pela qual se paga.

Essas qualidades e defeitos têm várias facetas. Tome-se por vantagens, por exemplo, a maior proximidade com os centros, o acesso viário facilitado, terrenos grandes, ar puro, lindas paisagens. Como desvantagens é possível citar a poluição e o congestionamento, as longas distâncias e as vulnerabilidades ambientais, tais como riscos de enchentes e deslizamentos de terras, entre outras (VILLAÇA, 1998).

Como destaca Singer (1977), o capital imobiliário é um falso capital: ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, e sim a monopolização do acesso a uma condição indispensável daquela atividade.

A partir disso, Villaça (1986) afirma que, além da expulsão dos mais pobres para os piores terrenos da cidade através do processo tradicional, existe um outro, no qual estratos econômicos mais elevados da população buscam se segregar, ocupam o espaço já estabelecido dos estratos econômicos mais desfavorecidos e os expulsam para áreas ainda mais distantes ou

para o centro decadente. Pois essa é uma condição da segregação: os pobres não se localizam nos espaços já apropriados pelo estrato sócioeconômico mais elevado, contudo, o estrato sócioeconômico mais elevado pode vir a ocupar os espaços dos mais pobres (VILLAÇA, 1986).

As cidades não são estáticas. Esse processo de distribuição espacial intraurbano, que tem entre seus condicionantes a localização e o preço da terra, associado a outros fatores estruturais, conjunturais e históricos de caráter regional e que alteraram as relações entre rural e o urbano, levou à ocupação das áreas de transição rural/urbana, que nada mais são do que um território originariamente rural, mas heterogêneo e multifuncional. Entretanto, como será visto na seção 1.3, a problematização rural-urbano, especialmente no Brasil, torna-se mais complexa, uma vez que as delimitações do espaço rural e urbano são definidas por critérios administrativo-jurídicos.

Nestas áreas pode haver tanto a reprodução parcial da realidade urbana (refletida na produção de moradias inadequadas, na ausência de equipamentos urbanos, nos conflitos sociais e no desequilíbrio ambiental) quanto a reprodução parcial da realidade rural (contato com a natureza, isolamento, conflitos sociais, ausência de equipamentos públicos). Surge daí a necessidade de se superar a dicotomia urbano-rural, adotando uma categoria espacial intermediária para a identificação e compreensão deste processo de ocupação espacial intraurbano.

1.2.3. NOTAS SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Através do processo de produção da cidade é possível encontrar uma separação espacial entre os diferentes estratos econômicos da sociedade. Além disso, é possível afirmar que a cidade não tem um fim, e por isso está em constante produção (DEMATTEIS, 1998; VILLAÇA, 1998; HUGO; CHAMPION; LATTES, 2002; BOGART, 2006).

Uma das características do processo de produção da cidade se reflete na distribuição socioespacial e nas suas relações, que se alteram ao longo do tempo. Assim, ao mesmo tempo em que os estratos sócioeconômicos mais elevados se deslocam espacialmente, o que pode acarretar a produção de novas centralidades, cada vez mais distantes dos centros estão os estratos subalternos, que acabam por ampliar as ocupações do tipo favelas ou ocupar espaços decadentes, consequência do deslocamento do estrato sócioeconômico mais elevado (VILLAÇA, 1998). Como aponta Villaça (1986, p.46), há o surgimento crescente no país de

regiões de segregação e não de bairros segregados. Enfatiza-se a concepção de regiões porque os “próprios bairros residenciais segregados se aproximam uns dos outros e passam a ocupar uma mesma e única região da cidade”.

Essa afirmação de Villaça encontra subsídios no trabalho de Cunha e Jiménez (2006) sobre a Região Metropolitana de Campinas. Nesse trabalho, os autores observam a formação espacial de duas “cordilheiras”, a da riqueza e a da pobreza. Em trabalhos mais recentes, Cunha (2016) e Cunha e Falcão (Coord., 2017), com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, mostram que a “cordilheira da riqueza” continua homogênea, mas a da pobreza começa a apresentar sinais de heterogeneidade, resultado que corrobora a afirmação de Villaça (1998) quando este nos lembra que os espaços do estrato sócioeconômico mais elevado não são invadidos pelos menos desfavorecidos, mas o inverso não é recíproco.

Essa formação de setores e seus deslocamentos, defende Villaça (1998), se dá pelo tamanho reduzido da população do estrato médio e alto em relação à população de baixa renda. Já em países de primeiro mundo, como EUA, onde há um amplo estrato médio, existe a formação de círculos concêntricos e uma forte relação com o centro, por onde esse estrato médio se desloca. Além disso, esse tamanho reduzido do estrato sócioeconômico mais elevado brasileiro facilita “o controle do espaço através do controle do mercado imobiliário, deslocando inclusive o centro principal” (VILLAÇA, 1998, p.155).

Para Villaça (1998), a segregação espacial dos estratos sócioeconômicos mais elevados é um dos elementos internos mais poderosos no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intraurbano de nossas metrópoles. Para o autor, a segregação é condição necessária para o exercício de dominação por meio do espaço intraurbano, pois “trata-se de uma disputa interna de condições de consumo” (VILAÇA, 1998, p. 45).

Condições de consumo que, para Castells (1984), são dadas pelo custo e pela monopolização. Ele adiciona uma visão mercantilista do espaço urbano e afirma que a segregação urbana é definida como a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, sendo esta disparidade entendida não apenas como de diferença, mas de hierarquia.

Ainda de acordo com Villaça (1998), a segregação é um processo dialético em que a segregação de uns provoca a segregação de outros. Nota-se que, para os estudiosos da segregação espacial, como Villaça e Castells, as mudanças socioespaciais na cidade são

reguladas pela lógica de acumulação de capital, cujo resultado se traduz no desenvolvimento urbano desigual e nas injustiças sociais que se distribuem no território. Uma das implicações mais significativas da segregação espacial é a exclusão social, que acaba por restringir o acesso do estrato social oprimido a determinados espaços, serviços e funções da cidade, privando-o do direito de participar dos benefícios da urbanização (KOWARICK, 1979).

1.2.3.1. Formas da segregação: condomínios fechados

A segregação, pela lógica da dispersão urbana, apresenta-se de forma notória quando se considera que os espaços do estrato sócioeconômico mais elevado estão totalmente homogêneos na forma de áreas residenciais fechadas. Para Caldeira (1992, apud VILLAÇA, 1998), tais espaços (cidade dos muros) são a corporificação de novas estratégias de segregação. Nas palavras da autora, tais áreas são:

Propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado, ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeita explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança que impõe as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido ao seu tamanho, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes de seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar. [...]. Em consequência, embora tendam a ser espaços para as classes altas, podem ser situados em áreas rurais ou na periferia, ao lado de favelas ou casas autoconstruídas. Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcados por suspeitas e restrição (CALDEIRA, 2000, p. 258-259).

Além disso, Ojima (2010) registra que este fenômeno acarreta ainda um novo estilo de vida, que é disseminado para todas as sociedades e estratos sociais, o que também leva à reprodução dessas áreas por outros estratos da população, mesmo sem o padrão elevado que caracteriza as primeiras, seja através de ocupação em áreas mais precárias, seja pelo fechamento

do acesso a determinados bairros de “chácaras”. Nos trabalhos de Pires (2007), nota-se um direcionamento do mercado imobiliário aos diversos estratos sociais, inclusive por meio do lançamento de empreendimentos destinados aos estratos sócioeconômicos de média e baixa renda.

Estes espaços, de acordo com Villaça (1998), podem levar a novas centralidades através de dois processos de expansão urbana: de transbordamento e de absorção. O primeiro, que foi o processo mais comum na formação de periferia, agora também ocorre nos espaços do estrato sócioeconômico mais elevado. Neste processo, nota-se a rápida formação de um polo com ou sem a participação ativa dos empreendedores imobiliários, que pode acabar por se constituir em um novo município. Em todo caso, se for um espaço de baixa densidade, essa formação se dá de maneira mais lenta (VILLAÇA, 1998). O segundo, continua Villaça, é um processo lento de crescente transformação de área em bairros ou conjuntos de bairros com mais ou menos características de cidade. Estas áreas acabam perdendo a própria diversidade social, isto porque passam a fazer parte de uma outra cidade da metrópole e integram sua segregação no espaço (VILLAÇA, 1998).

Por outro lado, há um processo de valorização das áreas periféricas. Estas áreas acabam por concorrer e expulsar a população mais desfavorecida para áreas cada vez mais longínquas, desvalorizadas pelo mercado imobiliário, muitas vezes ilegais e sem a presença de equipamentos públicos ou infraestrutura adequada, ou para conjuntos habitacionais populares, obrigando-a a se instalar em lugares de risco ambiental e social (CUNHA et al., 2013; OJIMA, 2007; CALDEIRA, 2000).

Pela literatura consultada, pode-se afirmar que, mesmo que cada país tenha tido suas particularidades históricas, sociais e estruturais no desenvolvimento de sua expansão urbana e consequente modificação do uso e ocupação do solo, os processos intraurbanos e de dispersão da ocupação e uso do solo que se generalizam pelo mundo globalizado foram propiciados, dentre outros fatores e condicionantes, pela disputa do espaço, do tempo, do deslocamento e pela adoção de um padrão comum de consumo mundial associado à ideologia de valorização de bens como natureza e bem-estar. Segundo autores como Villaça (1998), Lefebvre (1999) e Monte-Mor (2006), a ocupação do solo, sua direção e expansão são agora determinadas pelo consumo e não pela localização física dos meios de produção, como outrora. Entretanto, não se pode ser leviano e dizer que os condicionantes do passado, como estruturas viárias, existência de grandes terras

agrícolas (especulação imobiliária) ou meios de produção competitivos, já não influenciam esta expansão.

Percebe-se, dessa maneira, a grande necessidade de se entender as características dos processos intraurbanos e seus impactos sobre o espaço rural. Os efeitos dessa dinâmica acabam criando um grande desafio tanto para o planejamento quanto para a própria pesquisa sobre a cidade. Espacialmente é possível observar uma reconfiguração urbana, sendo assim, é necessário avaliar e entender esse processo e sua qualidade nestes novos espaços de transição.

Estas áreas rurais heterogêneas, de transição, incorporadas à malha intraurbana, podem ser vistas como um espaço particular, excluídas e segregadas, pois, como veremos na próxima seção, dentre outros elementos, possuem uma classificação administrativo-jurídica que não representa a realidade física.

1.3. O RECORTE URBANO/RURAL

O tipo de lugar em que uma população vive é um elemento importante para identificar e compreender os processos sociais, econômico, cultural, político e demográfico pelos quais esta população passa. Pode-se dizer que a categorização de tipo de lugar mais habitualmente utilizada para explicar os comportamentos demográficos é a divisão entre rural e urbano adotada pela ONU no final da década de 40 (CHAMPION; HUGO, 2004). Dentre os exemplos de utilização, estão a diferença de fecundidade entre os habitantes das áreas rurais e áreas urbanas e o diferencial de mortalidade experimentado pelas populações dessas áreas (CHAMPION; HUGO, 2004).

De acordo como Lattes, Rodriguez e Villa (2002), a ONU especificou que os critérios de classificação da população urbana ficaria a cargo dos próprios países, sendo que os critérios mais utilizados têm sido o tamanho da população, densidade populacional, função econômica, presença de determinados equipamentos, delimitação política e paisagem (HUGO; CHAMPION; LATTES, 2002). Dentre esses critérios, Lattes, Rodriguez e Villa (2002) afirmam que o uso apenas da delimitação política para classificar a área onde a população vive prejudica os estudos comparativos entre países sobre o processo de urbanização, uma vez que podem levar a unidades territoriais muito distintas. O CELADE (2001) registra que, dentre os países da América Latina que utilizam ou utilizaram o critério político, estão Brasil, Colômbia (1951, 1985, 1993), República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala (1964, 1973, 1981, 1994), Haiti, Honduras (1950), Jamaica, Nicarágua (1950), Paraguai (1950, 1972, 1982, 1992) e Uruguai.

Em um exercício simples para analisar o nível de urbanização em 1990, Lattes, Rodriguez e Villa (2002) mostraram que, ao se adotar um critério relativo ao tamanho populacional, com diferentes dimensões numéricas (2, 20 e 100 mil habitantes), mas ainda sem controle sobre a unidade territorial utilizada, o nível de urbanização do Brasil passaria de 74,7% para 75,9%, quando adotados 2.000 habitantes, para 61,7%, quando 20.000 habitantes, e 47,5% para 100.000 habitantes.

Já Veiga (2001), ao apresentar o trabalho sobre a Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil¹⁵, do IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP (1999), identificou o Brasil Urbano, em 1991, correspondendo a 54,7% da população brasileira, formado por 12

¹⁵ O trabalho se baseou em um estudo realizado pelo IBGE/DGEO e adotou critérios funcionais, como tipo de atividade realizada naquele espaço (primária, secundária e terciária), e estruturais, como tamanho populacional, densidade demográfica, estrutura ocupacional da população, bem como aglomerações definidas.

aglomerações metropolitanas com 200 municípios, 37 aglomerações não metropolitanas com 178 municípios e 77 centros urbanos com 455 municípios. Portanto, por diferença, o Brasil Rural seria formado pelos 5052 municípios restantes, respondendo, em 1991, a 45,3% da população brasileira. Além disso, Veiga (2001), como uma crítica ao caráter residual do rural, elaborou uma tipologia baseada no tamanho populacional e densidade demográfica e constatou uma categoria de município, a qual classificou como “rurbano¹⁶”. Para ele, essa categoria poderia ser incluída no cálculo do nível de urbanização. Assim, a urbanização para 1991 passaria a 67,5%.

Dessa maneira, deve-se considerar que o uso do critério político-administrativo gera "distorções" na determinação das localidades urbanas, uma vez que acaba por incluir como urbano qualquer núcleo com menos de mil habitantes. Por isso mesmo Lattes, Rodriguez e Villa (2002) recomendam cautela quando em análises comparativas do processo de urbanização entre Brasil e outros países do mundo.

Veiga (2001) já apontava os problemas de se adotar um critério político-administrativo. Para ele, a adoção desse critério passa pela concepção normativa da configuração territorial. No caso do Brasil, o autor aponta que este critério foi adotado no governo Getúlio Varga pelo Decreto-Lei 311, de 1938. Este decreto determinou que toda sede municipal existente é por consequência uma cidade urbana, independentemente de suas estruturas e funções.

O Decreto-Lei 311/38 fez com que todas as sedes municipais existentes virassem cidades, independentemente de quaisquer características estruturais ou funcionais. Foram consideradas urbanas todas essas sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados. Para futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas, e para futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que àquela data eram cabeça de município, passaram a ser consideradas, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado para as novas (VEIGA, 2001, p.2).

Historicamente, argumenta Veiga (2001), o Brasil nunca teve dispositivo legal que estabelecesse diferenças entre cidades e vila. Além disso, a elevação à condição de cidade era feita de forma arbitrária. Naquele período, o Conselho Nacional de Geografia foi o responsável pela criação das delimitações que resultaram na figura legal do “perímetro urbano”. Entretanto,

¹⁶ Neologismo utilizado por Veiga (2001).

com o aumento da autonomia dos estados pós-1946, surgiram diversas interpretações e critérios sobre o que deveria ser perímetro urbano (BERNARDES; SANTOS; WALCACER, 1983, apud VEIGA, 2001). Atualmente, cabe aos municípios a competência da definição desse perímetro, isto é, dos limites oficiais entre as áreas urbanas e rurais para fins urbanísticos e tributários (IBGE, 2001, p.116).

Apesar da aparente motivação tributária como estimulante da expansão artificial dos perímetros urbanos, uma vez que o IPTU é aplicado sobre área urbana, Veiga (2001) constatou que ela só é efetivada de fato em municípios de intensa concentração populacional, cujas características são, de qualquer forma, essencialmente urbanas. Contudo, é exatamente a expansão artificial do perímetro urbano que leva a um incremento no grau de urbanização brasileira, já que altera a classificação de espaços de “natureza pouco artificializada” para urbanos, visto que se localizam em alguma sede municipal ou distrital (VEIGA, 2001).

Veiga (2001) mostra que os 100 menores municípios, em 1991, possuíam uma população inferior a dois mil habitantes e densidade demográfica menor que 0,5 hab/km². Porém, de acordo com a concepção normativa adotada pelo Brasil, o fato de metade deles habitarem em sedes municipais lhes conferia o status urbano. “E são inúmeros os casos de municípios com população irrisória e ínfima densidade demográfica, mas com alta ‘taxa de urbanização’” (VEIGA, 2001, p.5).

A evolução das abordagens de separação urbano/rural no resto do mundo mostra que o Brasil está na via inversa (VEIGA, 2001; LATTES; RODRIGUEZ; VILLA, 2002; HUGO; CHAMPION; LATTES, 2002; CHAMPION; HUGO, 2004). Na verdade, para que essa configuração seja realmente analisada, é imprescindível a construção de tipologias capazes de captar a diversidade territorial do país, caso contrário, como aponta Veiga (2001, p.14), o rural terá sua importância tão diminuída que “torna pouco relevante qualquer política voltada à sua dinamização, além de dispensar a definição de alguma estratégia específica”. Tem-se, portanto, a concepção de que, em um futuro próximo, o rural será tomado pelo urbano.

Assim, pode-se afirmar que o rural no Brasil, por conta da concepção normativa, possui um tratamento residual, baseado principalmente na compreensão de que os espaços rural e urbano possuem realidades antagônicas (atraso versus modernidade). De fato, Silva (1997) já argumentava que, historicamente, o corte urbano/rural foi usado para relacionar conflitos entre duas realidades diferentes (uma em declínio, a outra em ascensão) em função do progresso das

forças capitalistas que minavam a “velha ordem feudal”. Dessa maneira, o “urbano” passou a ser associado ao “novo”, ao “progresso”, e o rural ao “velho” ou ao “atraso”.

Entretanto, com a evolução das mudanças no tamanho e natureza da ocupação territorial, mostrados anteriormente, bem como do surgimento de padrões de ocupação mais complexos, a linha divisória entre o rural e o urbano se torna cada vez menos evidente (DEMATTEIS, 1998; HUGO et al., 2002; CHAMPION; HUGO, 2004).

Como visto na seção anterior, o processo de urbanização se alterou ao longo do tempo e foi além das tradicionais formas de ocupação urbana, tais como a tradicional dicotomia centro-periferia e a conurbação. Observa-se no Brasil contemporâneo o surgimento de novas formas, menos compactas, tais como as áreas metropolitanas e as megalópoles, que se forjam a partir de fenômenos como a intensificação da mobilidade, a contraurbanização, a periurbanização e a urbanização dispersa (DEMATTEIS, 1998; BOGART, 2006).

Já do lado rural, como registrado na seção 1.1, o processo de modernização culminou em uma reorganização produtiva e em um esvaziamento do campo, no aumento das atividades não agrícolas e na mudança de percepção da terra, que deixa de ser vista como um meio de produção para ser tomada como um bem de valor (SILVA, 1999; ORTEGA, 2008). Além disso, os avanços tecnológicos da informação e dos transportes reduziram distâncias e modificaram as relações sociais e econômicas (GUTFREUND, 2004; BOGART, 2006).

Portanto, a categorização rural e urbano passou a não ser suficiente para mostrar a diferenciação do comportamento demográfico ao longo do contínuo que se estabelece entre essas duas categorias. Visto que este fenômeno, de acordo com Champion e Hugo (2004), está presente tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, é importante uma reconceitualização sobre as formas de classificar as ocupações, de modo que permita uma melhor análise tanto dos padrões de mudança de ocupação do solo quanto dos processos demográficos, econômicos e sociais, a fim de planejar e prover serviços a seus residentes.

Lattes, Rodríguez e Villa (2002) também sustentam que, para compreender os novos caminhos e natureza dos recentes processos de redistribuições territoriais da população, deve-se necessariamente passar por uma revisão da estrutura de assentamento que ultrapasse a dicotomia rural-urbana para captar as novas realidades e suas múltiplas dimensões.

Hugo, Champion e Lattes (2002) apontam que, embora ainda existam diferenças significativas suficientes para manter uma classificação rural e urbana separada, “[..] há uma

necessidade de reconhecer que a situação mudou através de novas formas de classificação de áreas urbanas e rurais que levam plenamente em consideração as novas complexidades da realidade” (p.11, tradução nossa).

Nesse sentido, Champion e Hugo (2004) afirmam que a dicotomia rural/urbano não mais se presta para capturar as variações nos sistemas de ocupação urbana no solo. Como exemplos, eles citam o estudo da *US National Academy of Sciences Panel on Urban Population Dynamics (National Research Council, 2003)*, no qual se verificou que a taxa de fecundidade varia também em relação ao tamanho da cidade, demonstrando que a dicotomia urbano-rural sozinha não é suficiente para capturar essas variações. Ademais, diante da modificação da natureza do assentamento rural pelo processo de modernização, não se pode continuar a tratar "rural" como um setor. Nesta perspectiva, o rural é mais amplo que o setor agropecuário, como corriqueiramente é tratado (ORTEGA, 2008).

Como apontam Hugo, Champion e Lattes (2002) e Champion e Hugo (2004), contemporaneamente é difícil definir a fronteira onde começa e termina o urbano, e isso se deve em parte ao fato de que as pessoas se movem mais e dividem suas vidas entre as áreas tradicionalmente urbanas e rurais. Os autores apontam que as trocas (pendulares) entre as áreas urbana e rural aumentaram muito, e, como resultado, existe a criação de “área cinza”, ou seja, uma zona de transição em que urbano e rural se mesclam.

De acordo com Champion e Hugo (2004), podem-se resumir em três argumentos as dificuldades de se manter a dicotomia rural-urbana:

[...] em primeiro lugar, que a distinção entre áreas rurais e urbanas está se tornando cada vez mais tênue; em segundo lugar, que, com uma variedade cada vez maior de usos e aplicações, a confiança em uma classificação unidimensional de assentamentos é cada vez mais questionável; e, em terceiro lugar, que o surgimento de novos tipos de urbanização teve implicações para os sistemas de assentamentos que não podem ser capturados através de noções tradicionais de áreas urbanas e rurais (CHAMPION; HUGO, 2004, p.7, tradução nossa).

O fenômeno do aumento da “área cinza”, de acordo com Hugo, Champion e Lattes (2002) e Champion e Hugo (2004), já foi observado no rural britânico em 1966 por Pahl, quando este verificou uma maior inserção das dinâmicas urbanas no espaço rural: “Com o avanço da tecnologia da informação e dos transportes, as funções urbanas começavam a se localizar em

áreas rurais, enquanto a mecanização reduzia à mão de obra necessária para agricultura e indústrias extrativista”.

No Brasil, Muller (1985), Tartaglia e Oliveira (1988), Silva (1999) e Ortega (2008) chegaram a resultados similares ao analisar o rural da segunda metade do século XX, quando se constatou um aumento da atividade não agrícola e modificações nas relações urbanas decorrentes de sua modernização. O trabalho de Hugo, Champion e Lattes (2002) menciona várias denominações para essa região de transição, que apresenta uma roupagem rural ou não metropolitana, mas que contém funções que estão fortemente associadas a metrópoles próximas e com as quais seus residentes mantêm fortes ligações via movimentos pendulares. Assim, foram referidas como *Ex-Urban* por Davis (1990) e McKensi (1996), *Peri-Metropolitant* por Burnley e Murphy (1995), *Technoburbs* por Fishman (1990) e *Exurbia* por Nelson e Duerker (1990).

Já Miranda (2008), ao revisar as abordagens clássicas sobre as áreas de transição, de Wehrwein (1942), Lively (1953), Gollodger (1960), Pahal (1962), Pryor (1971), Kayser (1990), apontou que essas áreas são permeadas por questões como: a delimitação das franjas urbanas, os deslocamentos pendulares, o fim das terras agricultáveis, a transformação do solo rural em solo urbano e as estratégias de proprietários de terras e dos promotores imobiliários. Burnley e Murphy (1995, p. 245) descreveram essas áreas como:

[...] centros urbanos estabelecidos em uma matriz de terras rurais onde as funções tradicionais agrícolas e serviços associados foram invadidas por usos associados área metropolitana das proximidades, incluindo o desenvolvimento de áreas residenciais de baixa densidade para aqueles que realizam movimentos pendulares com a áreas metropolitanas e aposentados.

Para Miranda (2008), uma área de transição se apresenta como:

[...] espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais, presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano” (MIRANDA, 2008, p.28).

Entretanto, como operacionalizar essa área de transição tendo como objetivo a superação da dicotomia rural/urbano, uma vez que o sistema de assentamento passou por alterações significativas desde de sua concepção, há mais de quatro décadas? Diante desta questão, Champion e Hugo (2001) apontam que as alternativas à dicotomia existentes na literatura devem passar por estas linhas gerais¹⁷:

- Introdução de uma terceira categoria – intermediária – entre rural e urbano¹⁸;
- Entendimento de que os sistemas contínuos de ocupações possam estar sujeitos à divisão em categorias;
- Reconhecimento que a ocupação humana é multidimensional, ou seja, vai além do “mais rural” ao “mais urbano”;
- Concepção de maneiras de lidar com as novas formas de urbanização, olhando além do conceito de "aglomeração urbana" da ONU.

Nesse sentido, Cunha (2004) e Cunha e Rodrigues (2001), ao abordarem os processos de urbanização e ocupação do solo no Brasil e, especificamente, no estado de São Paulo, propuseram a construção de uma categoria intermediária entre a área rural e urbana, uma área de transição baseada nas categorias de situação de domicílio criadas pelo IBGE para o Censo Demográfico. Mesmo considerando que a dificuldade de definição administrativa de urbano e rural, denunciada por Veiga (2001), não seja resolvida¹⁹, através dessa nova classificação torna-se possível uma análise mais refinada dos padrões de mudança de ocupação do solo e a produção de subsídios para o melhor planejamento e provimento de serviços para os residentes.

Tal como Miranda (2008, p.5), no presente estudo:

“[...] partiu-se do entendimento que as áreas de transição rural-urbana se caracterizam enquanto zonas de transição de usos do solo urbano para rural, expansão que ultrapassa os limites administrativos urbanos nas nucleações centrais, lócus de problemas decorrentes das diferentes dinâmicas da urbanização (favelização, especulação imobiliária, segregação espacial, turismo rural, migrações pendulares, crescimento da economia informal, etc.).”

¹⁷ Champion e Hugo (2004) alertam que, quando se elaboram novos conceitos, é possível encontrar dificuldade nos meios políticos, pois os conceitos antigos são a base para decisões governamentais.

¹⁸ Recomendado pelo Comitê de Urbanização da IUSSP (GOLDSTEIN E SLY, 1974).

¹⁹ Na verdade, como mostram os autores, embora o IBGE passe a adotar maior desagregação para a situação de domicílio, ainda assim a divisão rural e urbana definida pelos municípios é mantida, ou seja, o problema apontado por Veiga (2001), relativo ao caráter administrativo e pouco realista da dicotomia urbano/rural, continua a existir.

Assim, em uma perspectiva de desenvolvimento metropolitano, é importante conhecer as características sócioeconômicas e demográficas (situação do domicílio, a constituição por sexo, idade, educação, ocupação e renda, por exemplo) de uma população para fornecer importantes subsídios às políticas públicas e de desenvolvimento, a fim de melhorar a compreensão do fenômeno da expansão intraurbana nas “áreas de transição” e das suas implicações sobre diferentes espaços.

2. A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - A EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO URBANA PARA O RURAL

Os objetivos desse Capítulo são: (1) conhecer o processo de estruturação e expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e (2) compreender, através de uma revisão dos planos diretores dos municípios da RMC, como a alteração da lei do perímetro urbano ao longo dos anos mais recentes permitiu a incorporação de áreas rurais distantes dos centros urbanos, culminando nas áreas de transição, em função dos interesses imobiliários locais.

Neste contexto, é importante destacar como a expansão urbana e suas relações intraurbanas e, mais recentemente, o processo de dispersão, cumpriram papel fundamental na mudança do tipo de ocupação do solo rural, principalmente nas áreas mais próximas aos municípios de grande porte, como no caso das regiões metropolitanas.

Dessa maneira, este Capítulo procura apresentar a Região Metropolitana de Campinas (RMC) em um nível intraurbano, desvendando seu desenvolvimento enquanto metrópole e seus espaços, a dinâmica do mercado imobiliário local e, principalmente, seus vetores de expansão em direção ao espaço rural.

Em seguida, discute-se a criação e a expansão dos perímetros urbanos de cada cidade da RMC a partir dos planos diretores de seus respectivos municípios. Procura-se compreender como se dá a conversão de uma área rural em urbana, sob a ótica jurídico-administrativa, e as relações entre os diferentes entes federativos do país (União, estados e municípios). Vale lembrar que, mesmo que a priori a legislação e tributação do rural caiba à União, a descentralização promovida pela Constituição de 1988 deu maiores poderes aos municípios para legislar sobre todo tipo de solo a partir da figura do "assunto de interesse local" (Art. 30, I da Constituição Federal).

2.1. OCUPAÇÕES URBANAS E DINÂMICA IMOBILIÁRIA NA RMC

Desde o início da industrialização, e intensificada pelo modelo fordista das indústrias tradicionais, a densificação das áreas urbanas nas cidades reproduziu um modelo conhecido como dicotomia centro-periferia, ou seja, a oposição entre centro rico e periferia pobre. Nesse sentido, as áreas mais centrais e consolidadas das cidades foram ocupadas pelos estratos sócioeconômicos mais elevados e as áreas periféricas, com pior infraestrutura, pela população mais pobre (BONDUKI, 1998; NEVES; CUNHA 2010).

O histórico do crescimento e expansão da Região Metropolitana de Campinas é ilustrativo, embora, neste caso, também existam claros indícios de processos diversos, como o crescimento de subúrbios e de municípios que não a sede, como o caso de Indaiatuba e Americana. A RMC pode ser considerada uma região bastante heterogênea, apresentando municípios, via de regra, com percursos históricos próprios, com diferentes graus de desenvolvimento e urbanização, e com diferentes vocações econômicas (CUNHA et al., 2006; MIRANDA, 2002).

Cunha et al. (2006) registram que, a partir dos anos 1960, e principalmente depois dos 1970²⁰, Campinas e outros municípios da região, tais como Americana, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Indaiatuba, receberam grandes investimentos governamentais, tornando-se um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado. Tal fato se deve, em grande parte, à desconcentração verificada na Região Metropolitana de São Paulo, o que elevou bastante o ritmo de crescimento populacional em toda a região, muito embora de maneira desordenada.

Este padrão de expansão urbana, caracterizado pela expansão periférica, baixa qualidade de vida urbana e fortes deficiências de infraestrutura, absorveu indiscriminadamente a área rural do município, gerando uma região desconcentrada e de grande extensão e conduzindo à retenção especulativa do solo. Este processo gerou um crescimento físico horizontal com áreas intermediárias vazias.

²⁰ A partir da década de 1970, a Região de Campinas passa a se destacar pela presença de um setor industrial dinâmico, com indústrias de ponta, um setor agrícola bastante diversificado e com alto índice de mecanização, um moderno setor de comércio e serviços. Também passa a contar com a presença de universidades e de institutos de pesquisa, e, por consequência, com a existência de um mercado de trabalho qualificado e dinâmico (MIRANDA, 2002).

Este mesmo processo pode ser visto em grandes aglomerados urbanos e regiões metropolitanas, conforme apontado em trabalhos como os de Maricato (1996), Bonduki (1998), Caldeira (2000), Lago (2003). Na década de 1970, a Lei Federal 6.766²¹, que dispõe sobre o parcelamento do solo²² urbano para regularizar e atualizar a Lei nº59/1937, bem como o surgimento dos “loteamentos fechados” e políticas públicas setoriais de transporte²³, impulsionaram o processo de ocupação espacial das periferias que se expandiram fortemente na década de 1990 (MIRANDA, 2002). Na esteira deste processo, no período já se pode observar um novo modelo de ocupação periférica, protagonizado pelos estratos sócioeconômicos mais elevados nas diversas regiões metropolitanas do país, inclusive na RMC (SPONCHIADO, 2016; CUNHA, 2016).

Pode-se afirmar que a extensa malha rodoviária que cruza a Região Metropolitana de Campinas garante sua inserção privilegiada no contexto regional, visto que os eixos rodoviários articulam a RMC à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e ao interior do estado (especialmente às regiões de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba, Sorocaba e parte de Minas Gerais). Dessa maneira, essa malha, embora não determinante, não deve ter sua parcela de responsabilidade desconsiderada na intensa integração entre os municípios que a compõem e que se revelam nos crescentes fluxos pendulares entre os municípios (PIRES, 2007).

Assim, Cunha et al. (2006) apontam que, na RMC, a partir da década de 1980, é possível verificar a desconcentração populacional da cidade sede metropolitana rumo aos municípios vizinhos. Apesar de inicialmente terem funções de cidades-dormitórios, vários desses municípios vizinhos acabaram desenvolvendo dinâmica própria, instalando novas indústrias e desenvolvendo suas próprias periferias, embora em harmonia com a cidade sede. Outros, que já possuíam suas dinâmicas particulares, se desenvolveram quase que de modo autônomo em

²¹ A Lei Federal 6766/79 estabelece requisitos urbanísticos de aprovação, de registro imobiliário, dos contratos de compra e venda e das disposições penais para o parcelamento do solo. Trata-se da mais importante etapa de constituição do tecido urbano, quando se define o traçado do sistema viário, as áreas destinadas ao uso público, como praças e equipamentos comunitários e urbanos, e os lotes privados.

²² ²² Estabelece duas formas para a urbanização de uma gleba, o loteamento e o desmembramento. O primeiro envolve a abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes, com exigência de reserva de áreas públicas para lazer, equipamentos públicos comunitários e urbanos. O segundo não envolve abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes, não sendo, em geral, exigida a reserva de áreas públicas.

²³ Foram formuladas principalmente pelos governos federal e estadual e, portanto, com recursos públicos, desde a década de 50 até meados dos anos 80, no bojo de vários projetos de cunho nacional-desenvolvimentista. A título de exemplo, tem-se as rodovias Anhanguera, D. Pedro, Bandeirantes e Santos Dumont, e o próprio Aeroporto de Viracopos, tendo, muitos eles, contribuído para o intenso processo de "interiorização do desenvolvimento" (MIRANDA, 2002).

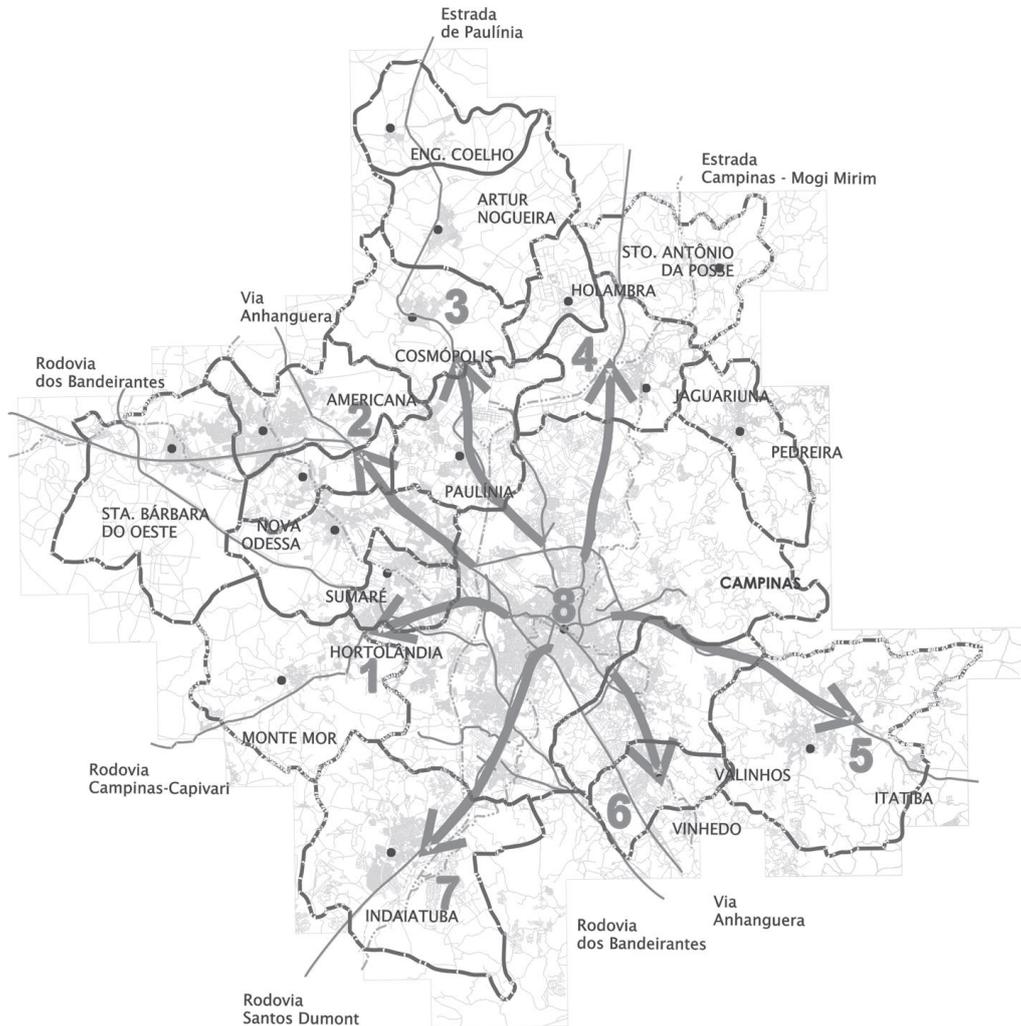
relação à capital metropolitana. Esse processo de expansão urbana, de acordo com Cunha et al. (2006, p.341), “[...] tem um paralelo em várias das cidades menores da região metropolitana, onde o sistema rodoviário e o dinamismo econômico regional são vantagens comparativas que propulsionam seu crescimento”.

Depreende-se, portanto, que a ocupação territorial resultante é a soma da expansão horizontal do município-sede com a das outras cidades. Miranda (2002) acrescenta que a forma como se estruturou o sistema viário regional e a instalação de loteamentos e conjuntos habitacionais, tanto os formais quanto os informais, mais voltados para a população de baixa renda, constitui-se como fator que mais pesou na indução do processo de expansão urbana regional nas décadas de 70 e 80.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o processo de expansão urbana da RM de Campinas teve um predomínio da expansão horizontal, que produziu uma mancha urbana descontínua e espaiada. Além disso, tanto a instalação de loteamentos industriais e habitacionais, legais ou clandestinos, quanto o seccionamento da malha urbana pelas rodovias, ferrovias, rios e córregos tiveram um papel condicionador nesse processo (PIRES, 2007).

Pires (2007) observa na RM de Campinas sete direções para as quais a população tem crescido de maneira mais intensa, acompanhando os principais eixos rodoviários. Estas direções são apresentadas na Figura 1, abaixo:

Figura 1 - Vetores de expansão urbana – Região Metropolitana de Campinas



Fonte: Pires (2007).

A oeste, no eixo SP-101 – Rodovia Campinas-Monte Mor, especialmente nos municípios de Hortolândia e Monte Mor, caracterizados pela descontinuidade e precariedade dos assentamentos urbanos, induzidos muitas vezes pelo poder público via conjuntos habitacionais, pela implantação de indústrias e equipamentos e pela ausência de equipamentos e serviços urbanos (Vetor 1) (PIRES, 2007).

Ao longo da Rodovia Anhanguera (SP-330) está o principal eixo de localização industrial do setor, onde a ocupação é praticamente ininterrupta até Americana, cuja dinâmica impactou diretamente o crescimento de Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa (Vetor 2). Em Campinas, destaca-se a maior parte das unidades construídas pela Cohab-Campinas até o final de 1980. Já em Sumaré, a ocupação se assemelha à de Hortolândia, apesar de apresentar

características de uma cidade de pequeno porte. Por fim, Americana pode ser considerada um centro sub-regional cuja dinâmica própria com Santa Bárbara d'Oeste e Nova Odessa revela uma menor dependência da sede metropolitana (PIRES, 2007).

Os vetores 3, 4 e 5 estão articulados por meio da Rodovia Dom Pedro I (SP-065). Nessa região, a ocupação urbana residencial ocorreu de forma menos intensa e com predomínio de habitações dos estratos de renda média e alta, localizadas em loteamentos formais, em geral em descontinuidade com a área urbanizada da sede do município. Esta Região é formada por grandes fazendas de influentes famílias paulistas, com proximidade com o poder público nas suas várias instâncias, o que levou a um desmembramento e ocupação mais “nobre”. Essa articulação de ação pública e privada, incluindo a própria construção da rodovia, no início dos anos 1970, garante um perfil de ocupação diferenciado e grande valorização imobiliária dessa região, e é a base sobre a qual irá se desenvolver a nova centralidade metropolitana, com localização de grandes centros de consumo (shopping centers, hipermercados, casas noturnas, entre outros), de grandes universidades e outras instituições de pesquisa e alta tecnologia (PIRES, 2007).

O Vetor 3 articula a Campinas pela rodovia Milton Tavares de Lima – SP 332. É onde se localiza a refinaria da Petrobras, Replan e o pólo petroquímico de Paulínia, que tiveram impacto direto sobre sua expansão urbana do tipo popular, e onde se localizam as cidades de Paulínia, Cosmópolis, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho. Vale ressaltar que a incompatibilidade entre essa implantação industrial e a ocupação urbana, além do controle federal sobre o município de Paulínia, considerado área de segurança nacional, nos anos 1970, contiveram a expansão urbana nesta direção, pelo menos até o final da década de 1980 (PIRES, 2007).

No Vetor 4, articulada pela rodovia Rodovia Adhemar de Barros (SP-340), conectam-se ao centro metropolitano as cidades de Jaguariúna, Holambra, Santo Antônio de Posse e Pedreira. Até os anos 1980, esses pequenos municípios estiveram integrados à dinâmica regional pela agricultura, à exceção de Pedreira, cuja base econômica é a indústria cerâmica. Seus núcleos urbanos se destinavam, principalmente, ao apoio a essa atividade, caracterizando-se por um tecido urbano típico de cidade interiorana (PIRES, 2007).

O Vetor 5 – D. Pedro-Itatiba articula os distritos de Sousas e Joaquim Egídio, pertencentes à Campinas, parte de Valinhos e à cidade de Itatiba ao longo da Rodovia Dom Pedro I. Neste vetor, formado pelos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, encontra-se uma Área

de Proteção Ambiental²⁴, que apresenta, portanto, uma restrição à expansão urbana. Além disso, este vetor se destaca pela qualidade paisagística. Essas características atraíram a atividade imobiliária, com o parcelamento para fins urbanos de diversas fazendas da região. São, em geral, loteamentos com dimensão superior à média, destinados a estratos de rendimentos mais elevados, também com características de descontinuidade da área urbanizada. Ocupados parcialmente nos anos 1980, alguns deles passaram a controlar o acesso com cancelas e fechamento de ruas, tornando as áreas públicas espaços de uso exclusivo dos moradores. Com essas características, são também embriões das novas formas urbanas (PIRES, 2007).

Ao Sudeste, em direção a Valinhos, ligado a Campinas pela Avenida Francisco de Paula Sousas, separadas fisicamente pelo anel viário Magalhães Teixeira, ou, ainda, articulado pelo eixo Via Anhanguera em direção a Valinhos e Vinhedo, está o Vetor 6. Na região de Valinhos e Vinhedo, no momento de maior expansão urbana, através do parcelamento de áreas rurais, constituiu-se condomínios de loteamentos fechados, chácaras de recreio, adquiridos por uma população paulistana cuja maioria apresenta maior poder aquisitivo (PIRES, 2007).

E, por fim, ao sudoeste, em direção à Indaiatuba, acompanhando o eixo da Rodovia Santos Dumont (SP-075), onde localiza-se o aeroporto de Viracopos e há uma concentração fabril de importância regional, há a ocorrência de parcelamentos do solo realizados de forma confusa e problemática. Primeiramente, houve a formação da área do Distrito Industrial de Campinas – DIC, elaborado pelo PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado), que levou à desapropriação dos parcelamentos ocorridos em 1950. Depois, houve grandes investimentos em infraestrutura, entretanto, parte significativa da área foi repassada para a Cohab-Campinas. Além disso, o surgimento de espaços vazios entre os conjuntos de loteamentos e a área urbana acarretou um processo de urbanização precário e contaminado por especulação imobiliária. Novamente, se o padrão de loteamentos precários e de favelas predomina nesta região em Campinas²⁵, o mesmo não se estende até Indaiatuba, onde predominam chácaras de recreio e moradia. Este município apresenta um

²⁴ Lei Complementar Municipal nº 10.850/2001.

²⁵ Vários loteamentos abertos entre os anos 1950 e 1970, no entorno do Aeroporto de Viracopos, são objeto de decreto de desapropriação para fins de ampliação do Aeroporto, em 1979. Esses loteamentos precariamente implantados, em parte já ocupados, não receberam nenhum investimento em infraestrutura e equipamentos definitivos, entre o final da década de 1970 até 2005, em razão de uma desapropriação que não se efetivou. Essa situação se prolongou até recentemente, quando houve alteração do perímetro da área a ser desapropriada para expansão do aeroporto. As condições urbanas dessas áreas estão entre as mais precárias do município, com o abastecimento de água através de caminhão pipa (PIRES, 2007).

crescimento populacional alto, aliado a uma indústria significativa e um centro comercial e de serviços dinâmico, além de não conter favelas (PIRES, 2007).

De acordo com Pires (2007, p.37),

No centro metropolitano (Vetor 8), área delimitada pelas Rodovias Anhanguera, Dom Pedro I e pelo Anel Viário, a expansão, nos anos 1970 e 1980, ocorreu pela expansão e alteração do tecido urbano tradicional com as seguintes características: 1) disseminação do processo de verticalização em diversas regiões, inclusive em áreas mais distantes da área central, em lotes e glebas; 2) abertura de novos loteamentos tradicionais, voltados para camadas de média renda; 3) ocupação de áreas públicas e beira de córregos por favelas, notadamente nos loteamentos mais antigos; 4) implantação de conjuntos residenciais populares da Cohab-Campinas, no início de sua atuação, no período entre 1967 e 1976. Destacam-se, ainda, o surgimento dos condomínios horizontais fechados e o fechamento de bairros de alta renda, que começam a se disseminar no final dos anos 1980, localizados na região leste, próximos à Rodovia Dom Pedro I.

Assim, no final dos anos 1980, pode-se afirmar que os vetores 1, 2 e 7 (somente no município de Campinas) predominam quanto à ocupação industrial de grande porte e à ocupação residencial popular, com um tecido urbano descontínuo e precário, com favelas ocupando áreas públicas. Já nos vetores 3, 4 e 5 se localiza a expansão de ocupação dos estratos sócioeconômicos de renda média e alta, possuindo padrão horizontal, em áreas descontínuas, mas com acesso ao centro metropolitano e aos equipamentos de educação, comércio e serviços, que começam a se adensar nessa região, especialmente ao longo da Rodovia Dom Pedro I. No Vetor 6, destacam-se os parcelamentos rurais para chácaras de recreio e residência fixa, o que altera as características do tecido urbano tradicional desses municípios (PIRES, 2007).

Verifica-se, portanto, que a configuração socioespacial da metrópole se altera e mostra indícios de uma segregação espacial, processo que tem como um de seus componentes os eixos rodoviários que seccionam a metrópole de Campinas (CUNHA et al., 2006).

A partir da década de 1990 houve mudanças significativas no padrão de urbanização e de valorização imobiliário. Com o agravamento da recessão econômica que limitou a ação estatal (um dos responsáveis desse processo) e as mudanças ocorridas no processo produtivo comentado anteriormente, inicia-se uma nova fase de expansão urbana e de valorização imobiliária, centrada no adensamento da ocupação de áreas de urbanização já abertas, na diminuição da população nos centros e na implantação de loteamentos e condomínios fechados,

com baixa densidade de ocupação, localizados nos vetores 3, 4, 5, 6 e 7, voltados para os estratos sócioeconômicos de renda média e alta em áreas afastadas do centro urbano (CASTELLS, 1998; MIRANDA, 2002; PIRES, 2007).

Nota-se que a expansão desses loteamentos e condomínios fechados se concentra majoritariamente nos vetores já normalmente ocupados pelo estrato sócioeconômico mais elevado, na região da “cordilheira da riqueza”, e que este processo de ocupação se acentuou ainda mais a partir de 2000 (CUNHA et al., 2006; CUNHA; FALCÃO, Coord., 2017). Já a expansão da periferia pela população de baixa renda se dá majoritariamente nos vetores tradicionalmente ocupados pelos estratos sócioeconômicos mais desfavorecido, ou seja, tem-se a “cordilheira da pobreza”. Entretanto, essa ocupação se dá em outro contexto e condição daquela protagonizada pela população de mais alta renda. Percebe-se, assim, a já constatada “divisão” mencionada por Cunha et al. (2006), demarcada pela Rodovia Anhanguera: de um lado há a expansão do estrato sócioeconômico mais elevado, do outro, a expansão da população menos abastada.

Aqui convém ressaltar que a dinâmica do mercado imobiliário é uma componente importante na determinação da distribuição populacional no espaço metropolitano, uma vez que o mercado imobiliário determina, em grande parte, o processo de organização espacial e as condições gerais de apropriação dos espaços da cidade pelos diferentes grupos sociais (CAMPOS; FILHO, 1992; VILLAÇA, 1998; MIRANDA, 2002).

Na Região Metropolitana de Campinas o papel do mercado imobiliário foi notável, pois, segundo Miranda (2002), tirou proveito de três elementos: da estrutura espacial instaurada pelo complexo cafeeiro, do hábito histórico da retenção especulativa da terra sobre outros ativos financeiros e das complexas relações políticas e legislativas entre o urbano e o rural quanto à regulação de uso e ocupação do solo. Dessa maneira, pode-se afirmar que este setor teve liberdade para atuar sobre e direcionar a urbanização na região, uma das mais importantes e dinâmicas do estado de São Paulo do ponto de vista sócioeconômico. Miranda (2002) inclusive aponta que o funcionamento do "circuito imobiliário especulativo" foi o responsável pela degradação socioespacial prevalente nessa área.

De uma análise mais detalhada destes três elementos que auxiliaram na dinâmica imobiliária, depreende-se que a vocação agrícola da região de Campinas e o desenvolvimento do complexo cafeeiro nela observado deixaram como legado grandes fazendas no entorno da

sede metropolitana, e que, a partir do desenvolvimento dos outros municípios da metrópole, constituíram espaços de interesse do capital imobiliário (MIRANDA, 2002).

Além disso, observou-se, da década de 1980 em diante, um aumento na demanda por essas áreas próximas aos grandes centros urbanos em função do simbolismo rural, presente no imaginário coletivo na forma do campo como um espaço bucólico distante das tensões urbanas, e da possibilidade potencial de urbanização (MIRANDA, 2002). Diante disso, houve o aumento da expectativa de renda de imóveis rurais e consequentemente:

[..] a elevação do valor da terra, que acaba por deslocar desses espaços os usos agrícolas tradicionais. Com efeito, o valor do imóvel rural eleva-se de tal forma que o custo de oportunidade de uma ocupação agrícola tradicional se inviabiliza em favor de outros usos mais rentáveis, ou do próprio "não uso" mais imediato. A área rural próxima aos grandes centros urbanos vem sendo ocupada com usos rurais não agrícolas, ou mesmo por usos urbanos, como condomínios de alto luxo e chácaras de lazer, muitos deles em situação legalmente irregular, em áreas mais valorizadas, ou por loteamentos clandestinos, invasões e/ou ocupações pela população de baixa renda, em áreas mais desvalorizadas (MIRANDA, 2002, p.15).

Em relação ao uso de terra como reserva de valor, Miranda (2002), apoiado em autores como Sayad, argumenta que a formação da economia brasileira sobre bases capitalistas está ligada a esse "circuito imobiliário", uma vez que o ramo imobiliário urbano sempre se apresentou como opção lucrativa de baixo risco. Dessa maneira, esse investimento serve para amortecer as possíveis quedas de rentabilidade do capital produtivo, decorrentes de uma diminuição do ritmo de crescimento da economia e de processos inflacionários.

Por fim, quanto às complexas relações políticas e legislativas na regulação de uso e ocupação do solo, a Constituição de 1988 foi um marco. Com objetivo de descentralizar as ações e atribuições públicas, a partir da articulação de poderes entre União, estado e município sobre a regulamentação urbanística e ambiental e o parcelamento do solo, a carta magna determinou que a União teria a atribuição de instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Por sua vez, o estado teria atribuições mais difusas e o município comportaria as mais específicas quanto à tributação e quanto ao ordenamento do espaço urbano e aos chamados "assunto de interesse local" (Art. 30, I da Constituição Federal). Pode-se, portanto, afirmar que o município é o ente soberano na legislação do uso do solo.

Na prática, podemos dizer que a União teve uma atuação importante nas décadas de 60 e 70, especialmente em relação à abertura de linhas de financiamento habitacional e de saneamento urbano. O poder público estadual de São Paulo teve uma atuação mais marcante em relação aos espaços metropolitanos, na década de 1980 e, também, nas questões relativas ao licenciamento ambiental de empreendimentos de maior porte e impacto, a partir de meados da década de 80. E, no caso de Campinas, o poder público municipal teve, ao longo das décadas de 70 e 80, importante atuação no processo de expansão urbana, de um lado na oferta de infraestrutura básica e, de outro, na permissão do espraiamento da malha urbana e na formação de 'vazios urbanos' e áreas de retenção especulativa da terra [...] As atribuições que são específicas dos municípios, previstas na Constituição do Estado de São Paulo (art. 30), vão desde a suplementação à legislação federal e a estadual, no que couber, até a possibilidade de legislar sobre assuntos de interesse local (MIRANDA, 2002, p.107).

No entanto, no início de 1990, com o surgimento dos fundos imobiliários, principalmente nas regiões metropolitanas e nas aglomerações urbanas, os agentes do mercado imobiliário começam a agir na esfera regional, enquanto a regulação do uso do solo pela administração pública se dá na esfera municipal (MIRANDA, 2002; PIRES, 2007).

Para Rolnik (2015) há uma transmutação da habitação para o mercado financeiro, e por consequência a transferência da responsabilidade de provisão da habitação do Estado para o mercado. Restando ao primeiro a facilitar a gestão do setor habitacional no sentido em estimular condições para que o mercado possa gerir o "negocio" habitacional. Assim, o mercado imobiliário torna-se cada vez mais importante e consistente na promoção de seus interesses (MIRANDA, 2002, PIRES, 2007).

Dessa maneira, a demanda da maior parte da população é preterida em relação à lógica do mercado imobiliário, resultando em um espaço urbano fragmentado, como se observa na Região Metropolitana de Campinas. Além disso, há uma bem-sucedida pressão sobre a esfera pública para atender às obras de melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos nestes novos empreendimentos, que passam a concorrer com as obras de loteamentos mais antigos e carentes (VILLAÇA, 1998; PIRES, 2007).

Cabe, também, esclarecer, principalmente para o município de Campinas, que o caráter restrito do mercado de terra urbanizada e a inexistência de linhas de crédito para a população de baixa renda adquirir moradia são fatores centrais na alocação e segregação dos pobres no tecido urbano. Assim, Neves e Cunha (2010, p.219) registram que:

Em conjunto com outras formas de assentamentos urbanos, estimuladas pelo Estado ou pela iniciativa privada, os espaços constituídos de forma irregular, por ocupação espontânea ou mesmo por produção imobiliária fora dos moldes impostos pelas municipalidades, constituem um “mosaico” de situações dentro da cidade.

Ainda com relação às novas ocupações urbanas, expoente máximo do processo de dispersão urbana, os grandes empreendimentos, cada vez mais comuns em tais regiões e em locais mais afastados dos centros urbanos (mesmo em áreas rurais), costumam demandar uma reordenação da infraestrutura regional, orientando, em muitos sentidos, a valorização das terras e promovendo outras formas e padrões de urbanização. Estes, desconectados dos interesses públicos ou sociais, acentuam ainda mais a segregação. Tais empreendimentos, de acordo com Pires (2007) e Miranda (2008), acabam orientando a expansão urbana em dois sentidos principais: valorização de áreas ainda não incorporadas e lançamento de tendências e conceitos que serão reproduzidos em muitos outros produtos imobiliários subsequentes. Destes cenários, depreende-se que a “cordilheira da riqueza” se torna cada vez mais homogênea e “exclusiva” para a população de alta renda (CUNHA; FALCÃO, Coord., 2017).

É importante registrar que a aprovação da maioria desses empreendimentos não segue os trâmites normais. A legislação de parcelamento é substituída por expediente mais flexível e as glebas resultantes geralmente não se enquadram na legislação urbanística. Além disso, são implantados em glebas resultantes de desapropriações por valor simbólico das áreas destinadas ao sistema viário para garantir a acessibilidade à gleba, acordadas entre o empreendedor e o poder público (MIRANDA, 2002; PIRES, 2007).

Na esfera pública municipal é comum a falta de estrutura para análise desses empreendimentos, além de haver interesse em aprovar tais projetos (PIRES, 2007). Com isso, não é raro a análise caso a caso por parte das administrações municipais (MIRANDA, 2008). Dessa maneira, as responsabilidades do empreendedor, que deveriam seguir critérios rígidos, nem sempre são acordadas de maneira clara com a municipalidade, sendo que a cada nova administração os processos podem sofrer alterações e/ou impedimentos (MIRANDA, 2002; PIRES, 2007; MIRANDA, 2008).

Esses procedimentos também geram problemas para a legalização dos empreendimentos, pois, mesmo que o processo esteja paralisado, as construções podem

continuar. Cano (2008) já alertava que a “não ação” do Estado beneficia interesses particulares, tornando-se “um fenômeno conhecido e frequentemente gritante”.

Ressalta-se que há uma tendência de produção desses empreendimentos destinados às faixas de renda média e média-baixa, principalmente em virtude da ampliação do crédito imobiliário no início da última década e pela crescente demanda, visto que estes loteamentos ao mesmo tempo que segregam também passam uma imagem de status e ascensão social (PIRES, 2007). No caso da RMC, estes empreendimentos são maioria e, de acordo com Pires (2007), estão presentes em todos os vetores de expansão, principalmente nas franjas das áreas urbanas, já caracterizadas por uma urbanização precária.

Nas incorporações das áreas de transição rural-urbano, as complexas relações entre as diversas esferas do poder público e o interesse privado ficam ainda mais nítidas, haja vista que, sendo áreas rurais, estão sujeitas à legislação federal²⁶ e, portanto, têm o INCRA como único órgão que poderia parcelá-las. Entretanto, uma vez que são áreas de transição, ou seja, próximas às áreas urbanas, estão sujeitas à incorporação urbana na medida em que é o município quem define seu perímetro urbano, através de legislação específica, para incorporação das “áreas de interesse local”, conforme a Constituição de 1988. Ademais, poderá haver, como no caso de Campinas, legislações municipais (Lei nº 6031/88) que permitam o regulamento do uso e ocupação de terras rurais através de “estudos específicos” – na verdade, a falta de definições deste termo cria um “alto grau de arbitragem técnica com grande subjetividade, dificultando o trabalho dos técnicos e, ao mesmo tempo, propiciando favorecimentos” (NEGREIROS; SANTOS, 2001, p. 135).

Uma das características desse processo de expansão urbana, conforme mencionado anteriormente e de acordo com o fenômeno da segregação socioespacial, é a ocupação de áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos. Neste sentido, é interessante registrar que, a partir do período 1990/2000, Cunha e Rodrigues (2001), Silva (2001) e Cano (2008) observaram casos de aumento da população rural no estado de São Paulo. Entretanto, todos os autores concluem que se trata da população urbana que começou a habitar zonas rurais e que trabalhavam em áreas urbanas. Isto pode fornecer indícios de ocupações ilegais e clandestinas destinadas à habitação em áreas rurais próximas às grandes cidades do interior e da capital do estado, seja pelo modo de ocupação tradicional (periferização social), sejam pelas novas

²⁶ Vale mencionar que desde 1990, com o processo de descentralização das políticas públicas, há uma tendência à municipalização das Casas da Agricultura, da gestão ambiental e do desenvolvimento rural, bem como de ações integradas entre o INCRA, o que pode possibilitar uma atuação municipal na regulação de uso e ocupação do solo rural.

ocupações, as chamadas “novas periferias” ou “periferias ‘ricas’” (CUNHA, 2016). Indícios encontrados por Campanhola e Silva (2000) reforçam essa conclusão, visto que a população rural não-agrícola superou, desde 1997, a população rural agrícola no país.

O caráter “legal duvidoso”, ilegal ou clandestino dessas expansões, associado à falta de competência do município para legislar fora do perímetro urbano e a conivência do poder público municipal com o interesse do capital imobiliário, caracteriza essas áreas ocupadas como “terra de ninguém”, pois, como foi visto, quem legisla sobre o rural é o Ministério da Agricultura e sua legislação é estritamente agrícola, o que tende a favorecer a produção²⁷.

Silva (2001, p.45-46) apontava as seguintes implicações:

A emergência das novas funções (principalmente lazer e moradia) para o rural, somada à perda da regulação setorial (via políticas agrícolas e agrárias) resultante do esvaziamento do Estado nacional, deixou espaços que demandam novas formas de regulação públicas e privadas. É o caso exemplar das prefeituras, batendo-se contra a proliferação desordenada dos condomínios rurais que não passam, no fundo, de novas formas de loteamentos clandestinos, que acabam demandando serviços como luz, água, coleta de lixo, etc.

Com isso, pode-se afirmar que existe um rural que se mescla ao urbano, um “rurbano” que vivencia e reproduz as mesmas contradições desses espaços, mas de maneira distinta. Agora não é somente uma divisão entre ocupações precárias e ocupações de um estrato sócioeconômico mais elevado, mas também se introduz a essa dualidade o meio ambiente, a natureza, o campo, o isolamento, a mobilidade, fatores que, como visto anteriormente, levam a novos conflitos e dilemas para as administrações públicas.

Num contexto de recursos públicos limitados e ocupações espaciais dispersas e afastadas do centro urbano, o poder público é levado a ponderar sobre qual ocupação deverá receber recursos para infraestrutura e serviços públicos. Infelizmente, o final dessa história todos sabemos, e Villaça (1998) reforça ao mostrar como os estratos sócioeconômicos mais elevados são beneficiados na luta pelas melhores e mais bem equipadas localizações.

²⁷ Por exemplo, os parâmetros do meio rural brasileiro estabelecem que a área mínima autorizada para o fracionamento da propriedade rural é de 2 hectare. Toda área menor é considerada ilegal.

2.2. PLANOS DIRETORES DA RMC E SEUS PERÍMETROS URBANOS

Nesta seção, pretende-se recuperar a legislação vigente e os planos diretores mais recentes de todos os municípios que compõem a RMC e avaliar cada um deles em relação à alteração dos perímetros urbanos, além de buscar observar se há regras sobre, ou se são legais, as ocupações sobre o espaço rural. Procura-se também realizar, na medida do possível, um diálogo com a legislação federal e estadual quanto ao uso e ocupação da terra. Desta maneira, será possível identificar o tratamento municipal dado às ocupações registradas no Capítulo 3, se estas são provenientes do planejamento público ou fruto de sua omissão.

Para tanto, toma-se como referência o importante e detalhado trabalho de Pera (2016). Entre seus resultados, destaca-se que a expansão urbana, ocorrida a partir de 2000 para além dos territórios urbanos, está associada a uma permissividade governamental, tal como Miranda (2002) e Pires (2007) também registram. Isto se dá em uma lógica de disputa entre os estratos sócioeconômicos distintos, uma competição pelo espaço, pela melhor localização, conforme mostra Villaça (1998), e se reproduz entre os estratos sociais sendo um dos eixos propulsores da segregação socioespacial.

Essa permissividade governamental pode ser observada no tratamento dispensado pelos governos municipais da RMC na determinação do perímetro urbano. Como se verá mais adiante, os perímetros urbanos dos municípios são alterados sem um planejamento adequado e sem a preocupação de integrar²⁸ os municípios que compõem a RMC. As análises não deixam dúvidas de que os agentes imobiliários e o estrato sócioeconômico mais elevado (detentor do poder público) possuem um papel importante na orientação e determinação dessas alterações frente ao poder público (PERA, 2016; MIRANDA 2002).

A situação acima é evidenciada quando se nota que, na região estudada, cerca de 27,9%²⁹ da área urbanizada da RMC é composta por glebas vazias, inseridas no interior do tecido urbano consolidado. Além disso, como aponta Pera (2016), a expansão dos perímetros urbanos ocorre em ritmo desassociado da demanda de crescimento das atividades urbanas e demográficas da região. Nos últimos cinco anos, 11 municípios da RMC propuseram alterações de perímetro urbano:

Diante da instauração dessa realidade, indaga-se sobre a necessidade dessas novas expansões da área legalmente urbana, pois, na maioria dos municípios

²⁸ Como PERA (2016) registra, isto se deve a uma falha estrutural na criação dos entes metropolitanos.

²⁹ Segundo o Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social (AGEMCAMP, 2009).

estudados, a relação entre a área do perímetro urbano e a da área urbanizada mostra-se extremamente contrastante, havendo, em praticamente todos, áreas ainda não urbanizadas dentro do perímetro urbano municipal, sendo Indaiatuba, Monte Mor, Paulínia, Pedreira e Santa Bárbara d'Oeste os casos que mais chamam atenção, devido às vastas áreas desocupadas. Verifica-se, assim, que a maioria dos municípios perpetua a prática da expansão urbana mesmo diante de um espaço com acentuada fragmentação espacial e baixa densidade populacional, colocando em xeque os reais interesses que pautam o crescimento das áreas legalmente urbanas sobre as áreas rurais, uma vez que, na maioria dos municípios, aquelas não são necessárias (PERA, 2016, p.41).

A análise da legislação urbanística realizada por Pera (2016) foi sistematizada em dois tempos: de 2000 a 2009 e de 2010 a 2014. Dentro da legislação estão: o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); a Lei nº 6766/1979 – LPSU (e suas revisões), que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; o Decreto Lei nº 311/1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país; o Código Tributário (Lei nº 5171/1966); a Lei que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas (Lei nº 11.977/2009).

Já os planos diretores analisados por Pera (2016) foram: Plano Diretor de Americana (Lei nº 4.597/2008); Plano Diretor de Artur Nogueira (Lei nº 441/2007); Plano Diretor de Campinas (Lei nº 15/2006); Plano Diretor de Cosmópolis (Lei nº 2.949/2007); Plano Diretor de Engenheiro Coelho (Lei nº 436/2006 e Lei nº 11/2012, Revisão PD); Plano Diretor de Holambra (Anteprojeto de Lei do Plano Diretor 2006); Plano Diretor de Hortolândia (Lei nº 2.092/2008); Plano Diretor de Indaiatuba (Lei nº 4.067/2001); Plano Diretor de Itatiba (Lei nº 3.759/2004 e Lei nº 4.325/2011, Revisão PD); Plano Diretor de Jaguariúna (Lei nº 96/2004 e Lei nº 204/2012, Revisão PD); Plano Diretor de Monte Mor (Lei nº 1/2006 e Lei nº 16/2010, Revisão PD); Plano Diretor de Morungaba (Lei nº 1.159/2006); Plano Diretor de Nova Odessa (Lei nº 10/2006); Plano Diretor de Paulínia (Lei nº 2.852/2006); Plano Diretor de Pedreira (Lei nº 2.792/2008); Plano Diretor de Santa Bárbara d'Oeste (Lei nº 28/2006); Plano Diretor de Santo Antônio de Posse (Lei nº 17/2006); Plano Diretor de Sumaré (Lei nº 4.250/2006); Plano Diretor de Valinhos (Lei nº 3.841/2004); Plano Diretor de Vinhedo (Lei nº 66/2007).

Pera (2016) registra que são poucos os municípios da RMC que possuem diretrizes específicas em suas legislações para o ordenamento territorial da expansão urbana, tanto em escala municipal quanto metropolitana. Mesmo quando possuem, são muitas vezes genéricas e de difícil implementação, sendo que este cenário favorece, portanto, a ocupação de espaços para

além do perímetro urbano. A falta de definições claras, afirma Pera (2016), a respeito de terminologias como “zona urbana³⁰”, “perímetro urbano³¹”, “macrozoneamento³²”, “zonas urbanas para fins tributários³³” e “área de expansão urbana³⁴” contribui para este cenário, uma vez que, nas legislações e planos diretores, estes termos são entendidos como sinônimos.

Nas palavras de Pera (2016, p.201-202):

O perímetro urbano deveria ter a função de delimitar até onde um município pode produzir parcelamentos do solo do tipo urbano em seu território, porém parece não haver consenso sobre essa definição no Brasil, sendo o termo por vezes utilizado de forma equivocada, dando a entender que o perímetro urbano é a área do tecido que já se encontra parcelada, ao invés de caracterizar o limite até onde o tecido pode expandir-se por meio de parcelamentos do solo do tipo urbano. Devido à ausência de definições, permitiu-se que cada município interpretasse os termos “área de expansão urbana”, “perímetro urbano” e “macrozona” de acordo com os próprios interesses políticos, econômicos e sociais.

2.2.1. SOBRE A BASE FEDERAL

Em âmbito federal, o Decreto-Lei nº 311 de 1938 determina uma divisão territorial entre urbano e rural, através da presença de sede de cidade ou vilas/distritos em escala municipal. Já a Lei nº 6766/1979 (e sua revisão, de 1999) dispõe sobre o uso e parcelamento do solo, e a Lei nº 5171/1966, sobre o sobre o pagamento do Imposto Territorial Urbano (IPTU). Entretanto, como registram Pera (2016) e Sabino (2016), não há lei federal que regulamente a definição do perímetro urbano e das áreas de expansão urbana, assim como de sua aplicação e suas obrigações.

Dessa maneira, a doutrina jurídica tem admitido o conceito previsto no Código Tributário Nacional, Lei nº 5171/1966, tanto para efeitos tributários como para efeitos

³⁰ É necessário distinguir os conceitos utilizados na LPSU, concernente a imóvel urbano e imóvel rural, pois estes são distintos dos imóveis de zona urbana e de zona rural. Quando se fala “Imóvel Urbano ou Rural”, fala-se sobre a qualificação dada conforme a destinação de uso do solo. Já quando se fala “Zona Urbana ou Rural”, diz respeito à localização do solo (SABINO, 2016).

³¹ Caracteriza o limite até onde um município poderia produzir loteamentos urbanos (PERA, 2016).

³² Caracteriza uma forma propositiva de análise, planejamento e diagnóstico de questões relacionadas ao ordenamento territorial do município como um todo (área urbana e rural) – devendo estar as macrozonas estruturadas de forma a romper a divisão dicotômica entre urbano e rural (PERA, 2016).

³³ Está relacionado a uma divisão territorial estabelecida meramente para fins tributários, para cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), não havendo a necessidade das zonas urbanas dialogarem com o perímetro urbano municipal (PERA, 2016).

³⁴ Não há diretrizes sobre a localização dessas áreas no interior do município, ficando indefinido, na legislação brasileira, se devem estar contidas dentro ou fora do perímetro urbano municipal (PERA, 2016).

urbanísticos. Segundo o Artigo 32, do Código Tributário Nacional, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado. Entretanto, há exceções previstas, isto é, as zonas de expansão urbana e zonas de urbanização específica. Por definição, a zona de expansão urbana é área reservada para o crescimento das cidades e vilas, adjacente à zona urbana. A zona de urbanização específica está relacionada à possibilidade de serem exercidas atividades tipicamente urbanas em determinado terreno da cidade, isolado, separado, não contíguo às demais zonas urbanas do município (SABINO, 2016).

Contudo, nem mesmo o Código Tributário utiliza o conceito ou mesmo o termo “perímetro urbano” em seu texto:

A lei dispõe apenas a respeito da necessidade de grafar zonas urbanas, áreas urbanizáveis e áreas de expansão urbana, não sendo necessário o diálogo entre essas zonas e os instrumentos municipais de ordenamento da expansão urbana. Diante do verificado, nota-se que essa lei não utiliza termos como “zona urbana” e “áreas de expansão urbana” enquanto sinônimos de “perímetro urbano”. Os reflexos da prática da utilização dessa lei por parte de alguns membros do corpo técnico municipal – já familiarizados com os termos “zona urbana” e “perímetro urbano” –, e a necessidade dos municípios terem um mapeamento acerca das áreas legalmente passíveis de serem urbanizadas –, acabam disseminando erroneamente tais termos, em planos diretores, como expressões com igual finalidade, apesar de possuírem finalidades diversas em relação à gestão municipal (PERA, 2016. p.76).

O parcelamento (desmembramento ou loteamento) de terras para fins urbanos é o que se destina à urbanização, edificação e ocupação, com a finalidade de habitação, indústria ou comércio, enquanto parcelamento para fins rurais é o que se destina à exploração econômica da terra - agrícola, pecuária, extrativa ou agroindustrial. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica³⁵,

³⁵ Além disso, reitera-se que a Lei nº 6.766/1979 (com as revisões dadas pela Lei nº 9785/1999), menciona a necessidade de estipular “zonas urbanas”, de “expansão urbana” e de “urbanização específica”; e que cabe ao Plano Diretor Municipal defini-las. Entretanto, Pera (2016) argumenta que faltam critérios específicos para orientar o parcelamento das áreas de “expansão urbana”, aquela entre a zona urbana e a zona rural, o que faz com que para nesta área, erroneamente, vigorem os mesmos critérios definidos para o parcelamento das zonas urbanas.

assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal (Artigo 3º, Lei nº 6.766/79). Não seria possível, portanto, o parcelamento para fins urbanos em zona rural (GASPARINI, 1988).

A título de exemplo, se o poder público autorizar a instalação de parcelamentos para fins urbanos em zona rural, deverá, primeiramente, promover a sua transformação para zona urbana, fundamentando a decisão no Artigo 32 do Código Tributário Nacional, e também observando o procedimento e os requisitos definidos no artigo 53 da Lei nº 6.766/79, no Estatuto da Cidade, na Instrução Normativa nº 17-B do INCRA e nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado (SABINO, 2016).

Vale ressaltar que, após a data de publicação da Lei Federal nº 12.608/12 (11/04/2012), o processo se tornou mais burocrático, visto que a lei municipal exigida para alterar a qualificação urbanística de rural para urbana, deverá primeiramente apresentar projeto específico, exigência presente no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade. Ou seja, a aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano fica condicionada à existência do projeto específico e deve obedecer às suas disposições. Além disso, o projeto específico deve atender às diretrizes do plano diretor, quando houver. Se o plano diretor contemplar tais exigências, o município fica dispensado da elaboração do projeto específico (SABINO, 2016).

Neste caso, o Artigo 42-B, incluso no Estatuto da Cidade pela Lei nº 12.608/12, determina que o projeto específico deverá conter no mínimo: I - demarcação do novo perímetro urbano; II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda; V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.

Como registra Pera (2016), essa medida é um avanço, pois exige dos municípios um planejamento sobre suas áreas de expansão urbana, garantindo que o parcelamento do solo

ocorra em áreas passíveis de urbanização. Entretanto, a autora verificou que, no caso dos municípios da RMC, esses novos artigos:

[...] ainda são pouco conhecidos por parte da população, da sociedade civil organizada e do próprio setor público municipal (Executivo e Legislativo). Tanto que, apesar de alguns municípios terem aprovado alterações no perímetro urbano municipal posteriormente a 2012, não se constatou a existência de nenhum plano específico voltado à aprovação de alterações no perímetro urbano municipal (p.79-80).

Os instrumentos em geral, mesmo o Estatuto da Cidade tal como formulado, carecem de aprofundamento e detalhamento nas questões que tangem ao desenvolvimento dos municípios e às regras de parcelamento do solo. Ainda hoje, tais instrumentos muitas vezes não possuem um planejamento e nem procuram regular as áreas rurais (SANTORO; COBRA; BONDUKI, 2010).

2.2.2. SOBRE A BASE MUNICIPAL

Pera (2016), em seu trabalho, partiu do estudo dos Planos Diretores e das leis de perímetro urbano dos vinte municípios que compõem a RMC. Sua sistemática pautou-se na organização de fichas de leitura e em uma análise realizada a partir de quatro eixos temáticos: (A) inserção da temática do planejamento da expansão urbana, em escala metropolitana, dentro do planejamento municipal; (B) papel do perímetro urbano dentro da legislação urbanística municipal; (C) instrumentos urbanísticos voltados à recuperação de mais-valia oriunda da produção do solo urbano; e (D) compreensão do ordenamento da expansão urbana proposto pela divisão territorial de planejamento, o macrozoneamento, de cada município.

Sua análise enfatiza a falta de planejamento da expansão das ocupações urbanas em escala metropolitana, tanto nos municípios quanto na própria RMC. Ainda de acordo com a autora, somente Campinas e Engenheiro Coelho expõem uma preocupação nesse sentido, o que, contudo, não se traduz em diretrizes voltadas a integrar o planejamento municipal ao metropolitano.

Pera (2016), depois da coleta de cartografias e do mapeamento das alterações de perímetro urbano após 2010 (de acordo com a legislação urbanística municipal), notou que nos municípios de Vinhedo, Morungaba, Pedreira, Holambra, Paulínia, Americana, Nova Odessa e

Sumaré não houve ampliações de perímetro urbano. Já em Artur Nogueira houve, embora tenha sido revogado posteriormente. Em Hortolândia, o limite de município representa o próprio perímetro urbano da localidade. O restante dos municípios apresentava expansão. Ela também observou que:

[...] dos quatro municípios que realizaram revisão do Plano Diretor entre 2009 e 2014 – Itatiba, Monte Mor, Jaguariúna e Engenheiro Coelho –, todos aprovaram inclusões de áreas urbanas legais ao perímetro urbano no decorrer da elaboração de um novo Plano Diretor. Isso leva a constatar que vem sendo praxe aproveitar a revisão do Plano Diretor para expandir o limite legalmente urbano (2016, p.83).

Novamente, Pera (2016) conclui que o desenvolvimento de forma precisa do perímetro urbano da RMC é prejudicado pela falta de um vocabulário urbanístico padrão, pela ausência de diretrizes no âmbito federal e pela não obrigatoriedade das leis de perímetro urbano virem acompanhadas por cartografias e descrição por meio de coordenadas.

Outra fragilidade que compromete a compreensão da delimitação dos perímetros diz respeito à natureza das informações. Não fica claro na legislação brasileira se a Lei de Perímetro Urbano é uma lei independente do Plano Diretor, complementar ao Plano Diretor, ou se precisa necessariamente estar contida no Plano Diretor. Observou-se, igualmente, situações nas quais estão em vigor mais de uma lei municipal com informações relativas ao perímetro urbano, porém com informações conflitantes quanto à sua delimitação. Por exemplo: o Plano Diretor descreve um perímetro e a Lei de Perímetro Urbano, que geralmente data dos anos 1970 ou 1980, um outro. Há, ainda, casos onde a comparação entre as leis é praticamente impossível, pois as informações são dadas de formas diferentes (PERA, 2016, p.84).

Pera (2016) sistematizou, ainda, as informações a respeito do perímetro urbano municipal e observou que, dos vinte municípios estudados, Americana, Hortolândia, Monte Mor, Paulínia, Sumaré não mencionam em seu Plano Diretor a existência de um perímetro urbano. Indaiatuba, Artur Nogueira, Jaguariúna, Morungaba, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Santo Antônio da Posse mencionam e descrevem o perímetro. Já os municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra, Itatiba, Morungaba, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio da Posse apresentam o mapa do perímetro urbano como anexo da lei – não sendo, contudo, necessariamente os mesmos que descrevem e apresentam o mapa.

Dessa maneira, Pera (2016) pode concluir que, em relação à clareza das informações contidas na legislação urbanística, Holambra, Artur Nogueira, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Santo Antônio da Posse têm êxito na apresentação. Itatiba, Engenheiro Coelho, Campinas, Vinhedo, Valinhos, Pedreira, Paulínia informam seu perímetro de maneira dúbia. Nos casos de Americana, Monte Mor, Sumaré e Cosmópolis, mostrou-se extremamente difícil descobrir com precisão qual é a área legalmente urbana apenas utilizando a legislação.

Esses problemas acima mencionados, relativos à falta de clareza e definição quanto aos termos e diretrizes que orientam os municípios em suas determinações legislativas, acarretam a produção de leis dúbias. Estas leis, apesar de representarem, teoricamente, o resultado do embate dos interesses dos diversos agentes que compõem a sociedade, acabam por beneficiar somente aquele estrato sócioeconômico que detém o poder político, e, por consequência, tornam-se instrumento de manutenção de desigualdades socioespaciais e ambientais (PERA, 2016).

O exemplo de Santa Bárbara d'Oeste é ilustrativo. O município possui lei que estabelece claramente o perímetro urbano, a Lei nº 2615/2001. Entretanto, em seu Art. 2 especifica:

São consideradas urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas no artigo anterior (Lei nº 2615/2001, 2001).

Como se nota no trecho destacado do Art.2, e também observado por Pera (2016), o perímetro de Santa Bárbara d'Oeste se revela extremamente flexível, já que qualquer área pode se tornar urbana, desde que aprovada pelos “órgãos competentes”.

Tem-se outro exemplo quando não se tem clara a definição do limite do perímetro urbano, como no caso de Vinhedo. Nessa situação, a compreensão da estruturação do planejamento do território fica comprometida. Além disso, a ausência ou a falta de transparência, de definição legal, novamente pode servir a interesses do estrato sócioeconômico e político dominante, que pode direcionar os rumos da expansão e produção do espaço urbano para onde lhe for mais conveniente (PERA, 2016).

Por fim, Pera (2016) investigou, através da leitura do Plano Diretor de cada município, se a compreensão do papel do perímetro urbano é clara no contexto da legislação

municipal. Neste caso, ela observou que para os municípios de Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Paulínia, Santo Antônio da Posse, Sumaré e Valinhos não é possível compreender o papel do perímetro urbano. Já nos municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra, Pedreira e Santa Bárbara d'Oeste, o perímetro urbano define o limite da macrozona urbana, como se toda a realidade da área urbanizada compreendesse um único bloco coeso, não havendo esforços para a caracterização do território além da dicotomia urbano-rural. Apenas em Vinhedo, Itatiba, Morungaba e Nova Odessa fica claro no Plano Diretor que o perímetro urbano possui a função de definir o limite da área passível de ser parcelada, dentro da qual aplica-se também a função social da propriedade. Assim, terras não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, localizadas dentro do perímetro urbano, estão passíveis de instrumentos para promover o uso adequado do solo urbano.

Pera (2016) ainda analisou como os municípios da RMC estão incorporando a questão do ordenamento territorial da expansão urbana em seus planos diretores. Em seus resultados, ela encontrou que, dos vinte municípios, apenas Paulínia e Cosmópolis não propõem em seu plano uma divisão territorial que visa orientar de modo específico cada setor do município, seja urbano ou rural. Santo Antônio de Posse, Jaguariúna, Nova Odessa, Monte Mor e Indaiatuba criam macrozonas, apesar de não utilizarem esse termo ao propor uma estruturação territorial de planejamento. Dois outros municípios, Hortolândia e Holambra, criam macrozonas, porém, conceitualmente de forma incorreta. O restante dos municípios que compõe a RMC cria conceitualmente de forma correta³⁶ um macrozoneamento.

Além disso, há municípios, como Engenheiro Coelho, Hortolândia, Nova Odessa, Pedreira, Santo Antônio da Posse, que confundem o conceito de macrozoneamento com o de zoneamento urbano (SILVA, 2011; PERA, 2016).

Em resumo, Pera (2016) registra que Cosmópolis, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia e Santo Antônio da Posse não propõem de fato um macrozoneamento. Apenas em Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Sumaré e Valinhos não há uma área específica destinada à “expansão urbana”, o que mostra que a maioria dos municípios da RMC inclui a expansão urbana como diretriz de planejamento e ordenamento municipal.

³⁶ Correta no sentido de orientar as ações do poder público relacionadas ao desenvolvimento urbano, tornando-se o referencial espacial geral para o município, superando o caráter estritamente normativo do “pode” ou “não pode” (BRASIL, 2002).

Por fim, notou-se que apenas Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor e Sumaré apresentam uma proposta de divisão territorial para além da dicotomia urbano-rural. Esses municípios trabalham com três realidades de planejamento: a urbana, a rural e a de expansão urbana, classificação que não se restringe somente à área urbana (PERA, 2016).

A autora também investigou em seu estudo as justificativas utilizadas pelo setor público para legitimar a expansão do perímetro urbano. Ela encontrou um padrão nos discursos utilizados pelos gestores na RMC. A maioria se utiliza do discurso do desenvolvimentismo pela expansão espacial e o da regularização de loteamentos:

[...]de levar desenvolvimento econômico por intermédio da expansão de áreas industriais e comerciais; do alto valor da terra urbana bem localizada como obstáculo para fazer habitação de interesse social – sendo necessário, por isso, implantá-las em terras inseridas em um contexto urbano-rural onde o valor do solo é mais baixo em comparação com os terrenos urbanos dotados de boa localização e bem infraestruturados –; na ideia de que é “racional” incluir na área urbana o restante faltante de loteamentos fechados que possuem parte de sua área em zona rural e parte na urbana sem a necessidade de pagamento de contrapartidas para o setor público; da promoção de novas centralidades ou polo industrial regional – interpretados como se sempre fossem socialmente desejáveis devido à concentração de novos polos geradores de emprego, comércio e serviços (PERA, 2016, p.192).

Nota-se que, tal como mencionam Silva (1999) e Miranda (2002), existe um desconhecimento do que significa desenvolvimento por parte dos gestores públicos e também a ideia de que o espaço rural, afastado dos centros urbanos, é um espaço atrasado e fadado a ser urbanizado. Isto se dá uma vez que os gestores não levam em consideração as reais potencialidades e fragilidades ambientais e sociais existentes nesses locais. Como bem observa Pera (2016), é preciso que o desenvolvimento urbano seja compreendido como um processo mais abrangente do que o simples espraiamento do tecido urbano.

Associado a isto, existe o estímulo ao surgimento dos loteamentos ilegais e clandestinos. A título de exemplo, para Da Silva (1997) normalmente é nesta categoria que duas figuras híbridas se enquadram: os “loteamentos fechados” e os “condomínios de lotes”. Na verdade, juridicamente tais figuras não existem, não há legislação que as ampare, sendo que constituem uma distorção e uma deformação de duas instituições jurídicas: o aproveitamento condominial do espaço e o loteamento ou desmembramento. É mais uma técnica de especulação

imobiliária, sem as limitações, as obrigações e os ônus que o direito urbanístico impõe aos arruadores e loteadores do solo.

Entretanto, de acordo com Gruber (2015), a doutrina majoritária e a jurisprudência têm admitido as duas figuras “híbridas”, que, quando cumprindo determinados requisitos, têm recebido alguma proteção jurídica: uma baseada na Lei 6.766/79 – denominada de “loteamento fechado” –, e outra, baseada na Lei 4.591/64, conhecida como “condomínio deitado ou condomínio de lotes”. Para receber proteção jurídica, devem considerar que o dito “loteamento fechado” seria mais bem definido como “loteamento de acesso controlado”. É inevitável que, com o registro do loteamento no Registro de Imóveis, as áreas de circulação e áreas públicas passem automaticamente ao domínio do município, por força do Art. 22 da Lei 6.766/79. Assim, não há como impedir este efeito. Contudo, na prática e na doutrina, tem-se admitido que os municípios façam concessão de uso dos bens públicos (como ruas e equipamentos de lazer) inseridos em determinado loteamento para os moradores daquela área, com fundamento na competência para legislar sobre assuntos locais (Art. 30 da Constituição Federal).

Pera (2016) concluiu que a maneira como as cidades foram planejadas e geridas levou à fragmentação e dispersão espacial com acentuada segregação socioespacial. Pode-se inferir que as relações entre o estrato sócioeconômico mais elevado e o poder público corroboraram atingir este cenário, visto que, não raro, os próprios legisladores fazem parte deste estrato sócioeconômico. As ações decorrentes destas relações foram facilitadas por dois motivos: pela pouca inserção de atores de outros estratos no cenário político e pela falta de um vocabulário urbanístico claro e coeso que pudesse pautar uma legislação efetiva, tanto para o ordenamento territorial em termos de desenvolvimento social e proteção ambiental quanto para a reversão aos municípios dos ganhos sociais e financeiros obtidos com a alteração de perímetro urbano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, pretende-se (1) apresentar a metodologia que será utilizada na dissertação, (2) conhecer a categoria espacial intermediária entre o rural e urbano da RM, (3) denotar as análises dos indicadores sócio-demográficos e econômicos obtidos para a RMC, a transformação espacial registrada em determinados setores censitários que compõem as áreas de “transição” e (4) apresentar as considerações finais.

Inicialmente, apresentam-se as áreas de transição da RMC e a metodologia originalmente proposta por Cunha e Rodrigues (2001) com base nos dados censitários. Posteriormente, será realizada uma análise espacial dos indicadores relativos à taxa média geométrica de crescimento demográfico e à densidade populacional, de forma a identificar na RMC as zonas de maior intensidade de incremento e concentração demográfica (*hot spots*) e as de menor (*cold spots*). Para tanto, fez-se uma compatibilização dos setores censitários nos períodos analisados (1991-2000 e 2000-2010), o que garantiu a manutenção, ao longo do tempo, da área geográfica considerada³⁷.

Com relação aos outros indicadores, foram tabulados levando em conta a comparação entre as diversas categorias analisadas (urbano, rural, “urbano”, “transição”, “rural”, “transição urbano”, “transição rural”) e a RM de Campinas como um todo. Ou seja, serão verificadas quais localidades dos setores de transição na RMC apresentaram as maiores ou menores proporções dos indicadores abordados e se houve modificações durante o período analisado. Deste modo, será possível mostrar que as “médias metropolitanas” escamoteiam a real diversidade socioespacial existente na região e dentro dos próprios municípios.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais, momento em que se analisa a relação entre os resultados encontrados e as principais ideias dissertadas. Pelo presente estudo, está claro que as ocupações nas áreas de transição representam os desdobramentos das relações de ocupação e segregação intraurbana da metrópole.

³⁷ Deve-se lembrar que, com o adensamento demográfico, o recorte espacial dos setores censitários de um Censo Demográfico raramente se mantém no censo seguinte, razão pela qual é fundamental a obtenção do que se poderia chamar de “unidade espacial mínima de comparação”. Nesse caso, o caminho adotado foi sempre o de recompor os setores do censo mais atual para a divisão espacial utilizada pelo censo anterior.

3.1. AS ÁREAS DE TRANSIÇÃO

O presente procedimento foi elaborado utilizando-se como fonte de dados o Universo dos Censos Demográficos dos anos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE em nível de setor censitário³⁸.

O setor censitário, delimitado pelo IBGE, é a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas (IBGE, 2010). Embora não tenha necessariamente um significado territorial ou social (uma vez que se trata apenas de uma divisão operacional), por ser a menor unidade territorial para a qual os dados censitários estão disponíveis, o setor censitário é aquele que permite o maior detalhamento para efeitos de análise espacial.

Os dados populacionais foram categorizados de acordo a “situação do domicílio” e agregados nas categorias: urbano, de “transição urbano”, de “transição rural” e rural, segundo critério já mencionado e utilizado em estudos anteriores por Cunha e Rodrigues (2001). Assim, considerando a sua área de localização, o domicílio é classificado como urbano ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais), ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por lei municipal vigente em cada período de realização do censo. A situação rural abrange todas as áreas situadas fora desses limites (IBGE, 2010).

Como já observado, no Brasil a categorização do rural e urbano está sob responsabilidade das administrações municipais, ou seja, normalmente são utilizados critérios administrativo-políticos para a definição dos espaços municipais. Esta determinação, muito criticada por autores como Veiga (2002), torna o Brasil uma exceção quando comparado a outros países, a exemplo da Austrália, Estados Unidos e alguns da Europa. Para o autor, o uso desses critérios “é inteiramente anacrônico e obsoleto”. O mais comum é a combinação de critérios estruturais (como a densidade demográfica) e funcionais (serviços indispensáveis ao meio urbano):

Fora daqui não se usa critério administrativo para definir cidade. O mais comum é uma combinação de critérios estruturais e funcionais. Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Critério

³⁸ Menor área delimitada pelo IBGE para a operação censitária. De maneira geral, inclui cerca de 300 domicílios para as zonas urbanas e 150 para as rurais.

funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe (VEIGA, 2002, p.28).

Como já explicado, cabe ao município o controle e planejamento das ocupações, tanto urbanas quanto rurais, via Plano Diretor Municipal, visto que é de responsabilidade municipal (Art. 30, VIII, CF) o planejamento do parcelamento do solo urbano, com o fim de promover o adequado ordenamento territorial, regulamentado pelas Leis nº 6.766/79 (LPSU) e 10.257/01 (Estatuto da Cidade). Partindo da observância estrita da classificação dicotômica (rural/urbano) adotada pelo município, o IBGE, por sua vez, classifica os domicílios em oito categorias espaciais: 1) Área urbanizada de cidade ou vila, 2) Área não-urbanizada de cidade ou vila, 3) Área urbana isolada e os de situação rural, 4) Aglomerado rural de extensão urbana, 5) Aglomerado rural isolado – povoado, 6) Aglomerado rural isolado – núcleo, 7) Aglomerado rural isolado – outros aglomerados, e 8) Zona rural, exclusive aglomerado rural do estado.

Com base nessa desagregação permitida pelos Censos Demográficos desde 1991 e na proposta desenvolvida por Cunha e Rodrigues (2001), definiu-se uma área de transição, como categoria intermediária entre as tradicionais áreas urbana e rural³⁹. Dessa forma, como pode ser visto no Quadro 1, considerou-se como pertencente à área de transição (TR) a população residente em domicílios situados na “área urbana isolada” e no “aglomerado rural de extensão urbana”, definidas como área de “transição urbano” (TR-UR) e área de “transição rural” (TR–RU), respectivamente.

³⁹ PERA (2016) também propõe uma abordagem das áreas de transição, entretanto, além da “área urbana isolada” e do “aglomerado rural de extensão urbana” ela utiliza a “Área não urbanizada” para compor a área de transição. Apesar de ser uma abordagem válida, no presente trabalho, optou-se por não incluir a “área não urbanizada” pois o objetivo é estudar a área “cinza”, onde ocorre o encontro do tradicional rural e urbano.

Quadro 1 – Reclassificação da situação do domicílio da população residente, com base nas categorias do Censo Demográfico/1991 e Contagem Populacional/1996.

<i>Reclassificação das áreas</i>	“Situação do domicílio”
“Urbana” (1 e 2)	1) Área urbanizada 2) Área não urbanizada
“Transição Urbano” (3) / “Transição Rural” (4)	3) Área urbana isolada 4) Aglomerado rural de extensão urbana
“Rural”	5) Aglomerado rural isolado - povoado 6) Aglomerado rural isolado - núcleo 7) Outros aglomerados 8) Área rural (exclusive aglomerado rural)

Fonte: Cunha e Rodrigues (2001).

Obs.: Os termos “urbano” e “rural” serão apresentados entre aspas quando referidos a esta reclassificação, ou seja, quando não agregarem a população recenseada na área de transição.

A utilização da área de transição na análise da distribuição da população procura evidenciar as especificidades da localização populacional no espaço da RM de Campinas. Portanto, as categorias utilizadas visam revelar a existência, por exemplo, de domicílios a princípio classificados como rurais, mas que na verdade estariam localizados em áreas de expansão urbana ainda não reclassificadas.

A análise procurará, através da categorização proposta sobre a situação do domicílio, caracterizar em termos demográficos, sociais e econômicos a população residente destas áreas. Busca-se saber se a população que habita os espaços de transição se assemelha à população rural ou à população urbana, ou se representam uma mescla entre as características de ambas as populações.

Os indicadores selecionados foram inspirados no atlas sobre a Campinas Metropolitana, de Cunha e Falcão (Coord., 2017), e estão organizados segundo as grandes áreas temáticas da realidade metropolitana de Campinas, de modo a contribuir para a compreensão e a reflexão de seus significados. Dessa maneira, há indicadores relacionados à composição e dinâmica demográfica da população, bem como suas condições de vida, que foram divididos entre demográficos, econômicos e de infraestrutura habitacional.

Dentre os indicadores demográficos estão: a taxa de crescimento populacional média anual e a densidade demográfica, mensurada em habitantes por hectare. No caso das taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional, os dados foram interpolados através da técnica de *krigagem*⁴⁰, evidenciando os pontos de maior concentração espacial dos indicadores através dos *hot spots* (maiores crescimentos demográficos) ou do seu oposto, *cold spots* (menor crescimento).

Em relação aos indicadores econômicos, foram selecionados, como proxy da renda domiciliar, o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento positivo) e a proporção dos domicílios com “alto rendimento” (mais de 10 salários) do responsável. Em ambos os casos houve compatibilização da renda entre 2000 e 2010, para acompanhar o poder de compra do salário mínimo que se alterou no decorrer do período⁴¹.

Já entre os indicadores de infraestrutura habitacional, foram selecionados aqueles representantes dos serviços de infraestrutura pública, haja vista que a expansão desses serviços básicos pode contribuir para elevar o padrão de vida da população. A seguir:

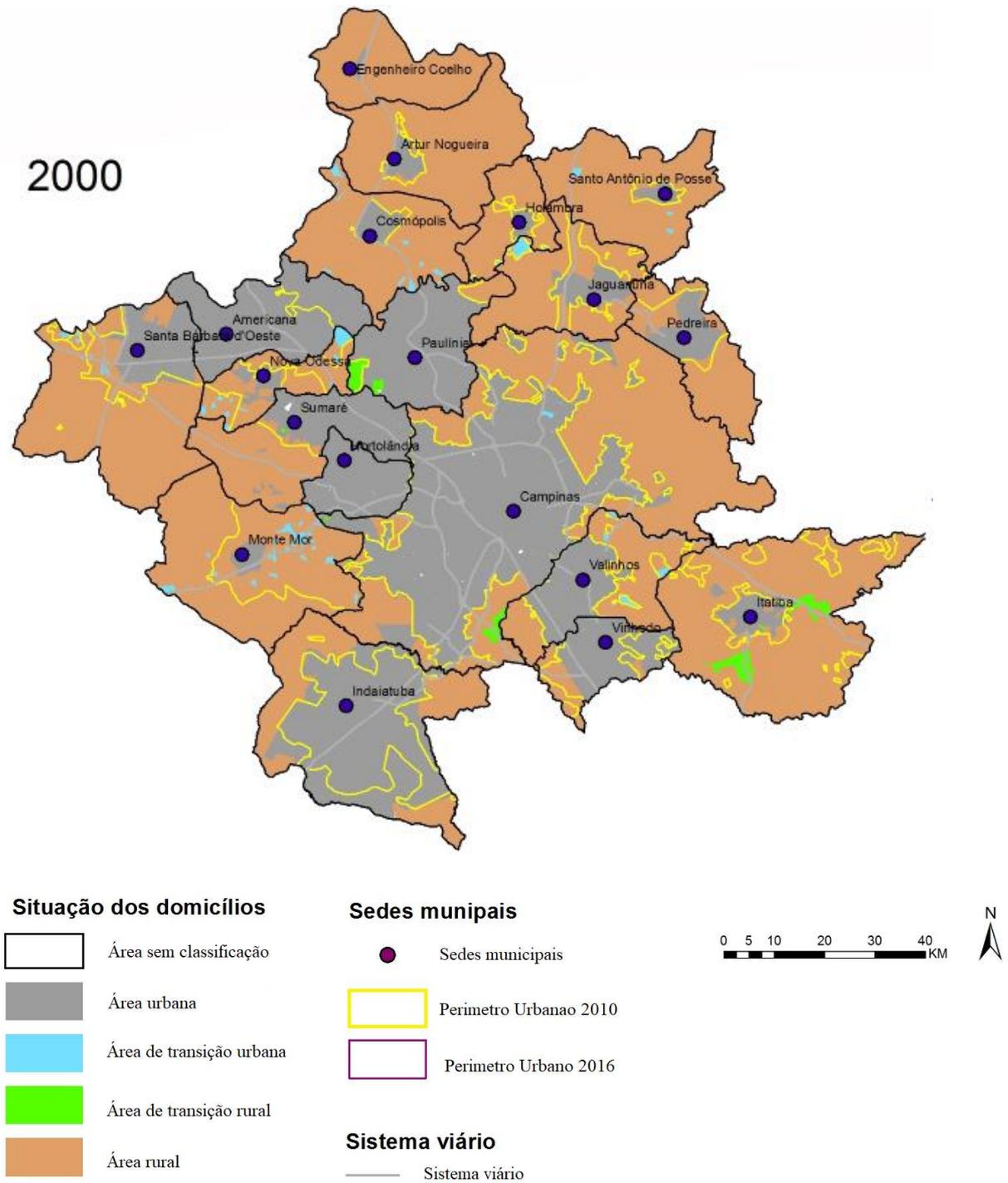
- A proporção de domicílios sem acesso à rede de abastecimento de água geral (domicílios sem água ligada à rede geral de abastecimento);
- A proporção de domicílios sem escoamento (domicílios cuja canalização de águas servidas e de dejetos provenientes do banheiro ou sanitário não é ligada a um sistema de coleta que conduz a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento da matéria esgotada);
- A proporção de domicílios sem coleta de lixo (quando o lixo do domicílio não é coletado pelo serviço de limpeza, seja público ou privado).

⁴⁰ Esta técnica de interpolação consiste, sinteticamente, em atribuir os dados de cada setor ao seu centroide e, considerando que elementos mais próximos são mais parecidos que os mais distantes, interpolá-los de modo que os pontos mais próximos recebam um peso maior e os pontos mais distantes um peso bem menor. Como resultado deste processo, obtém-se uma superfície de dados interpolados que destaca as maiores concentrações espaciais dos indicadores utilizados, facilitando as análises.

⁴¹ Para tanto, foi calculado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), obtido junto ao IBGE, comparando-se o mês de julho de 2000 com julho de 2010, meses próximos às datas de referência do período censitário, obtendo um valor de 1,96; multiplicou-se, então, este valor pelo rendimento declarado no Censo de 2000. Com isso, os indicadores expressos em salários mínimos se referem, portanto, ao rendimento em termos do valor do salário mínimo em julho de 2010, de R\$ 510.

A Figura 2 apresenta a localização espacial dos setores “rural”, “de transição” e “urbano”, bem como a delimitação municipal do perímetro urbano.

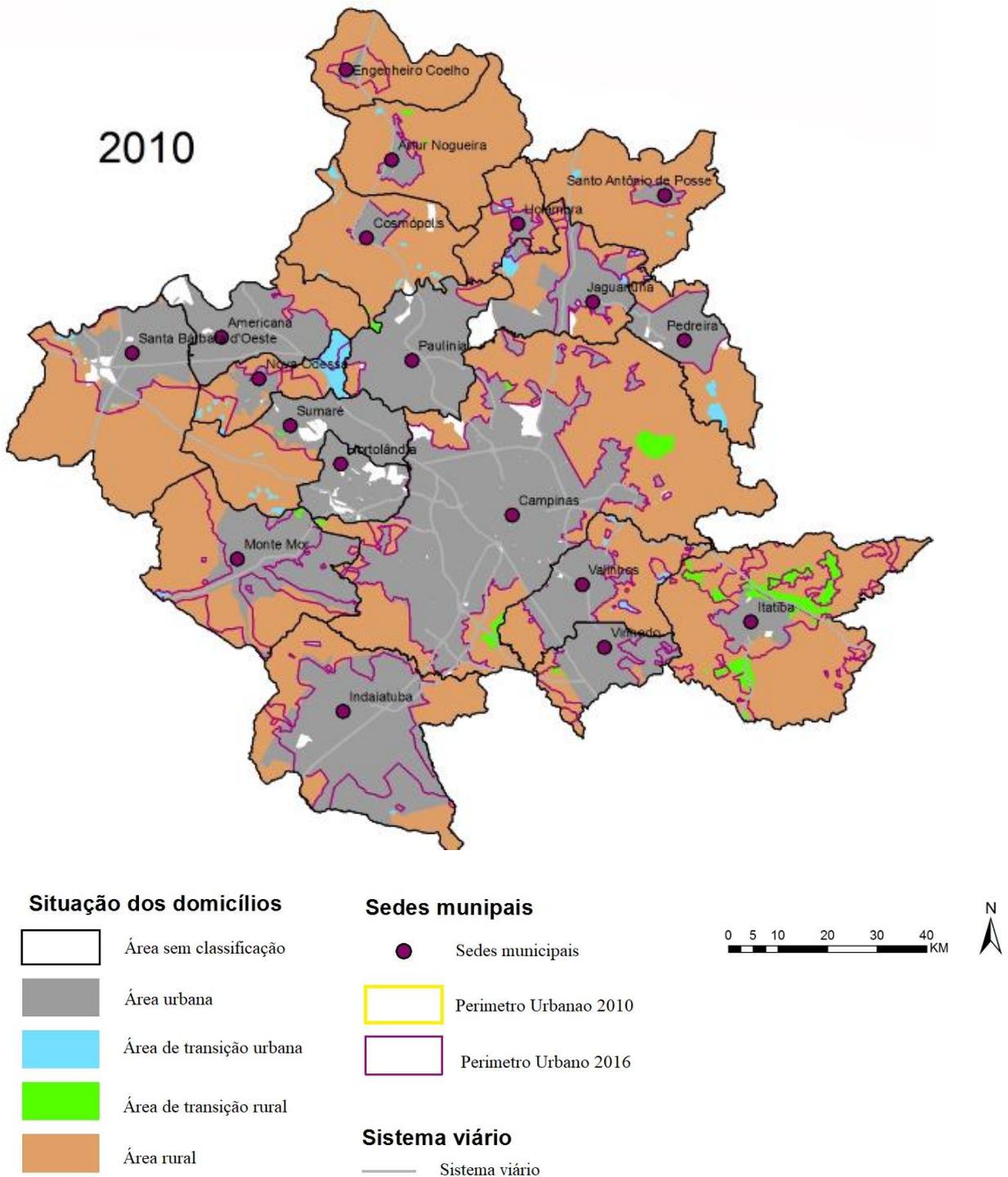
Figura 2 - Distribuição das categorias situação do domicílio por setores censitários e perímetros urbanos municipais da Região Metropolitana de Campinas, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010, (dados do Universo). Perímetros urbanos municipais adaptado de Pera (2016).

Continuação

Figura 2 - Distribuição das categorias situação do domicílio por setores censitários e perímetros urbanos municipais da Região Metropolitana de Campinas, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010, (dados do Universo). Perímetros urbanos municipais adaptado de. Pera (2016).

A grande área de cor cinza da Figura 2 representa a urbanização praticamente contínua de Vinhedo à Americana, desde 2000, e evidencia o processo de conurbação entre as cidades da RMC. É possível notar que, em 2010, essa mancha se amplia, já que os municípios ao redor de Campinas se tornaram gradativamente mais urbanos.

Em 2000, os setores “urbanos” (situação de domicílio 1 e 2 – representado pela cor cinza), representavam mais de 95% de toda a população da RMC. Em 2010, estes setores correspondiam a quase 97% do total. Já os setores “rurais” (situação de domicílio 5 a 8), que são representados pela cor ocre, continham, em 2000, quase 2,5% da população da RMC e, em 2010, não mais que 1,7%. Por fim, os setores que são o objeto de estudo deste trabalho (situação de domicílio 3, representado pela cor azul, e 4, representado pela cor verde) abrigavam, em 2000, 1,8% de toda a população do RMC, enquanto que, em 2010, respondiam por 1,4% da população total da RMC. Nota-se pela Figura 2 um aumento da área física urbana como consequência das novas definições das categorias espaciais estipuladas pelos municípios e que estavam vigentes na data do Censo de 2010. Assim, pode-se inferir que este aumento influenciou incisivamente a evolução populacional observada nas categorias estudadas.

Ao se recuperar os perímetros urbanos municipais recriados por Pera (2016) e confrontá-los com as categorias dos setores censitários de 2000, ou ao fazê-lo com os perímetros urbanos municipais atuais e os setores censitários de 2010, percebe-se de maneira mais clara a falta de planejamento municipal e com maior nitidez o direcionamento dado pelo mercado imobiliário e o estrato sócioeconômico mais elevado (PERA, 2016).

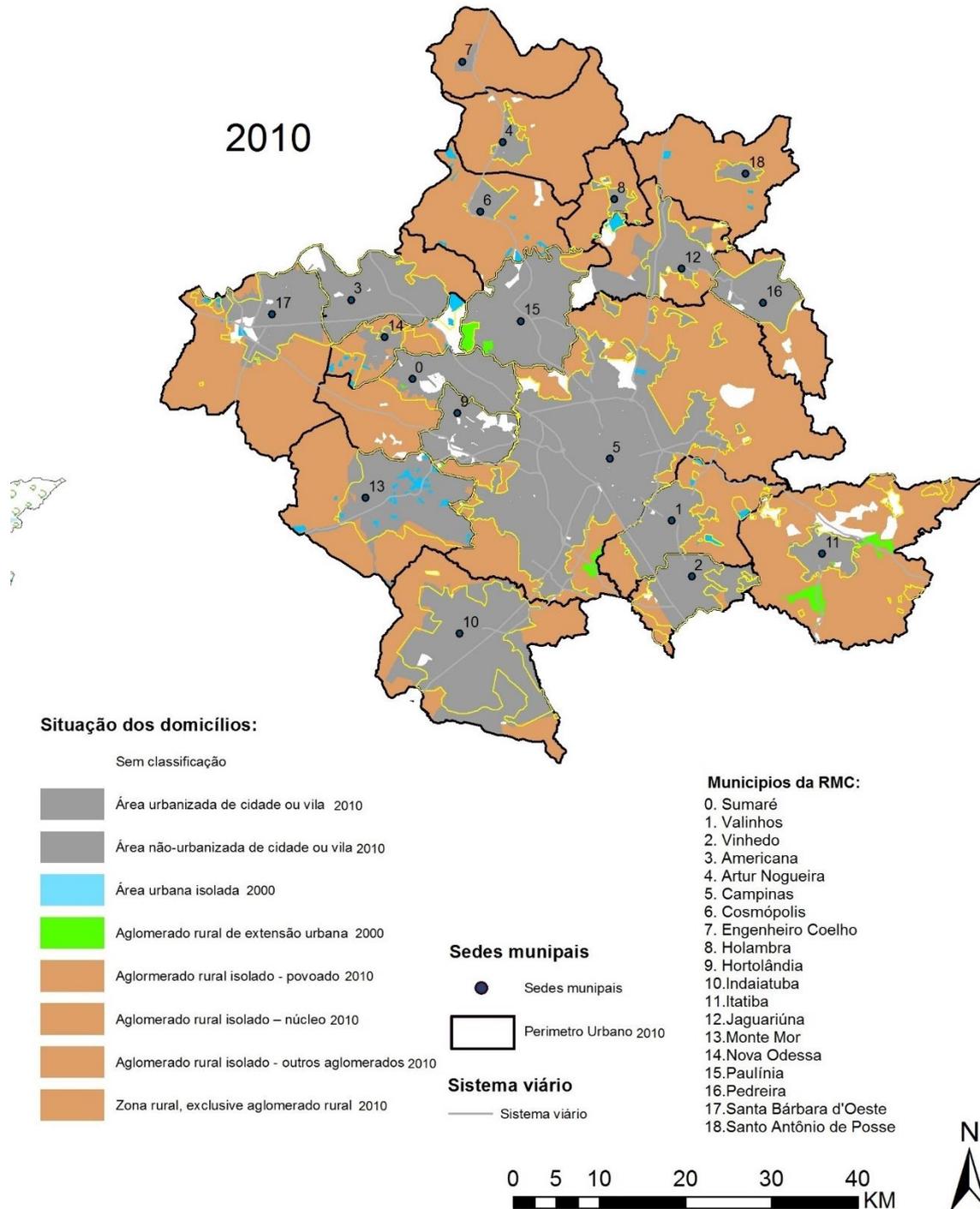
Por exemplo, no caso de Monte Mor, em 2000, os setores censitários “urbanos” eram reduzidos em comparação ao município como um todo, sendo que se nota uma dispersão da categoria urbana-isolada. Em 2010, o perímetro urbano se expande e, por consequência, os setores censitários são revistos, de modo que seu tamanho se iguale ao perímetro urbano de 2010. Pelo trabalho de Pera (2016), nota-se que, recentemente, há inclusive um novo aumento do perímetro urbano, sugerindo um direcionamento na expansão urbana para os setores rurais que ainda restam.

O caso de Itatiba é um dos mais emblemáticos desta relação de ocupação de solo. Neste município, nota-se que os aglomerados rurais de extensão urbana dos setores censitários de 2000 não foram incorporados ao perímetro urbano municipal de 2010. Entretanto, existem diversas “ilhas” de perímetro urbano de 2010 nas bordas do município em setores de categoria “rural” de 2000. Agora, quando se coteja o perímetro urbano atual aos setores censitários de

2010, nota-se um aumento tanto das áreas de perímetro urbano quanto dos setores urbanos (dentro de uma área de perímetro urbano), assim como a expansão e a inclusão dos setores de aglomerado rurais de extensão urbana no perímetro urbano.

Estes dois casos exemplificam claramente como se dá o processo de expansão urbana metropolitana sobre as áreas rurais. Primeiramente, há uma ocupação do espaço rural e o surgimento de uma área de transição, e, posteriormente, a “regulamentação/reconhecimento” destas áreas através da expansão do perímetro urbano. Contudo, isso também não impede novas expansões do perímetro urbano mesmo em áreas da categoria rural, visando futuramente à expansão urbana e transformação destas áreas. Como demonstram Pera (2016) e Pires (2007), os agentes imobiliários, aproveitando-se do processo de alteração do perímetro urbano e através de suas articulações junto ao poder público, incluem novas áreas rurais.

Figura 3 - Sobreposição dos setores de transição de 2000 da RMC aos setores censitários de 2010 e perímetro urbano de 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010, dados do Universo. Perímetros urbanos municipais adaptado de. Pera (2016).

Na Figura 3, pode-se verificar quais foram os setores censitários de transição em 2000 incorporados aos setores urbanos em 2010, ou que estão dentro do perímetro urbano de 2010. Nota-se que os municípios de Sumaré, Valinhos, Monte Mor, Campinas, Santa Bárbara d'Oeste e Holambra incorporaram ao seu perímetro urbano de 2010, ou setores urbanos de 2010, os setores urbanos de transição de 2000. Já no restante da RMC não se observa esse fenômeno.

Além disso, ao analisar a categoria de “transição” é possível verificar um crescimento de 168% no número de setores da categoria 4 (entre 2000 e 2010), que é a categoria aglomerado rural de extensão urbana, e uma redução de 76% na categoria 3, a de área urbana isolada. Em outras palavras, esta redução pode ser oriunda de uma reação por parte do município ao maior desenvolvimento urbano das áreas de urbanização isolada, no sentido de reclassificar áreas urbanas isoladas desenvolvidas no Censo de 2000 como áreas efetivamente urbanas no Censo de 2010.

Essas áreas, que no Censo de 2000 se localizavam, por exemplo, no município de Monte Mor, foram elevadas, possivelmente devido ao seu adensamento “natural” ao longo do tempo, à categoria “urbana” (1 e 2) em 2010. Por outro lado, o aumento das áreas de aglomerado rural de extensão urbana, como no município de Campinas, ou Itatiba, fora do perímetro urbano observado, pode sinalizar uma ocupação irregular no meio rural, visto que é ilegal o parcelamento de terras para fins urbanos (como habitação, por exemplo) em zona rural (PIRES, 2007).

3.2. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DAS ÁREAS DE TRANSIÇÃO

3.2.1. COMPATIBILIZAÇÃO DOS SETORES

Para que a análise temporal seja feita, a área dos setores censitários deve ser exatamente a mesma. Dessa maneira, a partir das bases de setores censitários de 1991, 2000 e 2010, realizou-se a compatibilização dos setores de 1991, 2000 e 2010, tendo como referência os setores de 2000.

São quatro as possibilidades de configuração realizadas nos setores censitários para se chegar a uma área mínima de comparação:

- Tipo de Compatibilização 1: em que o setor censitário não sofreu alteração de um censo para outro.
- Tipo de Compatibilização 2: em um setor de um censo que precisou ser dividido para chegar a uma área comum no censo seguinte.
- Tipo de Compatibilização 3: em que dois ou mais setores de um censo precisaram ser agregados para chegar a uma área comum no censo seguinte.
- Tipo de Compatibilização 4: em que a delimitação dos setores nos dois períodos não tinha qualquer similaridade, de modo que dois ou mais setores tiveram que ser agregados em um censo e em outro, chegando assim a uma área comum.

Para a compatibilização do Censo de 1991 e 2000, tendo como referência os setores do Censo de 2000, criou-se uma metodologia. Os tipos de compatibilização são fruto desta metodologia, desenvolvida por meio dos softwares ArcMap e Excel. As informações vieram de uma base de dados de compatibilização de setores fornecida sob demanda pelo IBGE.

Inicialmente, no ArcMap estão os polígonos dos setores censitários de 1991 com seus códigos, de um lado, e, de outro, os polígonos de 2000, também com seus respectivos códigos e áreas em m². Visto que são quatro as possibilidades de junção, optou-se por fazê-las separadamente e depois unificá-las em uma só base.

Para o tipo de Compatibilização 1, analisou-se no Excel, através da fórmula "Se⁴²", todos os polígonos com valores iguais. Na base de informações de compatibilização fornecida pelo IBGE, esses setores foram selecionados e verificada a sua compatibilização, ou seja, se possuíam a mesma área em m². Criou-se um código chamado de "Compatibilizado" para estes

⁴² Teste lógico que verifica se uma condição foi satisfeita, retornando um valor se o teste for verdadeiro e um outro valor se o teste for falso.

setores, separados das bases originais para a criação de um novo arquivo com todas as bases compatibilizadas. Os setores que sobraram nas bases de 1991 e 2000 se enquadravam, então, nas possibilidades de compatibilização 2, 3 e 4.

Seguindo a ordem de compatibilização, iniciou-se a resolução do problema do tipo de Compatibilização 2. Neste caso, um setor em 1991 precisou ser fragmentado para chegar a uma área comum em 2000. Utilizaram-se os dados de compatibilização fornecidos pelo IBGE para identificar os setores de 1991 que poderiam ser divididos em relação aos setores de 2000. Com base nisso, novamente se fez uso da fórmula "Se" no Excel e outra vez foram verificados os polígonos com áreas iguais. No ArcMap, confirmou-se visualmente se todos os polígonos tinham sobreposição e, então, criou-se o tipo de Compatibilização 2, que também teve sua nomenclatura alterada com o código "Compatibilizado".

Logo após, prosseguiu-se com a Compatibilização 3⁴³, em que dois ou mais setores em 1991 precisaram ser agregados para chegar a uma área comum em 2000. Utilizaram-se os dados de compatibilização fornecidos pelo IBGE para identificar os setores de 1991 que poderiam ser agregados em relação aos setores de 2000. Com base nisso, utilizou-se novamente no Excel a fórmula "Se" e outra vez foram verificados os polígonos com áreas iguais. No ArcMap foi confirmado visualmente se todos os polígonos tinham sobreposição e, então, criou-se o tipo de Compatibilização 3, que também foi renomeada com o código "Compatibilizado".

Por fim, realizou-se o tipo de Compatibilização 4, em que a delimitação dos setores nos dois períodos não tinha qualquer similaridade. Dois ou mais setores tiveram que ser agregados manualmente, através da associação das informações fornecidas pela base de dados de compatibilização do IBGE, e foi necessária a verificação visual no ArcMap de sobreposição dos polígonos em 1991 e 2000. Dessa maneira, chegou-se a uma área comum. Posteriormente, esses novos polígonos também foram renomeados com o código "Compatibilizado".

Os setores compatibilizados resultantes destas quatro etapas foram então integrados em uma só base, que é o pilar para análise dos dados do Universo do censo. Estes dados também foram manipulados no Excel e adicionados à base dos setores "Compatibilizados" no ArcMap. Para a compatibilização dos Censos de 2000 e 2010, tendo como referência os setores do Censo de 2000, foi utilizado o mesmo procedimento.

⁴³ Essa é uma situação rara, mas existente, pois a tendência é que de 1991 para 2000 a área do setor não se altere ou seja fragmentada.

3.2.2. INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Taxa de Crescimento

Ao analisar a tabela abaixo, nota-se que, de maneira geral, nos períodos 1991/2000 e 2000/2010, a RMC segue a tendência de arrefecimento do crescimento populacional do estado de São Paulo e do país como um todo. Quando se verifica a clássica separação entre o urbano e o rural, observa-se que, enquanto se registra uma redução da taxa para o setor urbano, o mesmo não ocorre com o rural, que registra uma pequena recuperação em seu crescimento demográfico, passando de negativo para 0,48% a.a. no período 2000/2010. Como se percebe, conforme alertado no trabalho de Cunha e Rodrigues (2001) quando ainda não se dispunha do Censo 2010, estes dados dão uma falsa impressão de estancamento do esvaziamento do rural da RMC.

Contudo, seguindo a metodologia dos autores citados, este cenário fica diferente quando se introduz uma categoria intermediária, o setor de “transição rural-urbano”. Agora, nota-se que o setor “rural” continua a apresentar um crescimento negativo no período 2000/2010, passando de 3,93% no período 1991/2000 para 1,74% em 2000/2010. Enquanto isso, a nova categoria, a de “transição”, embora registrasse, nos anos 1990, uma taxa de crescimento negativa mais elevada que a “rural” (4,77%), no período seguinte inverte esta situação ao apresentar uma redução bem menor de sua população (0,54% negativo). Posto dessa maneira, percebe-se que a categoria de “transição” ainda não é capaz de explicar a real situação da falácia explicitada pela análise dos dados agregados, contudo, tal situação fica nítida frente ao maior detalhamento. Assim procedendo, observa-se que a categoria de “transição rural” apresentou uma taxa negativa de 0,13% em 1991/2000, sendo que no decênio seguinte (2000/2010) este valor saltou para mais de 7% ao ano, o que deixa muito claro que foi justamente a área classificada como de “transição rural” a grande responsável pela recuperação da taxa de crescimento da população rural.

Tabela 1 - Taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional. Região Metropolitana de Campinas, 1991 a 2010⁴⁴.

	<i>1991/2000</i>	<i>2000/2010</i>
Brasil	1,63	1,17
Estado de São Paulo	1,78	1,09
RM de Campinas	2,54	1,81
Urbano	2,73	1,85
Rural	-3,4	0,48
“Urbano”	2,93	1,92
“Transição”	-4,77	-0,54
“Rural”	-3,93	-1,74
“Transição Urbano”	-6,01	-6,33
“Transição Rural”	-0,13	7,85

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 a 2010.

A Figura 4 revela que, nos anos 1990, os “setores de transição” que mais cresceram estão localizados a oeste da RMC, nos municípios de Monte Mor, Sumaré e Nova Odessa, que são áreas de expansão urbana e territorial da RM e estão localizadas na “Cordilheira da Pobreza”. Cunha e Falcão (Coord., 2017) registram que esta expansão é feita por uma camada da população de baixa renda e se referem a este fenômeno como crescimento da “periferia social”. É notável que estes são setores circundados por setores rurais, tal qual a descrição das áreas urbanas isoladas feita pelo IBGE. Já os setores de transição localizados nos municípios de Cosmópolis, Campinas, Santa Bárbara d’Oeste e Monte Mor apresentaram as maiores taxas de crescimento negativas (variação de -50% a -25%) e isto sugere que, possivelmente, são áreas agrícolas ou de proteção ambiental e estão localizadas nos limites das fronteiras municipais, com Paulínia e Valinhos, e a oeste tanto de Santa Bárbara d’Oeste como de Monte Mor, respectivamente. Vale dizer que estes setores são caracterizados, em sua maioria, como de ambiente agrário.

Nos anos 2000, de maneira geral, observou-se uma queda nas taxas de crescimento. Assim, os maiores crescimentos dos “setores de transição” foram observados em Valinhos e

⁴⁴ Faz-se necessário lembrar que a variação do crescimento das populações rural e urbana nem sempre pode se dar pelo real crescimento ou redução da população propriamente dita, mas também pela “reclassificação” das áreas mediante a alteração do perímetro urbano, como visto no Capítulo anterior. Ou seja, algumas áreas que eram rurais em 2000, por exemplo, passaram a ser classificadas como urbanas em 2010.

Vinhedos, próximos das áreas urbanas ou circunscritos pelos setores “rurais”. Situação semelhante se percebe em Paulínia, também nos limites urbanos e na fronteira com Americana, e em Monte Mor, no extremo oeste dos limites do município. Já os setores de “transição”, localizados nos municípios de Cosmópolis, Campinas, Santa Bárbara d’Oeste e Monte Mor, apresentaram as maiores taxas de crescimento negativas (variação de -50% a -25%), variando em relação à localidade. Por exemplo: em Cosmópolis, localizam-se na fronteira com Holambra e Paulínia, e, em Campinas, a oeste, localizados na área urbana fronteira com Monte-Mor e a leste, circundados pela área rural.

Em relação às áreas azuis da Figura 4, ou seja, as áreas de crescimento negativo, vale a pena mencionar que, no período de 1990-2000, a grande parte dos espaços na RMC onde se observa este fenômeno era caracterizada como área de produção rural ou de matas, que, comparadas ao período seguinte (2000-2010), evidenciam, de maneira geral, uma redução em seu número. O fato leva a inferir que, apesar das menores taxas geométricas de crescimento populacional no período de 2000-2010, há maior dispersão e avanço da ocupação populacional nestes espaços que outrora eram destinados à produção agrícola ou matas naturais remanescentes. Tal situação será melhor notada na seção 3.2.

Além disso, o surgimento de novas áreas de crescimento negativo no período de 2000-2010, como registrado no município de Campinas (próximo à Paulínia e no distrito de Barão Geraldo), cujo histórico de ocupação foi mencionado no Capítulo 2 e bem delineado por Pires (2007), sugere uma ação do mercado imobiliário. Provavelmente, o setor adquire estes espaços, expulsa a maioria dos produtores rurais e aguarda pela valorização do solo, visando com isso a promoção de novas ocupações urbanas do tipo residencial de alto padrão.

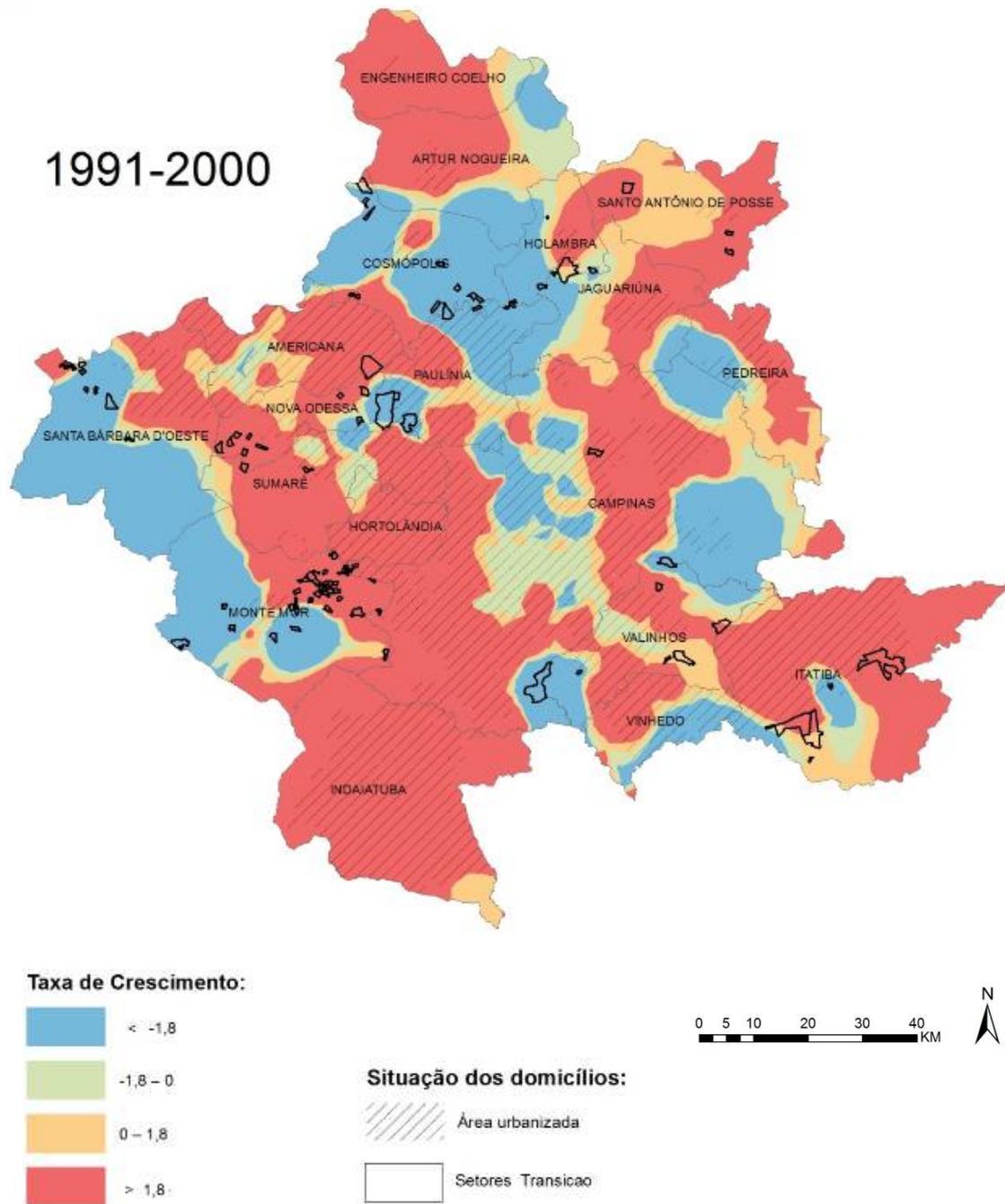
Um estudo mais específico e dirigido seria necessário para a melhor compreensão do surgimento de novas áreas de crescimento populacional negativo, mas é possível sugerir o seguinte padrão no processo de produção dos espaços de transição da RMC:

- 1) O espaço apresenta baixíssimo crescimento populacional e densidade. O espaço é caracterizado por produção agrícola.
- 2) Em função do interesse dos agentes imobiliários e do estrato sócioeconômico mais elevado, ocorre a expulsão da população rural, evidenciada pelas taxas de crescimento geométrico negativas.
- 3) Neste período de crescimento negativo há valorização imobiliária.

4) A partir de determinado momento no tempo, quando a valorização imobiliária maturou suficientemente, de acordo com os anseios do mercado imobiliário e seus agentes, inicia-se a produção do espaço para ocupação urbana.

Para confirmar o processo acima seria interessante o acompanhamento do desenvolvimento das novas áreas de crescimento negativo no período de 2000-2010 no município de Campinas (próximo à Paulínia e no distrito de Barão Geraldo).

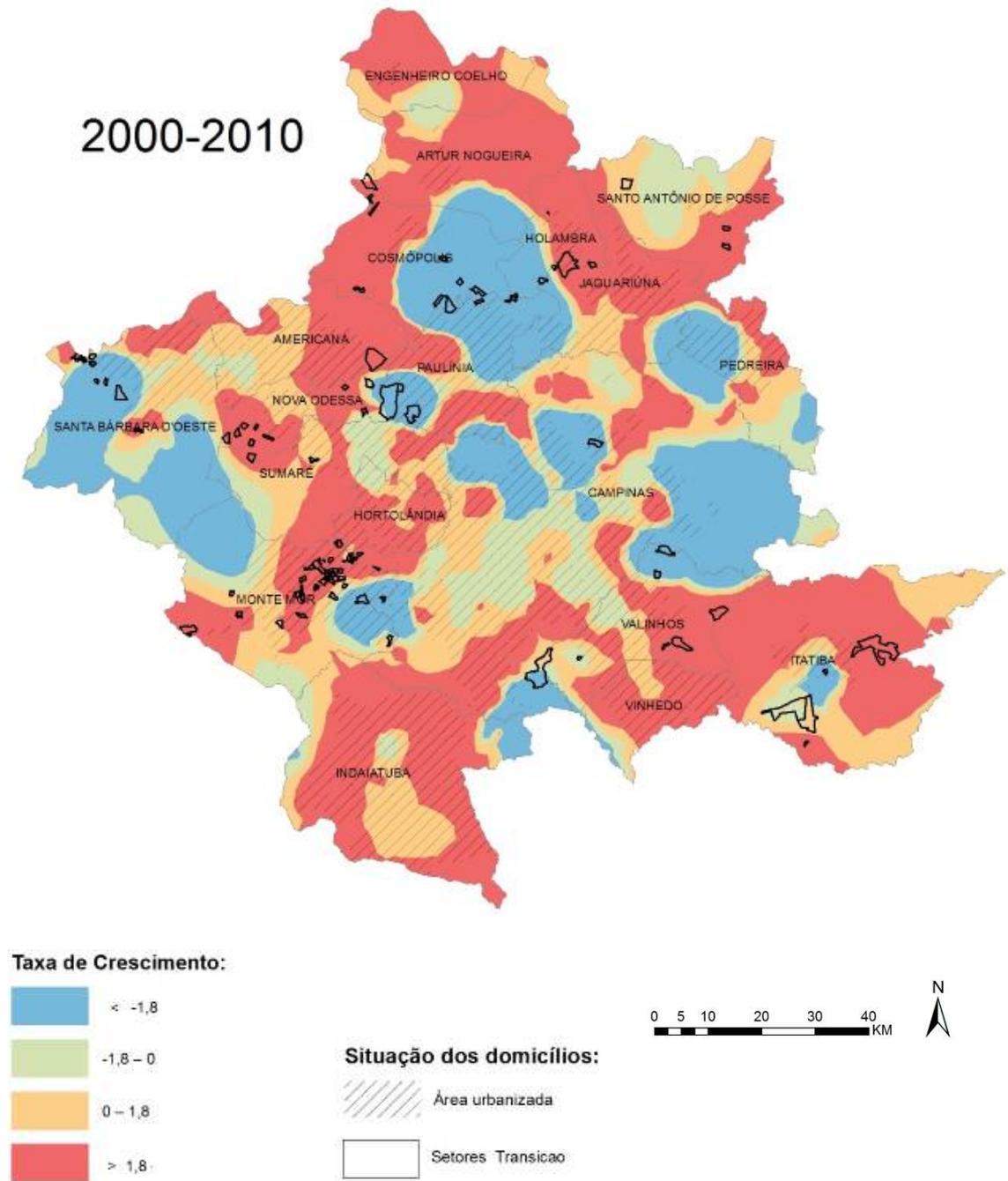
Figura 4. Taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional por setores censitários compatibilizado da Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010, (dados do Universo). Perímetros Urbanos municipais adaptado de Pera (2016).

Continuação

Figura 4. Taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional por setores censitários compatibilizado da Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010, (dados do Universo). Perímetros Urbanos municipais adaptado de Pera (2016).

Pela Figura 4, infere-se que a alta taxa de crescimento observada em Monte Mor, no período de 1991 a 2000, levou o município a reconsiderar sua classificação de situação de domicílio, não somente nos setores de transição, mas também nos setores rurais ao redor, incorporando-os aos setores urbanos. Disto, supõe-se que as áreas de Sumaré e Nova Odessa, que também cresceram mais intensamente, devem ter seguido o mesmo padrão e, muito provavelmente, no próximo censo deverão ser reclassificadas como áreas urbanas.

A análise permite também identificar os novos eixos de ocupação das áreas rurais, que se encontram na fronteira de Itatiba com Valinhos e em Paulínia, em zona próxima à Americana. Como visto na Figura 2, em 2010 há um aumento no número de áreas de “transição rural” nesta região, e pode-se inferir que este é um resultado da ação intensa do estrato sócioeconômico mais elevado na política do ordenamento territorial da população, visando à regularização da ocupação de espaços rurais para aquisição e fornecimento de serviços públicos. Tais indícios também foram encontrados de maneira mais genérica no trabalho de Miranda (2012).

É relevante mencionar a manutenção das taxas de crescimento negativas nos setores de “transição” situados em Cosmópolis, na fronteira com Paulínia e a oeste de Santa Bárbara d’Oeste, uma vez que, de fato, são áreas de produção agrícola.

A situação descrita até aqui sobre a dinâmica da população segundo a situação do domicílio deixa claro que as classificações meramente administrativas camuflam a realidade espacial, fruto das relações socioeconômicas estabelecidas nos lugares. Desse modo, a análise das taxas de crescimento populacional realizadas a partir dos “setores de transição” permite levantar indícios mais consistentes da ideia do “falacioso” crescimento da população rural da RMC.

Densidade

A densidade demográfica, de maneira geral, aumentou ao longo do tempo, tanto na RMC quanto dentro de suas áreas rurais e urbanas. Ao analisar a categoria de “transição”, verificou-se um aumento no período: em 1991 eram 4,7 habitantes por hectare, em 2000, chegou a 7,9 habitantes (metade da densidade do setor urbano) e, em 2010, alcançou 11,2 habitantes por hectare. Diante deste fato, observou-se comportamento igual nos setores de “transição rural” e de “transição urbano”. Tanto no setor de “transição rural” quanto no de “transição urbano” houve aumentos sucessivos em todo o período analisado, superiores ao setor

conhecido tradicionalmente como rural ou setor “rural” (categoria que exclui a classificação do IBGE de aglomerado rural de expansão urbana). É curioso verificar que a taxa de crescimento da densidade dos setores de “transição”, em todo o período analisado, foi maior que a do “urbano” ou da RM de Campinas como um todo (em média, 1,5 para os setores de transição e 1,2 tanto para “urbano” quanto para a RM de Campinas).

Vale a pena mencionar que é possível que os setores de “transição urbano”, por estarem mais próximos às zonas “urbanas”, devam ser caracterizados por ocupações verticalizadas e precárias com alta concentração populacional, daí o valor tão próximo ao do setor urbano apresentado em 2000 (11,1 hab./hectare) e 2010 (14,5 hab/hectare). Além disso, notou-se que, em 2000 e 2010, tais setores estão, em sua maioria, localizados na “cordilheira da pobreza” (CUNHA et al., 2006). Já os setores de “transição rural” estão localizados mais afastados dos centros urbanos, na região da “cordilheira da riqueza”, e, como será visto na seção 3.2, são constituídos por ocupações horizontais com baixa concentração populacional.

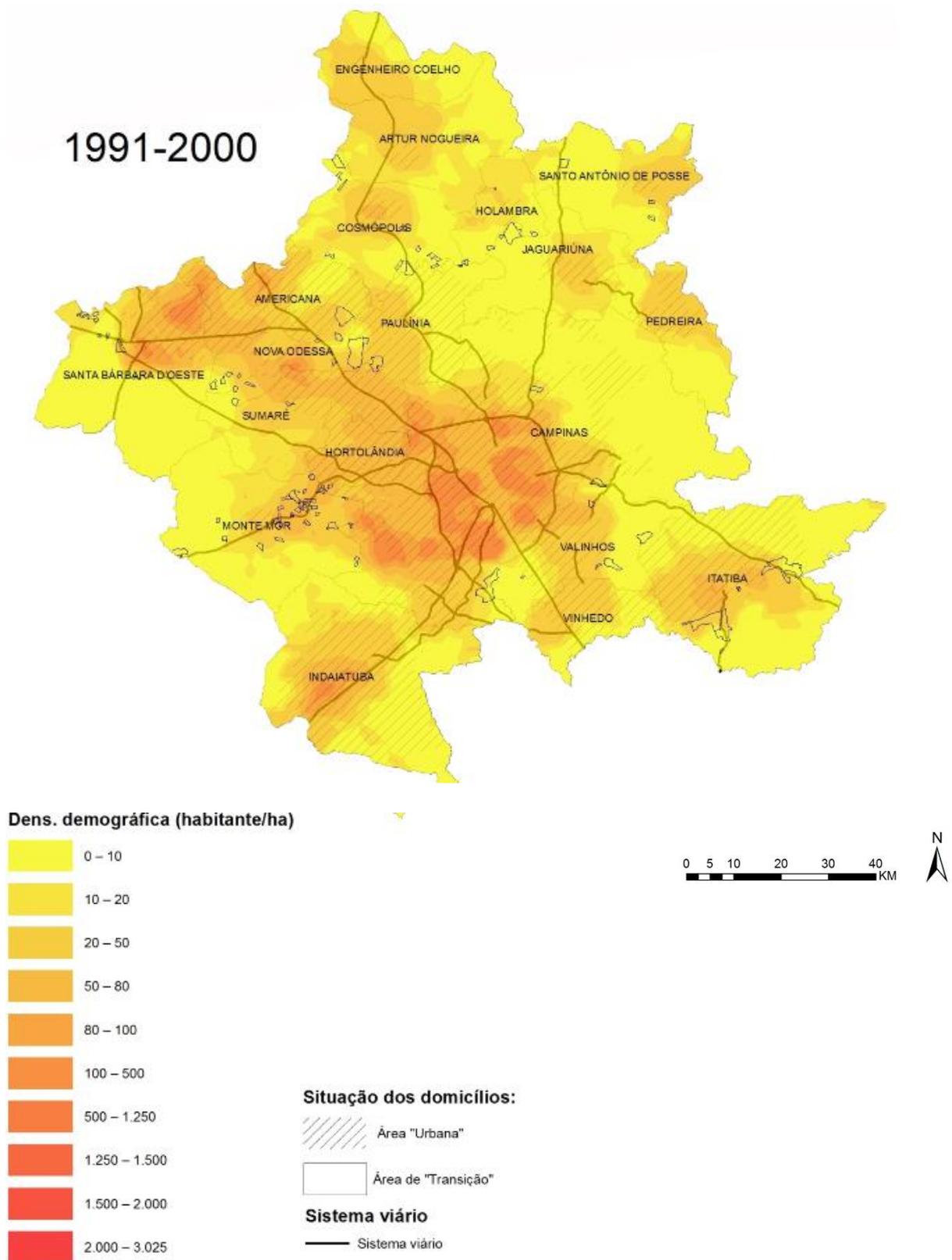
Tabela 2 - Densidade em habitantes por hectare da RMC, 1991 a 2010.

	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
RM de Campinas	5,1	6,4	7,9
Urbano	12	15	17,2
Rural	0,2	0,3	0,4
“Urbano”	12,1	15,1	17,9
“Transição”	4,7	7,9	11,2
“Rural”	0,2	0,3	0,4
“Transição Urbano”	6,6	11,1	14,5
“Transição Rural”	2,3	3,8	6,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 (dados do Universo).

Pela Figura 5 nota-se um maior adensamento populacional em 2010 nos setores de transição localizados em Paulínia, Holambra, Itatiba, Monte Mor, Nova Odessa e Vinhedo.

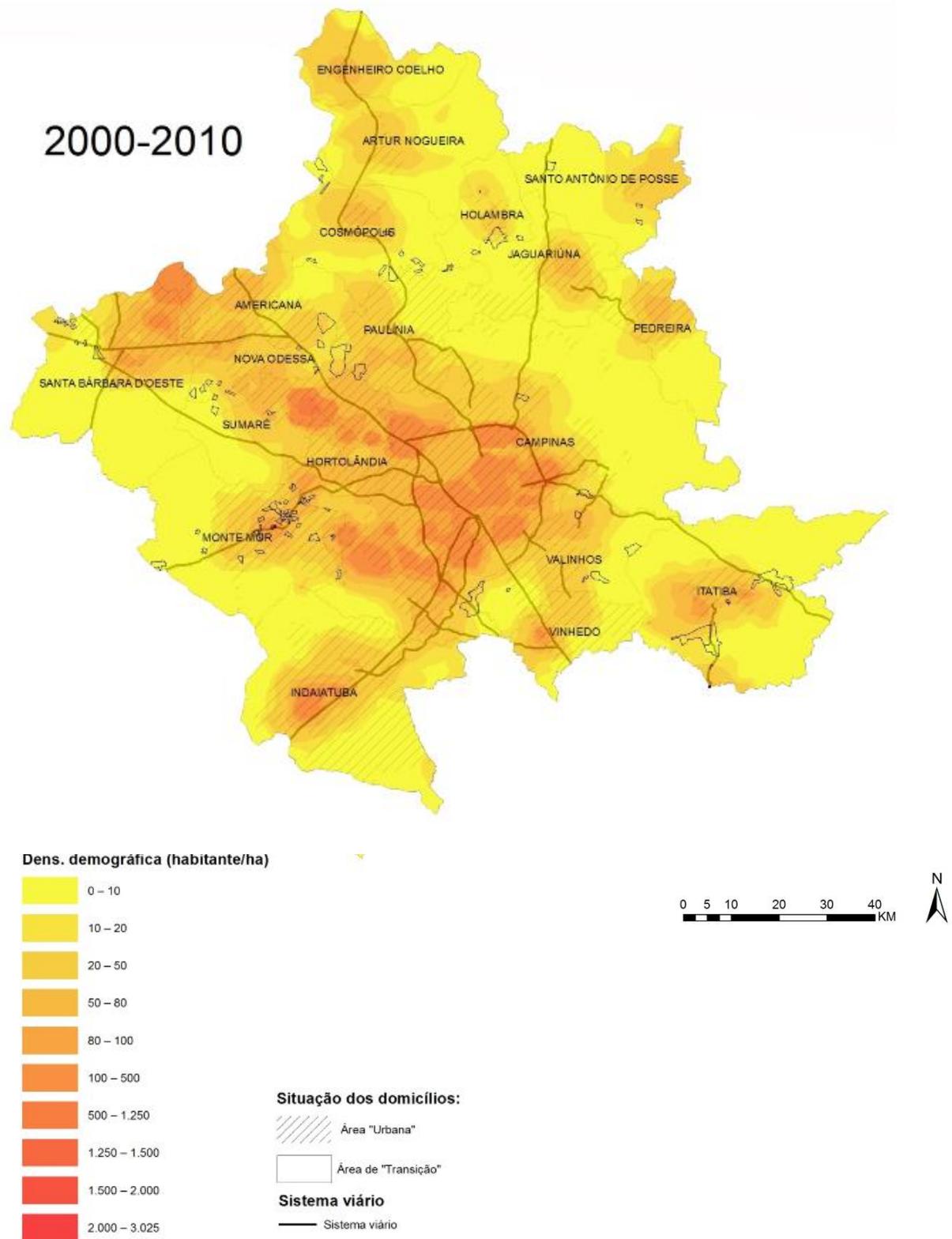
Figura 5 - Densidade em habitantes por hectare por setores censitários compatibilizados da Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010, (dados do Universo).

Continuação

Figura 5 - Densidade em habitantes por hectare por setores censitários compatibilizados da Região Metropolitana de Campinas, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010, (dados do Universo).

Índice de Envelhecimento

Outro indicador investigado, o Índice de Envelhecimento⁴⁵, mostrou que tanto os setores de “transição” quanto o setor “rural” são os que apresentam a população mais jovem da RMC (Tabela 3). Entretanto, o setor “transição rural” se destaca por apresentar uma população ainda mais jovem do que a do setor rural (28,4 % em 2010).

Tabela 3 - Índice de Envelhecimento da RMC, 2000 e 2010.

	2000	2010
RM de Campinas	33,5	53,9
Urbano	33,8	54,7
Rural	25,5	34,9
“Urbano”	34,0	55,0
“Transição”	19,9	33,9
“Rural”	26,6	36,4
“Transição Urbano”	19,8	36,2
“Transição Rural”	20,0	28,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 (dados do Universo).

Isto corrobora os resultados apresentados por Cunha (2016), que mostram que as periferias, em geral, são mais jovens pelo tipo de família (no começo do ciclo vital) que as ocupam. Pela Figura 6, nota-se o envelhecimento da população dos setores de transição localizados em Itatiba, Paulínia, Holambra e Santo Antônio de Posse, municípios que estão mais distantes do centro, não fazem parte do processo de expansão metropolitana e que ainda mantêm uma forma de ocupação mais “descolada” da “periferização” mencionada por Cunha (2016).

⁴⁵ O índice de envelhecimento é construído pelo quociente entre a população de 60 anos ou mais e a população de 0 a 14 anos. Quanto maior o seu valor, maior será a concentração de população idosa na área. Portanto, este indicador, mesmo que apenas de forma aproximada, permite que se tenha alguma compreensão da estrutura etária da população.

3.2.3. INDICADORES ECONÔMICOS: ALTO RENDIMENTO E RENDA MÉDIA

É interessante verificar que, se considerados somente os indicadores relativos à renda para as categorias dicotômicas rural-urbano, tem-se a impressão de que houve um aumento tanto da proporção de responsáveis por domicílio ganhando mais de 10 salários mínimos quanto do valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes na área rural (Tabela 4).

No entanto, quando se introduz a categoria intermediária, “transição rural-urbano”, tem-se um novo cenário. Assim, para os responsáveis com mais de 10SM, em 2000, o “setor rural” apresentou a proporção em 4,1%, sendo que tal percentual reduziu, em 2010, para 3,7%. A renda média se manteve igual nos dois períodos (três salários mínimos). A análise do “setor de transição” revela que, enquanto em 2000 ele se encontrava próximo e até mesmo abaixo do “rural”, em 2010, tanto na proporção de domicílios com alto rendimento quanto na renda média, apresentou indicadores mais próximos do cenário “urbano”.

Ao se observar a categoria de “transição rural” e “transição urbano”, verifica-se que, em 2010, a primeira apresenta a maior proporção de domicílios com alto rendimento da RMC, 9,5%, inclusive registrando valor maior que o do setor “urbano” (6,3%). Isto sugere uma tendência de concentração da população de alta renda nestas áreas. Já os dados para o setor de “transição urbano” sugerem que, desde 2000, este apresenta a menor proporção de domicílios com alto rendimento, menor inclusive que o setor “rural”, reforçando a afirmação de que estas áreas devam ser caracterizadas por ocupações verticalizadas e precárias. Similarmente, o mesmo ocorre com os indicadores observados para a renda-média.

Vale ressaltar a recente transformação dos setores “transição rural”, visto que os altos valores observados tanto para renda média quanto para a proporção de domicílios com alto rendimento do responsável foram observados pelo Censo de 2010, enquanto em 2000 eram próximos aos valores apresentados pelo setor “rural”. Tal constatação vai de encontro com os resultados do estudo de Cunha (2016). Neste trabalho, o autor sugeriu o termo “novas periferias” para indicar que, diferentemente do que ocorria no passado, a periferia metropolitana está se diversificando e incorporando cada vez mais indivíduos e famílias de mais alta renda.

Tabela 4 - Proporção dos domicílios com “alto rendimento” do responsável e rendimento nominal médio mensal (número de salários compatibilizados) das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento) na RMC, 2000 e 2010.

	<i>Alta Renda</i>		<i>Renda Média</i>	
	<i>2000</i>	<i>2010</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
RM de Campinas	6,8	6,3	4,5	4,0
Urbano	6,9	6,3	4,5	4,0
Rural	4,1	5,6	3,1	3,5
“Urbano”	6,9	6,3	4,5	4,0
“Transição”	2,0	6,4	2,5	3,8
“Rural”	4,1	3,8	3,0	3,0
“Transição Urbano”	1,2	2,2	2,2	2,8
“Transição Rural”	4,1	9,5	3,2	4,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 (dados do Universo).

3.2.4. INFRAESTRUTURA

Em relação à infraestrutura, percebe-se pela Tabela 5 que, de 2000 para 2010, houve ampliação deste serviço em toda a RM de Campinas. No caso do fornecimento de água, observa-se que tanto os setores de “transição urbano” quanto os de “transição rural” compartilham a mesma realidade, configurando-se claramente como uma categoria intermediária entre o que se registra no “urbano” e no “rural”.

Já em relação ao escoamento, esta relação de proximidade se inverte. Enquanto os setores “transição rural” se aproximam do urbano (26,7% e 12,5% dos domicílios, respectivamente), os setores de “transição urbano” se aproximam do setor “rural” (62,0% e 68,2% dos domicílios, respectivamente). Disto se pode inferir que os setores “transição urbano” são constituídos de ocupações mais precárias, mesmo que estejam mais próximos das áreas urbanas.

Por fim, ao analisar o acesso à coleta de lixo, constata-se que os setores de “transição”, seja “transição rural” ou “transição urbano”, estão muito mais próximos dos setores “urbanos”. Pode-se cogitar que a constatação seja reflexo do aumento das ocupações urbanas nestes setores que não contam com pleno amparo do poder público e, por consequência, não recebem a infraestrutura adequada.

Tabela 5 - Proporção dos domicílios sem rede de água, escoamento e coleta de lixo na Região Metropolitana de Campinas, 2000 e 2010.

	<i>Sem rede de água</i>		<i>Sem escoamento</i>		<i>Sem coleta de lixo</i>	
	<i>2000</i>	<i>2010</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
RM de Campinas	4,9	3,7	20,0	14,8	2,0	0,6
Urbano	2,9	2,1	18,2	13,2	0,9	0,3
Rural	76,6	50,0	90,8	61,0	40,6	9,5
“Urbano”	2,8	2,0	17,2	12,5	0,9	0,3
“Transição”	20,1	11,4	84,6	51,6	4,8	1,2
“Rural”	86,0	56,8	95,0	68,2	46,7	11,1
“Transição Urbano”	16,4	8,7	89,9	62,0	2,7	0,8
“Transição Rural”	30,3	17,9	70,1	26,7	10,3	2,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010 (dados do Universo).

3.3. CARACTERIZAÇÃO DOS SETORES DE “TRANSIÇÃO” DA RMC EM 2000, 2010 E 2016

3.3.1. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Dentre os benefícios do uso da tecnologia de imagens associada ao sistema de rastreamento via satélite estão a melhor percepção da morfologia urbana e a possibilidade de ter um campo de visão ampliado, e, assim, estudos socioespaciais mais detalhados. Isto é possível a partir da análise conjunta dessas imagens com a observação em campo das alterações antrópicas ao longo do tempo. Através dessas tecnologias, pode-se visualizar um conjunto de elementos que ajudam a definir a morfologia, como reservas ecológicas, área de drenagem, ruas, edifícios, parques, jardins, fábricas, aeroportos e outras estruturas construídas ou afetadas pela ação humana.

Das várias aplicações existentes, destaca-se o Google Earth. Ele é um software gratuito e intuitivo que oferece recursos para mapeamento, importação e exportação de dados geográficos e, principalmente, fornece subsídios para a realização de estudos comparativos e análises de informações espaciais entre diferentes regiões e cidades ao longo do tempo, com uma riqueza de detalhes que não seria possível através de livros e atlas.

Diversas universidades já incorporam o Google Earth em atividades de seus laboratórios e até mesmo em suas ementas de disciplinas, como a *Salem State College* e a *Tennessee University*, ambas dos Estados Unidos (DUNAGAN, 2007; HANSON, 2009). No Brasil, dissertações e artigos científicos abordam práticas pedagógicas com Google Earth no ensino fundamental, médio e cursos de geociências (RAMOS & GERALDI, 2002; VOGES & NASCIMENTO, 2009; OLIVEIRA, 2011). Assim, utilizaram-se para a análise imagens de alta resolução obtidas no Google Earth, fornecidas pelo satélite Landsat através de um procedimento que envolveu rotinas de processamento digital de imagens de sensoriamento remoto e técnicas de integração e de análise de dados em Sistemas de Informação Geográficas (SIGs).

Primeiramente, foram incorporados ao *Google Earth* os limites dos setores censitários de transição e os perímetros urbanos, de 2010 e mais atuais, tudo através do procedimento de georreferenciamento. Depois, criou-se uma grade regular sobre as imagens do *Landsat*, com espaçamento suficiente para visualizar em cada recorte da imagem dos setores censitários de transição os diferentes tipos de uso da terra. A construção da grade foi importante tanto para organizar a sequência das imagens quanto para padronizar as imagens em relação à mesma escala de referência.

A Figura 6 resume em um fluxograma as etapas envolvidas no procedimento realizado. Os setores censitários utilizados foram selecionados através da amostragem aleatória simples. Selecionou-se um setor censitário de “transição” em cada município da RM de Campinas⁴⁶. Em seguida, utilizou-se a funcionalidade do Google Earth que permite visualizar imagens antigas do *Landstat* para capturar as imagens dos setores selecionados em 2000⁴⁷ e 2010, além, é claro, das imagens mais recentes. As imagens, então, foram extraídas e salvas em formato png.

Figura 6 - Principais etapas desenvolvidas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapeamento do uso da terra foi feito de maneira visual, inspirado nos procedimentos de reconhecimento da fotointerpretação (CERON; DINIZ, 1966; LUCHIARI et al., 2011). A fotointerpretação é feita em três fases. Na primeira, o analista reconhece os objetos

⁴⁶ Nos municípios onde o setor selecionado pelo método constava próximo a um ou mais setores, optou-se por apresentar todos estes setores e não somente o proveniente da técnica de amostragem aleatória.

⁴⁷ Quando não houve imagem de alta resolução para o período, optou-se por capturar a imagem de 2005.

claramente visíveis na imagem⁴⁸. Na segunda, inferências são realizadas com base nas informações extraídas da fotoleitura, com o objetivo de identificar os tipos de uso da terra. Por fim, há a descrição da imagem dentro de uma linha de raciocínio lógico, procurando identificar e delimitar as informações pertinentes ao estudo. Este procedimento de reconhecimento foi feito manualmente, na tela do computador.

A principal ressalva quanto às aplicações do Google Earth nos estudos acadêmicos é a falta de convenções no software que garantam padrões de precisão cartográfica e de posicionamento, como se pode observar principalmente em relação à posição dos limites dos setores de transição e do perímetro urbano em algumas imagens. Isto ocorre porque as imagens disponibilizadas possuem diferentes níveis de correção, que podem não ser discriminadas. Além disso, as informações vetoriais não têm preocupação rígida com estas precisões, podendo apresentar problemas quando projetadas fora do contexto em que foram criadas (OLIVEIRA et al., 2009).

Há ainda outras limitações no Google Earth, como a aleatoriedade das datas das imagens em acervo e a qualidade das imagens, que varia conforme a localização e a superfície disponíveis no acervo. Estas limitações afetaram o trabalho, posto que não foi possível extrair em alguns setores censitários imagens de 2000 em alta resolução. Por isso, optou-se por uma data mais recente (2005).

Apesar disso, o procedimento aplicado se mostrou válido, uma vez que o produto gerado atendeu aos objetivos pretendidos neste trabalho, sobretudo em razão do fato de que não se requeria necessariamente uma alta precisão no posicionamento e nem imagens de alta resolução próximas à data desejada.

3.3.2. A CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL

Com o intuito de complementar a caracterização sócio-demográfica das áreas de “transição” da RMC, procurou-se analisar, ao longo do tempo, a produção e transformação espacial de determinados setores censitários que compõem as áreas de “transição”. Para tanto,

⁴⁸ Por exemplo, as estruturas de alvenaria permitiram com certa facilidade a identificação de bairros e loteamentos habitacionais, bem como edifício, áreas de parques, jardins, praças públicas, vias públicas, área de lazer e outras estruturas urbanas.

as fichas de caracterização destes setores selecionados⁴⁹ identifica sua localização, as formas do espaço transformado, bem como sua evolução em três momentos no tempo (2000, 2010 e 2016). Buscou-se também dialogar com a evolução da transformação espacial e o perímetro urbano municipal vigente em 2010 e 2016.

Essa análise, além de dar mais visibilidade aos resultados da seção anterior, mostra-se importante sobretudo porque, como afirmam Pera (2016) e Veiga (2002), no Brasil a legislação define que o município somente pode licenciar construções dentro de áreas urbanas. No entanto, o que se nota em nossa análise é o aumento das construções urbanas tanto nos setores que foram incorporados ao perímetro urbano quanto naqueles que estão fora, evidenciando que a lógica capitalista pela disputa do espaço não respeita as delimitações legais dos espaços disponíveis nem o planejamento da direção do crescimento espacial determinado pelo poder público.

Estas evidências sugerem o aumento dos custos do acesso à cidade ou ainda a transferência da valorização das áreas por investimentos públicos para o preço dos terrenos, observado: (1) o aumento dos espaços vazios⁵⁰ entre um loteamento e outro em relação ao centro da cidade e (2) o surgimento de novas áreas de crescimento geométrico populacional negativo afastadas dos centros urbanos. Mais do que isso, é possível verificar a manutenção da situação registrada por Miranda (2002) e Pires (2007), na qual a atuação de agentes imobiliários associados ao estrato sócioeconômico mais elevado influencia o poder público decisivamente quanto aos rumos do crescimento urbano.

Ou seja, identifica-se a predominância dos interesses particulares de um grupo minoritário privilegiado sobre a produção e ocupação do espaço legal, “pouco permeável à participação plural e democrática da sociedade” (Miranda, 2002). Esta influência pode ser identificada pelas diversas alterações de perímetro urbano da RMC registradas por Pera (2016).

Na análise das imagens de satélite e fotografias ao longo dos anos, procurou-se identificar alterações no espaço ocasionadas pelo surgimento de construções, do tipo residencial ou lazer, caracterizadas pelo tamanho médio, próximas entre si, em lotes menores e próximos uns dos outros. Também se busca captar a divisão de terras tipicamente rurais em pequenos

⁴⁹ Como a compatibilização dos setores da seção anterior teve como referências os setores do Censo 2000, optou-se nesta seção por utilizar os setores censitários de “transição” do Censo de 2000.

⁵⁰ Instrumentos especulativos capazes de impedir o livre acesso a certas localizações na cidade, contribuindo para o aumento da escassez social do imóvel urbano (PERA, 2016).

lotes, com surgimento de novas vias de acesso, e, por consequência, o desaparecimento da vegetação característica de produção agrícola ou de matas remanescentes.

Desse modo, quanto aos padrões de uso e morfologia dos loteamentos identificados, notou-se nos setores de “transição” selecionados a existência de empreendimentos de portes diversos, produzidos tanto pela indústria quanto pelo mercado imobiliário. Este último, entretanto, produziu em sua maioria condomínios, loteamentos unifamiliares abertos e fechados e loteamentos de chácaras de recreio, principalmente voltados para os estratos sócioeconômicos mais elevados. Além disso, verificou-se que em quase todos os casos (com exceção de Monte Mor) os setores de “transição” estão afastados das áreas urbanas já consolidadas, configurando-se como bairros satélites, contando com poucas conexões viárias e estando normalmente associados a apenas uma rodovia ou estrada municipal.

Como observado por Pera (2016, p.140), verifica-se na RMC:

[...] a formação de diversos aglomerados fragmentados, pulverizados pelo território sem se configurarem como bairros dotados de serviços urbanos e de urbanidade, sendo, a grande maioria, loteamentos residenciais, implantados sob a forma de condomínio e loteamentos fechados, voltados a segundas residências ou áreas de sítio e chácaras de recreio.

De maneira geral, a análise das fichas abaixo revelou que os setores de “transição” que foram incorporados pelo perímetro urbano nos municípios estudados são, em sua maioria, áreas de ocupação urbana consolidada, como nos casos dos municípios de Jaguariúna, Santa Bárbara d’Oeste, Valinhos e Monte Mor. Já em Holambra, Paulínia e Itatiba os setores que foram incorporados pelo perímetro urbano, mesmo que ainda não consolidados, mostraram um rápido crescimento a partir do momento em que ocorreu a incorporação. Ou seja, o possível motivo para a incorporação destas áreas é a regularização da ocupação urbana ou o planejamento e direcionamento de sua expansão, o que corrobora os achados de Pera (2016).

Já os setores de “transição” fora do perímetro urbano, exceto para Campinas, apresentaram um rápido crescimento das ocupações residenciais, tal como em Santo Antônio da Posse e Cosmópolis. Além disso, nota-se a presença consolidada de indústrias em determinados setores de “transição” fora do perímetro urbano, como em Cosmópolis e Itatiba.

Em relação à renda, os resultados corroboram os achados da seção anterior. De fato, através das imagens de satélite e fotos do local, identificou-se que a maioria das ocupações

residenciais ou de lazer, principalmente em Jaguariúna, Valinhos, Holambra, Paulínia, Itatiba e Cosmópolis, são de renda-média ou alta, já que se destacam principalmente lotes maiores, mais espaçados entre si e com a existência de piscinas. Já em outros setores observados, em Monte Mor, Paulínia e Cosmópolis, pela proximidade das residências e características apresentadas nas fotos dos locais, pode-se inferir que a maioria das ocupações residenciais é de baixa renda.

Com relação ao “lado rural” do setor de “transição”, em termos de atividade e ocupação espacial, nota-se ainda a presença de áreas de hortifrutigranjeiro em determinados setores de “transição” de Cosmópolis, Itatiba, Paulínia, Valinhos e Campinas, muito embora se possa observar uma redução destes espaços e uma ampliação da ocupação residencial ou de lazer. Outras atividades rurais presentes são as terciárias do “novo rural”, destacadas por Silva (1999). O rural deixa de ser considerado setor e passa a ser visto como espaço multifuncional e pluriativo, uma vez que conta com pesque-pague e hotéis-fazenda nos setores de “transição” de Campinas e Jaguariúna. Vale a pena mencionar que Valinhos e Jaguariúna apresentaram essas atividades rurais no setor de “transição” dentro do perímetro urbano.

Enfim, o que se pode observar é o aumento da ocupação urbana nestes setores de “transição”, sendo que a redução das atividades agropecuárias não está condicionada ao aumento do perímetro urbano, ou seja, independe da regularização municipal. Em outras palavras, o avanço deste tipo de ocupação ocorre tanto em setores incorporados pelo perímetro urbano quanto nos ainda não incorporados.

Na verdade, os casos aqui destacados reforçam, como aponta Rolnik (2015), a estreita relação entre o estado brasileiro e as empreiteiras que terminam por institucionalizar o complexo imobiliário financeiro. Assim, a partir das relações entre empresas e estado, tem-se cada vez mais a transferência da responsabilidade da gestão de espaços e serviços às empresas. "Dessa forma, vão se constituindo espaços cada vez mais regidos por relações contratuais privadas, recortados do conjunto da cidade". (ROLNIK, 2015, pg.354).

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Pelas imagens de satélite, pode-se notar que ele é caracterizado por áreas de cultivos, principalmente horticultura, produção de figo e empreendimentos do tipo pesca-pague, como se pode ver pelas fotos do local. Além disso, ao lado direito da Rodovia dos Bandeirantes, próximo ao parque Estadual da Ara, este setor faz fronteira com algumas áreas de reforma agrária existentes em Valinhos. Apesar de haver um ligeiro aumento da ocupação do espaço para uso recreativo/residencial, que pode ser reconhecido através do aumento das construções com piscinas, principalmente a partir de 2010, a principal transformação do uso e ocupação do espaço do setor se observa a oeste da Bandeirantes, próximo ao trevo. É nesta localização que se encontra um pátio/estacionamento com carros e ônibus, que surge discretamente em 2005 e partir de 2010 fica bem nítido, principalmente pela redução da terra agriculturável.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Pesqueiro Capivari, 2016.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Estr. Padre Modesto Nunes, 2016.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Calusne Farms, 2016.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Vegetação, frutas e lagos, 2011.

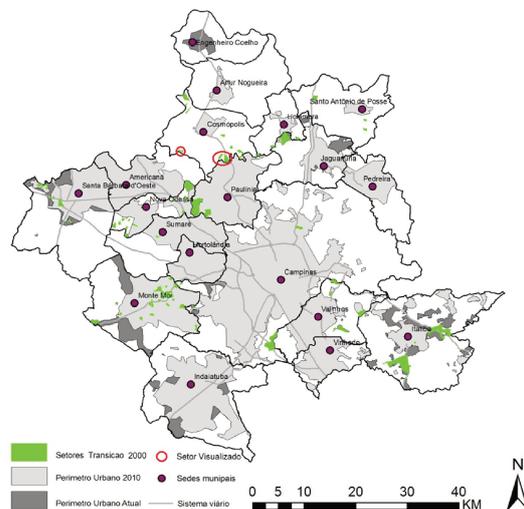


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Para Cosmópolis, foram escolhidos três setores de “transição” do censo 2000 para mostrar sua evolução ao longo do tempo. Vale ressaltar que estes setores não foram incorporados pelos perímetros urbanos analisados. No primeiro setor, localizado a oeste, na divisa com o município de Americana e próximo ao rio Jaguari, está o bairro Morada Carolina. A leste encontram-se os outros dois setores de “transição” selecionados para acompanhar sua evolução. O segundo, localizado no extremo leste, está junto ao pedágio da Rodovia Professor Zeferino Vaz. O terceiro está próximo às indústrias, localizado na Rodovia Campinas.

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universo). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

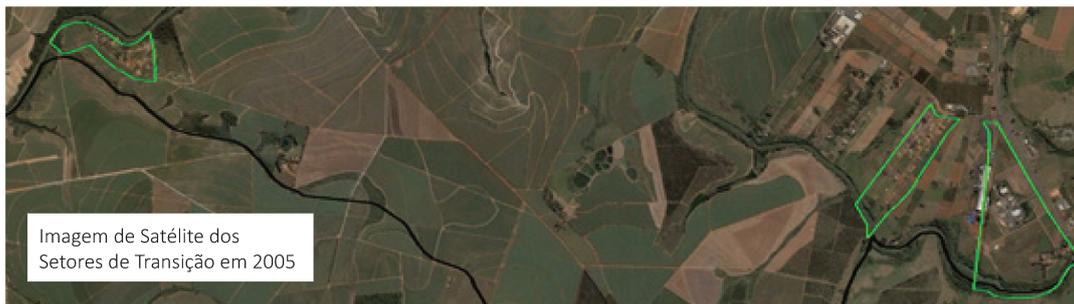


Imagem de Satélite dos Setores de Transição em 2005

Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

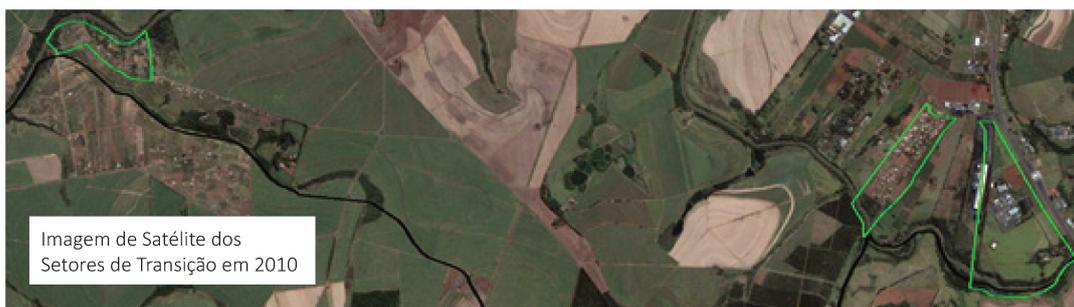


Imagem de Satélite dos Setores de Transição em 2010

Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.



Imagem de Satélite dos Setores de Transição em 2016

Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

O primeiro setor, a oeste, é caracterizado por chácaras e cercado por áreas agrícolas. Em 2005, constata-se que havia pouquíssimas chácaras, embora com muitos lotes já formatados para receber esse tipo de ocupação, já que se tratava de uma zona com muita área agriculturável. Em 2010, é visível o aumento da ocupação dos lotes vagos, principalmente no município adjacente, Americana. Nele é possível ver a formatação de lotes no bairro Monte Verde, muito embora o bairro esteja localizado em um espaço classificado pelo censo 2000 e 2010 como rural. Em 2016, há uma intensa ocupação do bairro Morada Carolina, que faz parte do setor de “transição” de Cosmópolis, porém, ainda persistem muitos terrenos à espera de valorização. Novamente, é o bairro Monte Verde de Americana que mais chama a atenção, dado que, em menos de seis anos (comparando a imagem de 2010 e 2016), passou a contar com uma extensa área ocupada e construída, além da existência de terrenos à espera de valorização. O segundo setor considerado cobre um bairro “sem nome”, sendo que as ruas ainda não podem ser identificadas através de aplicativos/softwarees como GPS ou Waze, Google Maps ou Google Earth. Em 2005, neste setor, identifica-se a existência de poucas chácaras e muito sítios de pequeno porte. A partir de 2010, inicia-se o aumento das ocupações para uso residencial, novamente identificado pelo número de construções, tamanho e proximidade das mesmas. Em 2016 já não se pode identificar o uso para produção agrícola do espaço. O terceiro setor escolhido, apesar de ser identificado como um setor de “transição”, é de fato uma área que incorpora apenas indústrias, como a ABL - Antibióticos do Brasil e a Brasil Carbonos. Desde de 2005 não houve alterações significativas em sua composição.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Bairro Morada Carolina, 2011.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Bairro Morada Carolina, 2016.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Bairro “sem nome”, 2012.

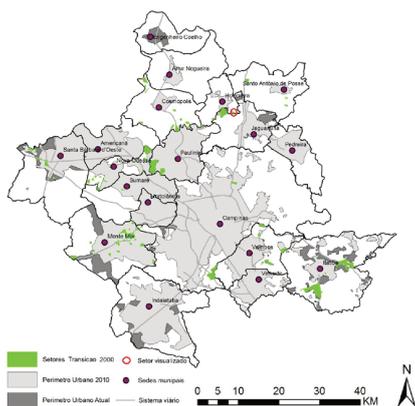


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Em Holambra, o setor de “transição” selecionado se localiza ao sul do município, na fronteira com Jaguariúna, próximo ao Rio Camanducaia e à Rodovia Campinas Mogi-Mirim (SP-340). Desde 2010 está incorporado ao perímetro urbano municipal.

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universo). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Nele se encontra o Bairro Chácaras Camanducaia. Pode ser caracterizado por chácaras e algumas empresas do segmento de informática e de equipamentos para aves e suínos. Em 2000, o setor já possuía características de ocupação de lazer/residencial e terrenos à espera de valorização. Em 2010, há um ligeiro aumento das ocupações e, em 2016, também notou-se um aumento das construções.



Imagem de Satélite do Setor de Transição - 2000



Imagem de Satélite do Setor de Transição - 2010



Imagem de Satélite do Setor de Transição - 2016

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO - Acesso ao Bairro, 2010.

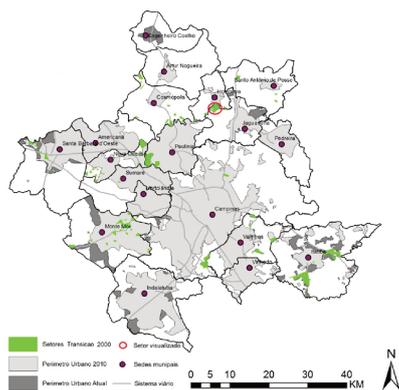


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Em Jaguariúna, o setor de “transição” selecionado está localizado na fronteira com Holambra, próximo à Estrada Municipal HBR-020.

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universe). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

É uma área já consolidada, com hotéis-fazenda, condomínio fechado, chácaras e sítios, localizada em grande parte da antiga fazenda Duas Marias, junto à represa de mesmo nome. Além disso, desde 2010 está incorporada ao perímetro urbano municipal. Em 2000, já havia muitas ocupações e alguns lotes à espera de valorização, e, em 2010, houve aumento das construções. Em 2016, praticamente já não havia lotes sem construção, além de contar com maior arborização. Pera (2016) registra que a possível expansão do perímetro urbano se deu para regularizar a área como ocupação urbana.



Imagem de Satélite do Setor de Transição - 2000



Imagem de Satélite do Setor de Transição - 2010



Imagem de Satélite do Setor de Transição - 2016

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Cond. Duas Marias, 2007.



FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Hotel-Fazenda Duas Marias, 2011.



FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Cond. Duas Marias, 2011.

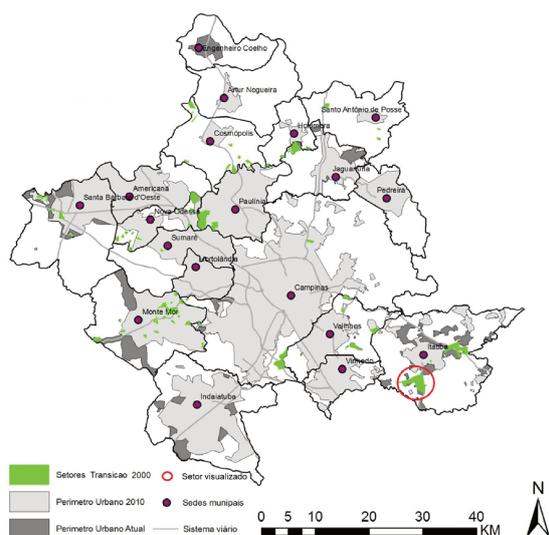


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Em Itatiba foram escolhidos dois setores de “transição” adjacentes. Estão localizados ao sul do município, ao lado da Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360).

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



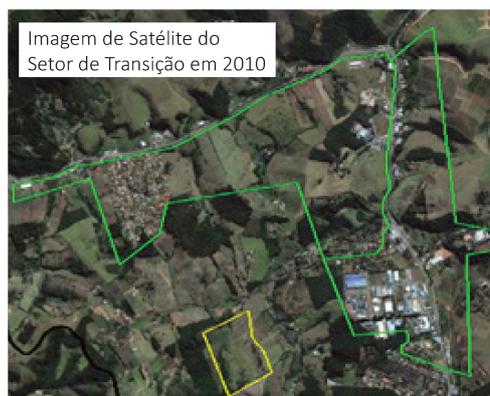
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universo). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

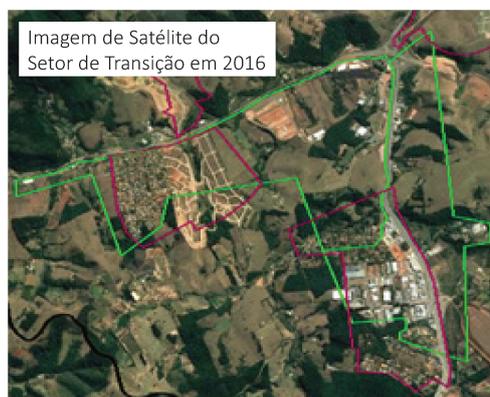
O setor mais a leste contém o Distrito Industrial Alfredo Rela, que desde 2000 tem se expandido sobre o Bairro Encosta do Sol (uma área com ocupação residencial/lazer), contíguo ao distrito. Este Distrito Industrial possui indústrias dos mais diversos ramos, como química, alimentícia, metalúrgica, de plástico, e também conta empresas de equipamentos industriais. A partir de 2010, boa parte do setor foi incorporado ao perímetro urbano. Pera (2016) afirma que essa expansão do perímetro urbano sobre o setor de “transição” ocorreu durante o processo de revisão do Plano Diretor. No caso do outro setor, nota-se que é, em grande parte, formado por terras voltadas para a agricultura ou pastos. Entretanto, em 2016, principalmente a partir da incorporação de parte



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

[CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO]

deste setor ao perímetro urbano atual, inicia-se a modificação do uso da terra com a criação de lotes e a redução da área agriculturável. Nesse setor, ao norte, ainda próximo à SP360 e beirando a Rodovia Romildo Prado (SP-063), nota-se, em 2016, o desaparecimento das lavouras e pastos e a formação de lotes que provavelmente serão destinados a indústrias, devido ao tamanho (muito maior que o residencial). Já a oeste, neste setor, ainda na Rodovia SP063, encontra-se o Parque São Gabriel, onde, como registrado por Pera (2016), há a implantação de três loteamentos fechados exclusivamente residencial. Dois deles estão em processo de implantação e um está consolidado desde 2000. Assim, a partir de 2016, verifica-se a implantação de dois loteamentos fechados adjacentes, sendo que estes novos loteamentos, juntamente com o Parque São Gabriel, serão agora incorporados ao perímetro urbano atual de Itatiba, sendo que a expansão do perímetro urbano sobre o setor de “transição” ocorreu durante o processo de revisão do Plano Diretor (PERA, 2016),

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Zona Industrial, 2011.



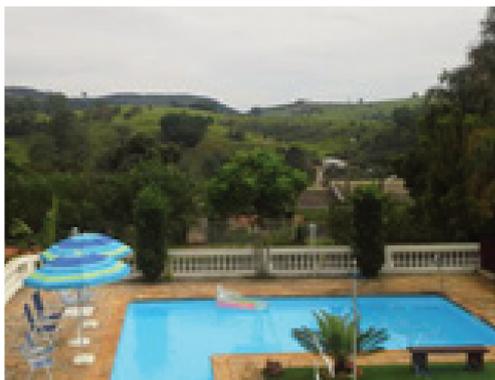
Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Sítio, 2011.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Parque São Gabriel, 2014.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Início do trabalho na terra para criação de mais loteamentos, ao lado do Parque São Gabriel, 2011.

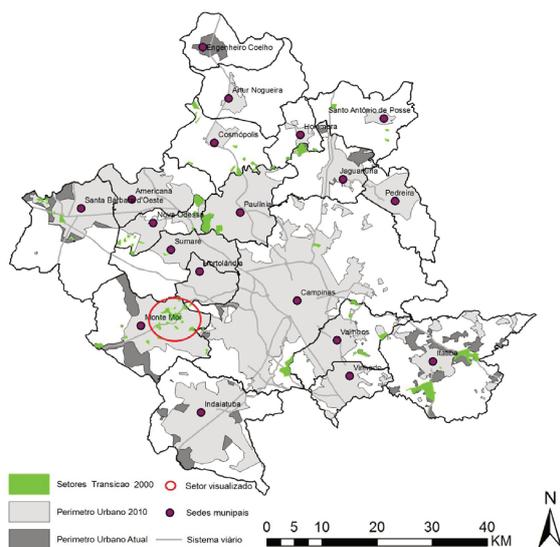


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Em Monte-Mor foram selecionados dois setores de “transição” do censo 2000, localizados a leste do município. São setores que se desenvolveram especialmente pela ocupação para uso residencial, às margens da Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP-101).

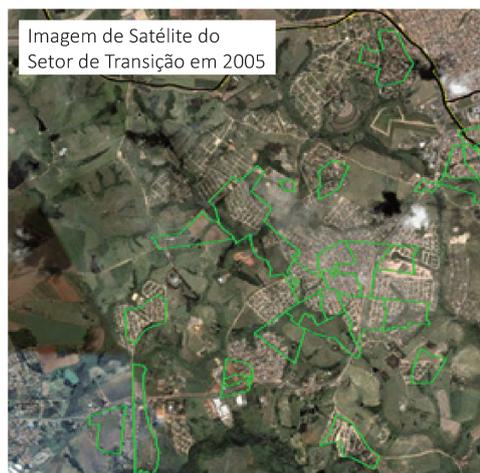
Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



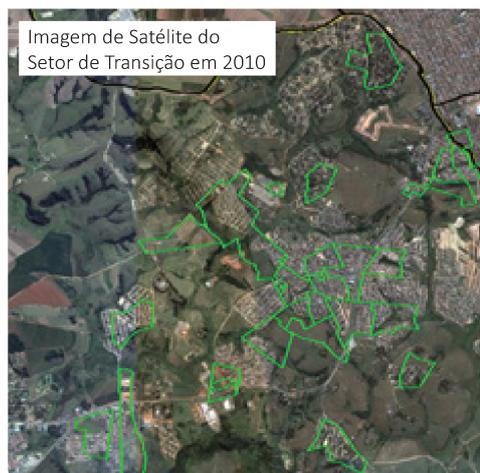
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universo). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

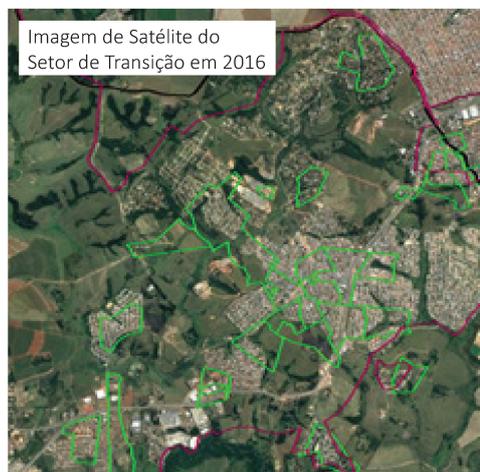
De maneira geral, nota-se que, em 2005, estas ocupações eram precárias e não havia nem mesmo pavimentação. Além disso, a partir de 2010, estes setores foram incorporados ao perímetro urbano do município. Para ilustrar a evolução desse conjunto de setores, foram selecionados dois setores: um da margem direita e outro da margem esquerda da Rodovia SP-101, procurando ilustrar duas ocupações mais recentes: o Jardim Itapuã e outra, mais antiga, o Parque do Café 2, respectivamente. Nota-se que, em 2005, o Jardim Itapuã iniciava seu processo de ocupação, pois, como pode ser visto na imagem, havia um predomínio de lotes vagos. Já o Parque do Café 2 apresentava maior adensamento de residências, entretanto, em ambos os bairros não havia pavimentação. Em 2010, o Parque do



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

[CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO]

Café 2 recebe pavimentação e se iniciam as construções de residência no Jardim Itapuã. Em 2016, pode-se considerar que ambas as regiões estão com elevado adensamento populacional, o que não condiz com o esperado para um setor de “transição” ou rural. Além disso, o Bairro Jardim Itapuã também já está pavimentado e com poucos lotes disponíveis. Vale ressaltar que, pelas imagens obtidas dos dois bairros, percebe-se no Bairro Jardim Itapuã, em virtude do maior espaçamento entre as casas, uma ocupação pelo estrato socioeconômico mais elevado quando comparado ao Bairro Parque do Café 2.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Itapuã, 2011.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO
Parque do Café 2, 2011.

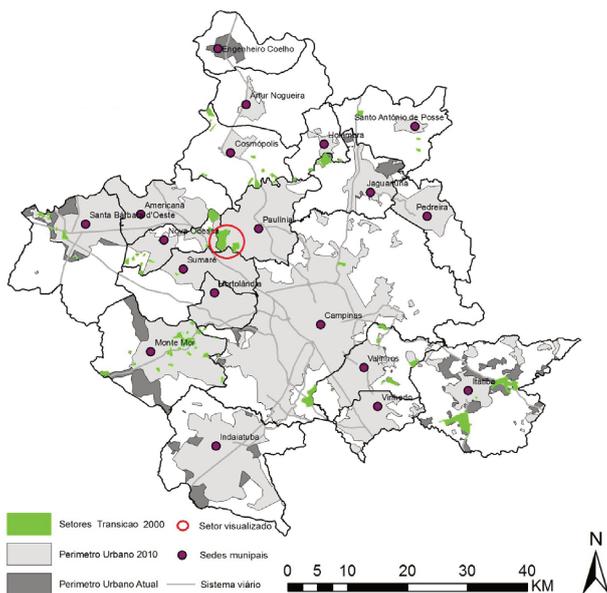


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Para Paulínia foram escolhidos dois setores de “transição” do censo 2000 para mostrar sua evolução ao longo do tempo. O primeiro setor, localizado a oeste, na divisa com os municípios de Nova Odessa e Sumaré, próximo à Rodovia Anhanguera, é formado pelo Sítio Bela Vista. O segundo setor, a leste do primeiro, localiza-se na divisa com o município de Sumaré, no Bairro Parque Bom Retiro.

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universe). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2005



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2010



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2016



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

O setor do Sítio Bela Vista é caracterizado pela existência de áreas agrícolas e pela presença de matas. Nota-se ainda que este setor não foi incorporado ao perímetro urbano e que, desde 2005, não sofreu alterações em seu espaço. Já o setor do Parque Bom Retiro é caracterizado pela presença de ocupações do tipo residencial, uma vez que se observa pouco espaço entre uma construção e outra e a presença de arruamento formando quarteirões. Quanto à sua evolução, nota-se que, em 2005, este bairro estava no início de sua ocupação, em vista da presença de arruamento sem pavimentação e com muitos loteamentos para novas construções. Já em 2010, houve um aumento das ocupações, principalmente de residências populares (novamente, infere-se isto pelo espaçamento das construções observadas na imagem de satélite e pelas fotos das residências do bairro). Em 2016, pode-se afirmar que o bairro foi completamente pavimentado e passa a apresentar maior adensamento residencial. É interessante notar que o intenso crescimento do bairro se deu após a incorporação deste setor ao perímetro urbano, em 2010.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Sítio Bela Vista, 2012.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Parque Bom Retiro, 2011.

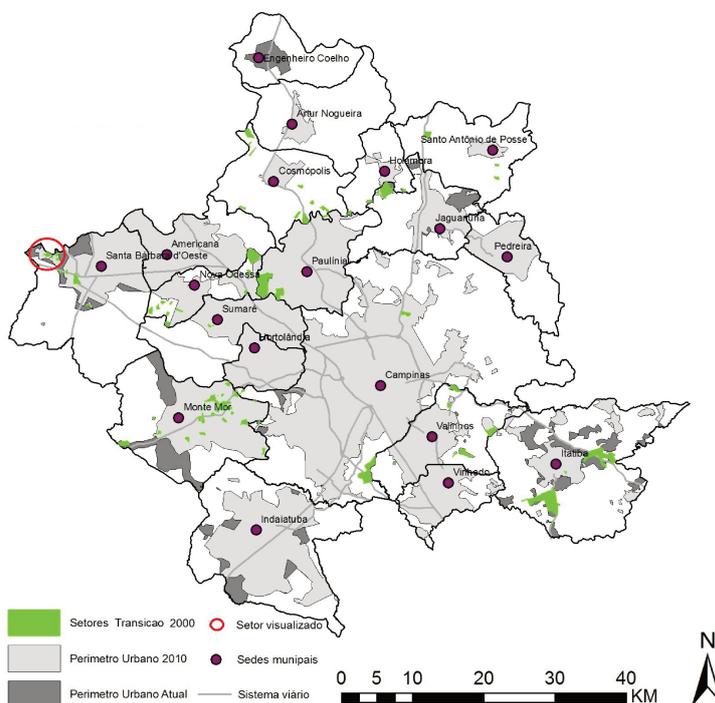


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Para Santa Bárbara d'Oeste foram escolhidos setores cortados pela Rodovia Margarida da Graça Martin (SP-135), localizados a noroeste do município, à margem do Rio Piracicaba e próximos à divisa com Limeira. São formados pelos bairros Chácara Cruzeiros do Sul, Pinheirinhos, Vale das Cigarras e Caiubi. Frize-se que, desde 2010, estão incorporados ao perímetro urbano do município.

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universo). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2005



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2010



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2016



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Desde 2000, estes setores são caracterizados pela presença de construções para lazer e residência, tendo ao seu redor algumas terras agrícolas, embora fora de suas delimitações. O que se notou ao longo dos anos foi o aumento das construções mencionadas anteriormente, mas ainda existe uma grande quantidade de lotes vazios à espera de valorização. Pera (2016) registra que essas áreas foram incorporadas ao perímetro urbano para regularização das ocupações consolidadas em área rural.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Terreno especulativo no bairro chácaras
Cruzeiro do Sul, 2011.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Caiubi – Chácara, 2011.

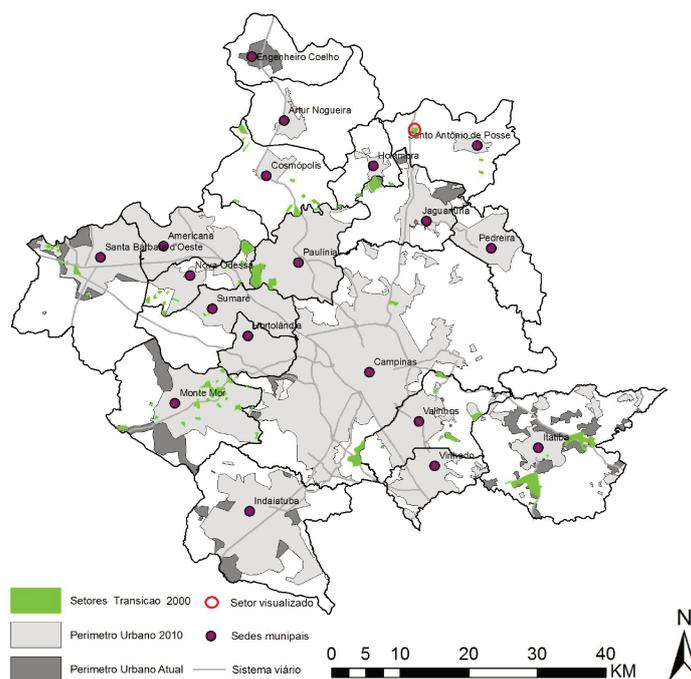


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

Para Santo Antônio de Posse foi escolhido um setor afastado da sede e localizado à margem da Rodovia Prof.º Boanerges Nogueira, a oeste do município. Vale a pena mencionar que este setor ainda não foi incorporado pelo perímetro urbano do município.

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universe). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2005



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2010



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2016



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

São caracterizados, desde 2000, pela presença de construções para lazer/residência e têm ao seu redor terras agrícolas. O que se notou ao longo dos anos foi o aumento das construções destinadas ao uso residencial ou lazer, embora ainda existam lotes vazios à espera de valorização e terras voltadas à produção de horticulturas, como mostra a imagem de 2015.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

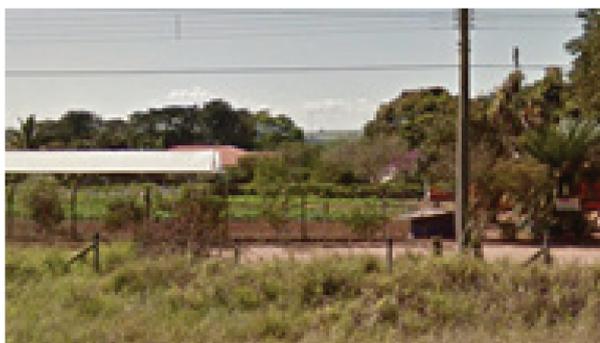
Sítios, 2011.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Sítios, 2015.

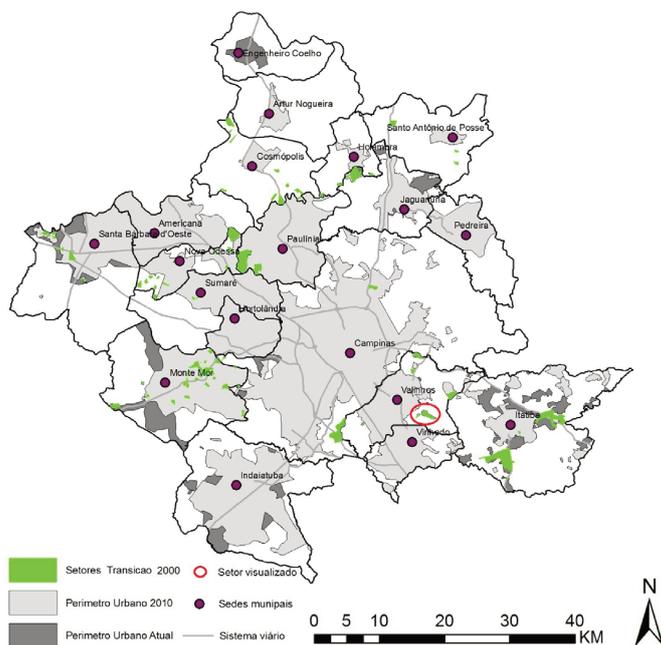


Fonte: Google Street View, 2016.

LOCALIZAÇÃO

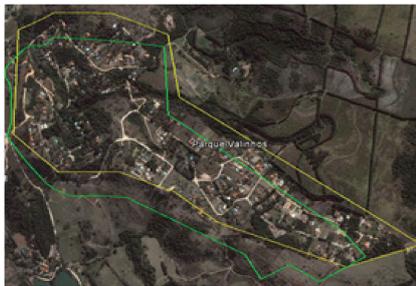
Para Valinhos foi escolhido um setor também afastado da sede, localizado a sudeste do município, próximo à Estrada do Jequitibá e formado pelo Bairro Parque Valinhos. Cumpre mencionar que este setor está desde 2010 incorporado ao perímetro urbano do município.

Distribuição dos Setores de Transição da RMC em 2000 sobre os perímetros urbanos de 2010 e atual



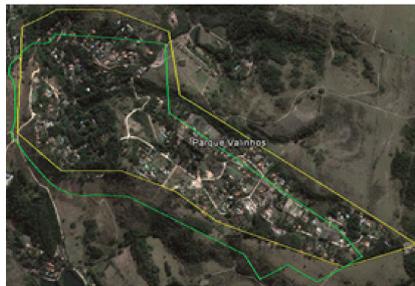
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 (Universo). Perímetros urbanos municipais de Pera (2016).

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2005



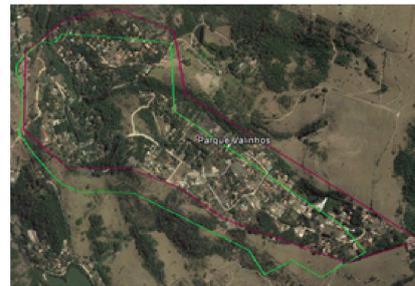
Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2010



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

Imagem de Satélite do Setor de Transição em 2016



Fonte: Google Earth, 2016, com anotações do autor.

CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

Desde 2005, estes setores são caracterizados pela presença de construções para lazer e residência e por atividades agropecuárias. O que se notou ao longo dos anos foi um ligeiro aumento das construções destinadas ao uso residencial ou lazer, embora ainda existam lotes vazios à espera de valorização e terras voltadas à produção agropecuária, como se pode observar pelas imagens de 2005, 2010 e 2016. Infere-se a existência de agropecuárias pelo tipo de construção e características paisagísticas constantes a oeste, na imagem, próximas à Rua João Bissoto Filho, possivelmente com criação suína ou de aves.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Parque Valinhos, 2012.



Fonte: Google Street View, 2016.

FOTO DE CARACTERIZAÇÃO

Chácara no Parque Valinhos, 2016.



Fonte: Google Street View, 2016.

3.3.3. ANÁLISE CENSITÁRIA DOS SETORES SELECIONADOS DE 2010

A análise dos setores censitários selecionados a partir dos dados do Censo de 2010 (Universo) permite um olhar “micro” e mais específico das áreas de “transição”. Os indicadores utilizados procuraram avaliar quais as especificidades destas áreas e de sua população em relação às médias municipais, aos setores “urbanos”, “rurais” e de “transição” metropolitana nos e à Região Metropolitana de Campinas como um todo.

Dessa maneira, foram avaliadas as seguintes características:

- A composição etária, pelo índice de envelhecimento;
- A renda, através da proporção de domicílios com responsáveis de alta renda (maior que 10 salários) e baixa renda (menor que 1 salário);
- A qualidade construtiva, pela proporção de domicílios sem nenhum banheiro e com dois ou mais;
- Por fim, a presença do poder público em relação à infraestrutura apresentada pelos dados do entorno (proporção de domicílios sem identificação de logradouro, sem pavimentação em logradouros identificados e com esgoto a céu aberto).

Os resultados corroboram a premissa adotada de que a população que vive nestas áreas se difere da população “rural” e se assemelha à população “urbana”, apesar de apresentar maior precariedade no que tange à infraestrutura pública. Além disso, nota-se também uma diferenciação na população das áreas de “transição” que sofre influência do centro metropolitano daquela de áreas pertencentes a municípios mais afastados. Os dados sugerem que esta é influenciada pelo processo de ocupação espacial do próprio município e não do centro metropolitano.

Levando-se em conta os resultados apresentados sobre as condições sócioeconômicas da população residente, percebe-se que, de modo geral, a falta de infraestrutura pública é mais frequente nas áreas cuja renda do responsável pelo domicílio é menor.

Índice de Envelhecimento (IE) dos setores selecionados

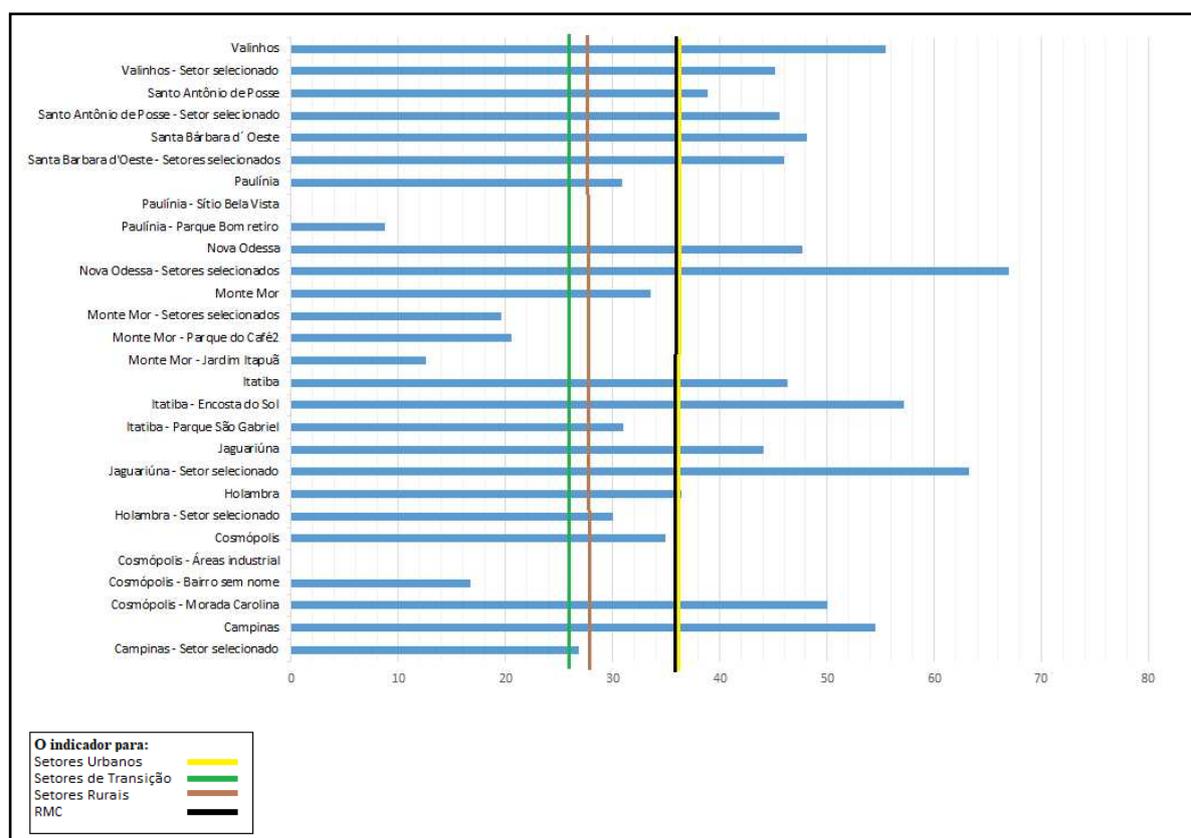
Pela Figura 7, quando se compara o IE dos setores selecionados de Valinhos e Santa Bárbara d’Oeste ao indicador referente ao seu município, nota-se que se trata de uma população relativamente mais jovem. Apesar disso, tanto estes municípios quanto seus setores de transição

selecionados revelam haver uma população mais envelhecida que nos setores de transição, rurais ou urbanos, da RM e da RMC como um todo.

Paulínia não apresentou indicador para o setor onde está o Sítio Bela Vista, e isto se deve ao fato de não haver população abaixo dos 14 anos tampouco população acima dos 65 anos. Já o setor do Parque Bom Retiro apresentou um IE menor que o municipal, o qual, ressalte-se, é relativamente menor que a média RMC.

Monte Mor se apresentou como um caso similar ao de Paulínia, com IE dos setores de transição selecionados menor que o municipal. Ressalta-se que, juntamente com Paulínia, o IE de Monte Mor é relativamente o menor entre os outros municípios e em relação à própria RMC. Como observado anteriormente pelas imagens de satélite, o Bairro Jardim Itapuã surgiu posteriormente ao Parque Café 2 e, portanto, possui uma população mais jovem (com cerca de 12 idosos para 100 crianças, contra 20 idosos para 100 crianças do Parque Café 2). Campinas é outro município que também apresenta IE do setor de transição selecionado relativamente menor que o municipal, e também menor em relação aos setores rurais e urbanos da RMC.

Figura 7 - Índice de Envelhecimento por setores de “transição” selecionados, municípios e Região Metropolitana de Campinas, 2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2010 (dados do Universo).

Renda dos setores selecionados

Entre os municípios da “cordilheira da riqueza”, aqui representada por Valinhos e Paulínia, como esperado, os setores selecionado⁵¹ na Figura 8 apresentaram alto percentual de domicílios com alto rendimento do responsável e um pequeno percentual de domicílios com baixo rendimento do responsável em relação aos setores “urbano” e à RMC.

Além disso, observa-se que, no setor de Valinhos, o percentual de domicílios com alto rendimento é menor que o apresentado para o município (em torno de 7% e 10,5%, respectivamente). Já em relação ao percentual de domicílios com baixo rendimento, este foi menor no município do que em seu setor selecionado (em torno de 10% e 17,5% respectivamente).

⁵¹ Exceto o Sítio Bela Vista, em Paulínia, dado que possui mais características rurais.

Em Paulínia, esta situação se inverte, uma vez que o setor do Parque Bom Retiro possui maior proporção de domicílios com alto rendimento do responsável e menor proporção de domicílios com baixo rendimento do responsável. Isto possivelmente reflete a mobilidade residencial de uma população de maior renda em direção a estes municípios em virtude das ofertas mais atrativas a este estrato populacional, em especial os condomínios privados e distantes dos centros urbanos (CUNHA, 2016).

Dos municípios da “Cordilheira da Pobreza”, na Figura 8, aqui representados pelo Sudoeste de Campinas e Monte Mor, os setores selecionados apresentaram um alto percentual de domicílios com baixo rendimento do responsável e um baixo percentual de domicílios com alto rendimento do responsável em relação aos setores “urbanos”, de “transição” e à RMC. Tanto os setores de Monte Mor quanto os de Campinas apresentaram um percentual de domicílios com alto rendimento menor que o seu próprio município. Saliente-se que o setor em Campinas nem mesmo apresenta domicílios com alto rendimento do responsável. Em relação ao percentual de domicílios com baixo rendimento do responsável, este também foi maior nos setores do que no próprio município. Vale a pena mencionar que, em Monte Mor, o município e os seus setores selecionados apresentaram o indicador maior do que o dos setores “rurais” da RMC.

Sobre os municípios de Nova Odessa e Santa Bárbara d’Oeste, pode-se inferir, pela Figura 8, que os setores selecionados se distanciam do comportamento apresentado pela RMC. Uma vez que, por exemplo, no caso do percentual de domicílio com alto rendimento do responsável, tanto os municípios quanto os setores ficaram abaixo do apresentado pelos setores “rurais” da RMC. Isto reforça as afirmações de Cunha (2016), de que estes municípios possuem uma dinâmica mais independente do centro metropolitano e, portanto, mais associada ao município de Americana. Já os valores apresentados por Santo Antônio da Posse, Itatiba e Cosmópolis reforçam seu distanciamento do centro metropolitano e, por consequência, uma dinâmica própria.

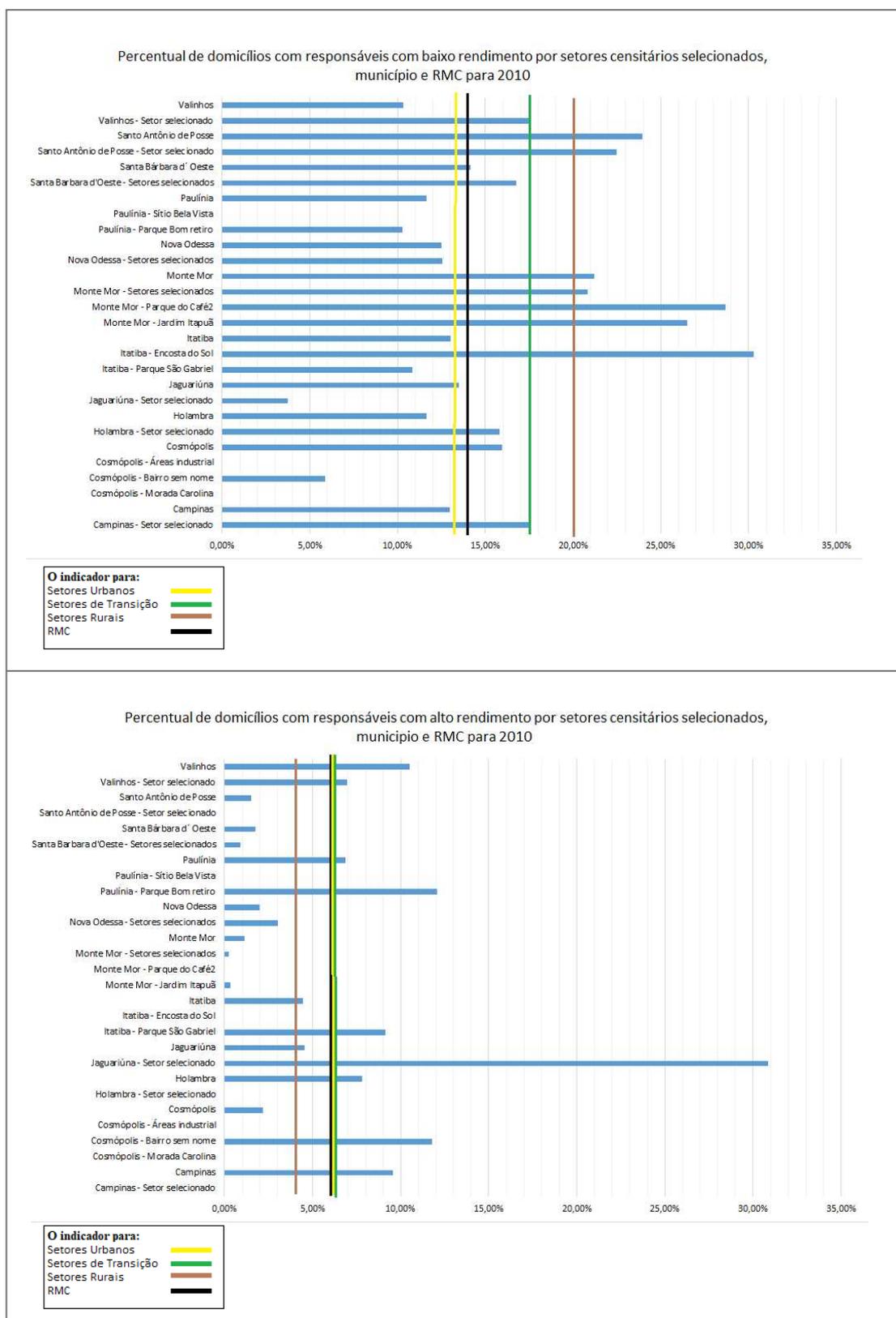
Em relação aos municípios Itatiba e Jaguariúna, os resultados apresentados possivelmente são consequência da recente expansão do processo de ocupação destes municípios, pois destoam-se dos valores municipais. Embora o município de Itatiba apresente o indicador menor que o dos setores “urbanos”, “rurais” e de “transição” metropolitanos e da RMC, o setor que contém o Parque São Gabriel possui um percentual de domicílios com responsáveis com baixo rendimento menor ainda (11%). Este setor contrasta com o seu adjacente, que contém o

Bairro Encosta do Sol, pois este apresenta o maior percentual de domicílios com responsáveis com baixo rendimento dentre todos os setores apresentados (30,5%). O fato de o setor que engloba o Bairro Encosta do Sol contar com uma indústria que se ampliou ao longo dos anos leva a pensar que a ocupação residencial nesta área está associada à população de estrato sócioeconômico menos elevado.

Em relação à Cosmópolis, observa-se na Figura 8, e pela sua ficha de localização (faz fronteira com o município de Americana), que o setor da Morada Carolina sofre influências do subpolo de Americana, enquanto o setor do bairro “sem nome”, pela proximidade com Paulínia, possivelmente está incorporado à dinâmica do município e, por consequência, da metrópole.

Os dados corroboram esta afirmação, uma vez que tanto o percentual de domicílios com alto rendimento quanto o percentual de domicílios com baixo rendimento do responsável no bairro “sem nome” está distante do valor apresentado pelo município, demonstrando haver uma população de estrato sócioeconômico mais elevado em relação ao município.

Figura 8 - Percentual de domicílio com responsáveis com baixo rendimento e alto rendimento por setores de “transição” selecionados, nos municípios e na RMC, 2010.



Fonte:

IBGE, Censo Demográfico, 2010 (dados do Universo).

Como se pode notar pelas Figuras 8 e 9 (Índice de Envelhecimento e Renda), as áreas de “transição” dos municípios de Paulínia (especificamente o Bairro Parque Bom Retiro), Itatiba (especificamente o Parque São Gabriel), Cosmópolis (especificamente o bairro “sem nome”) e Holambra são compostas por uma população relativamente jovem em relação à população dos setores “urbanos” da RM e da média da RMC, e de elevada renda. Além disso, sabe-se, através de Cunha e Falcão (Coord., 2017), que estes são municípios que passam por uma expansão urbana e possuem alta renda quando comparados a outros municípios da RMC.

Já os setores de “transição” selecionados em Valinhos e Jaguariúna são compostos majoritariamente por uma população de alta renda. Esta população, como revela o índice de envelhecimento, é também mais envelhecida se comparada aos próprios municípios e à RMC. Ressalta-se que, pela análise da evolução espacial das ocupações, são ocupações antigas, consolidadas desde 2000. Além disso, os setores de “transição” de Monte Mor e Campinas apresentaram uma população relativamente jovem e pobre em comparação à RMC e estão predominantemente localizados na “cordilheira da pobreza”.

Por fim, os setores de “transição” de Santa Bárbara d’Oeste, Nova Odessa e Cosmópolis (especificamente o setor que engloba o Bairro Morada Carolina) são constituídos de uma população relativamente mais velha e mais pobre que a média da RMC. Possivelmente, estas áreas possuem uma dinâmica descolada da “core” metropolitana e influenciada pelo município de Americana, que, por suas características e peso econômico, exerce uma função de subpolo metropolitano (CUNHA, 2016).

Outros setores de “transição” que não são influenciados pela dinâmica metropolitana e que possuem uma população mais velha e pobre são os selecionados em Santo Antônio da Posse e Itatiba, neste último caso, especificamente o Bairro Encosta do Sol. Como mencionado anteriormente, isto pode estar relacionado ao maior distanciamento do centro metropolitano e, portanto, à menor influência do processo de “periferização” da RMC descrito por Cunha (2016). Vale a pena mencionar que o setor com área industrial, em Cosmópolis, não apresentou dados populacionais.

Qualidade construtiva dos domicílios dos setores selecionados

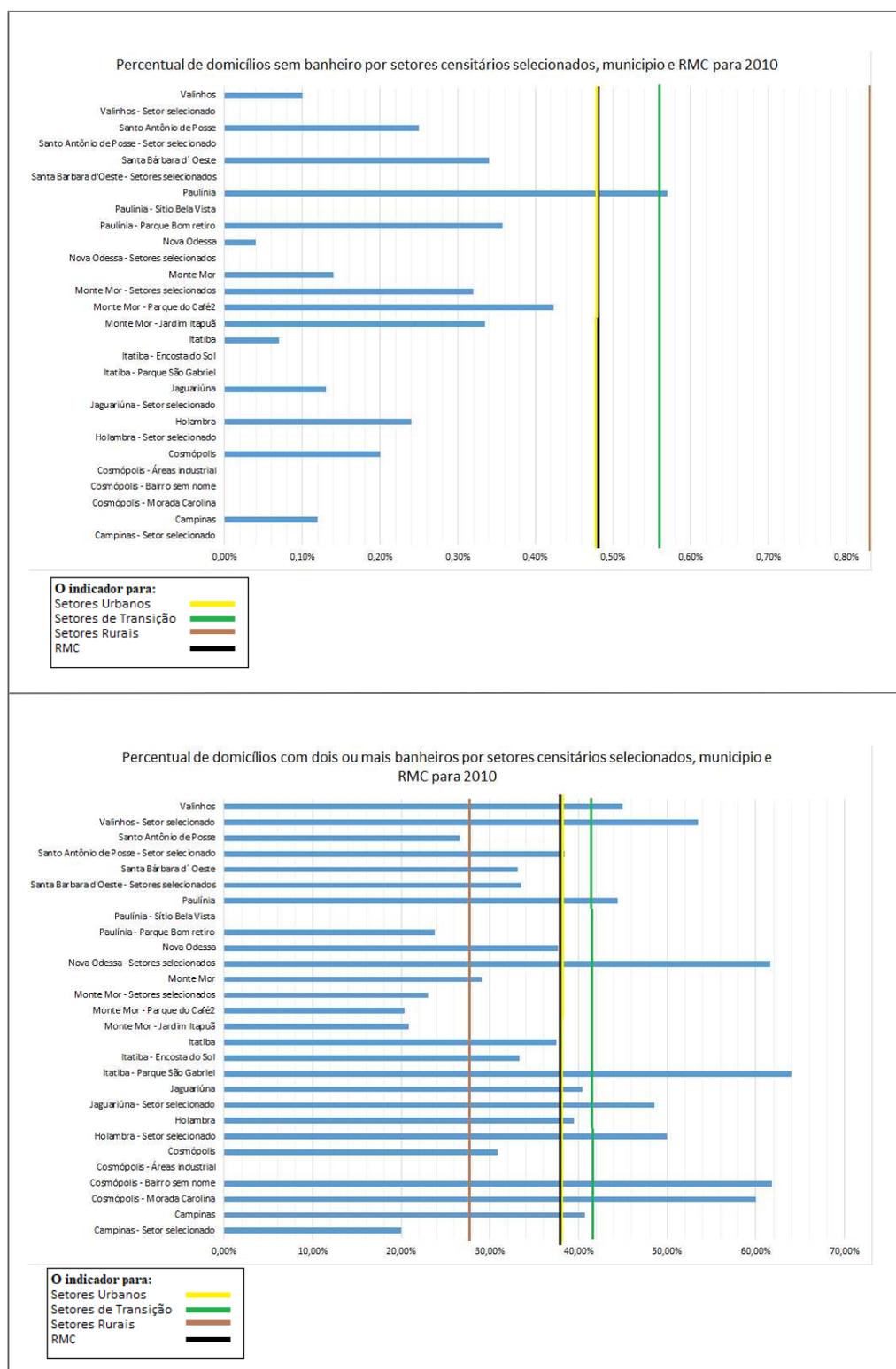
Como atestam Cunha e Fonseca (2004) e Cunha e Falcão (Coord., 2017), o número de banheiros é um ótimo indicador da qualidade construtiva dos domicílios. A existência de domicílios sem banheiro indica uma condição de precariedade e baixo padrão construtivo, ao passo que os domicílios com mais de dois banheiros refletem maior qualidade de vida e bom padrão construtivo⁵².

Com relação à proporção de domicílios sem banheiros, pode-se afirmar pela Figura 9 que, à exceção Paulínia (que apresentou 0,57%), todos os outros municípios e setores selecionados ficaram abaixo do já pequeno valor registrado pelos setores “urbanos”, de “transição”, “rurais” e da Região Metropolitana de Campinas. Em média, os setores e o município apresentaram 0,13% dos domicílios sem banheiro em comparação aos 0,5% da RMC e dos setores “urbanos”, e 0,84% dos setores “rurais”.

Por outro lado, os setores de “transição” selecionados em Valinhos, Santo Antônio de Posse, Santa Bárbara d’Oeste, Paulínia (especificamente o setor do Parque Bom Retiro), Nova Odessa, Itatiba (especificamente o setor do Parque São Gabriel), Jaguariúna, Holambra e Cosmópolis (exceto o setor da área industrial) apresentaram maior percentual de domicílios com dois ou mais banheiros que seus respectivos municípios. Já os setores de “transição” selecionados em Paulínia (especificamente o setor do Sítio Bela Vista), Monte Mor, Itatiba (especificamente o setor da Encosta do Sol) e Campinas apresentaram menor percentual de domicílios com dois ou mais banheiros que seus respectivos municípios. Por fim, convém ressaltar que, quanto à proporção de domicílios com dois ou mais banheiros, os municípios de Santo Antônio de Posse e os setores de “transição” de Monte Mor e Campinas apresentaram o menor percentual de domicílios, menor que o dos setores “rurais” da RMC.

⁵² Obviamente, quanto mais banheiros melhor o padrão construtivo da casa e, portanto, o nível sócioeconômico dos moradores. Contudo, para fins de diferenciação desse padrão, o corte utilizado é mais que suficiente.

Figura 9 - Percentual de domicílios com nenhum banheiro e com dois ou mais banheiros por setores de “transição” selecionados nos municípios e na RMC, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (dados do Universo).

Pode-se afirmar que, em relação ao número de banheiros, toda área de “transição” da RM de Campinas se mostra mais próxima da realidade urbana: para o indicador relacionado à proporção de domicílios sem banheiro, enquanto a RMC apresentou 0,48%, os setores “urbanos” apresentaram 0,47%, os setores de “transição” apresentaram 0,56% e o setor “rural” apresentou 1%. Em relação à proporção de domicílios com dois banheiros ou mais, a RMC apresentou 37,5%, os setores “urbanos” apresentaram 38%, os de “transição” apresentaram 41,7% e os setores “rurais” apresentaram 28%.

Como esperado, observou-se forte correlação entre o indicador relativo à proporção de domicílios com dois banheiros ou mais e a renda. Assim, pelos resultados até agora apresentados, pode-se afirmar que os setores de “transição” selecionados cuja população relativa detém maior renda também apresentaram maior proporção de domicílios com dois banheiros ou mais e menor proporção de domicílios sem nenhum banheiro. Já os setores de “transição” referentes à população com baixa renda apresentaram uma proporção de domicílios com dois ou mais banheiros menor, inclusive menor que a proporção do setor “rural”.

Dados do entorno dos setores selecionados

As características sobre o entorno dos domicílios, novidade do Censo 2010, auxiliam a diferenciação das várias formas como vive a população. Assim, entre as tantas possibilidades, decidiu-se por buscar uma caracterização da precariedade de infraestrutura do local. Para isso, três indicadores foram selecionados: proporção de domicílios sem identificação do logradouro, proporção de domicílios em logradouros sem pavimentação e proporção de domicílios com esgoto a céu aberto.

No tocante à identificação dos logradouros, somente os municípios de Santo Antônio de Posse, Santa Bárbara d’Oeste, Monte Mor e os setores de “transição” selecionados de Santa Bárbara d’Oeste, Monte Mor, Holambra e Cosmópolis (bairro “sem nome”) ficaram acima da média metropolitana, dos setores “urbano” e de “transição” da RM (Figura 10).

Observa-se que, enquanto a proporção de domicílios sem identificação do logradouro se mostrou semelhante entre os setores “urbanos”, de “transição” e na RM como um todo (em torno de 18% dos domicílios), alguns setores, como em Holambra e Cosmópolis (especificamente o que conte o bairro “sem nome”), apresentaram 100% ou valor próximo.

Já em relação à proporção de domicílios em logradouros sem pavimentação, o setor de “transição” da RM apresentou maior proporção de domicílios (cerca de três vezes mais do que o setor “urbano” e a RMC, semelhantes entre si). Este indicador, dos três selecionados, foi o que apresentou os maiores valores para os setores de “transição” considerados. De certa forma, era de se esperar, em função da localização mais afastada destes setores.

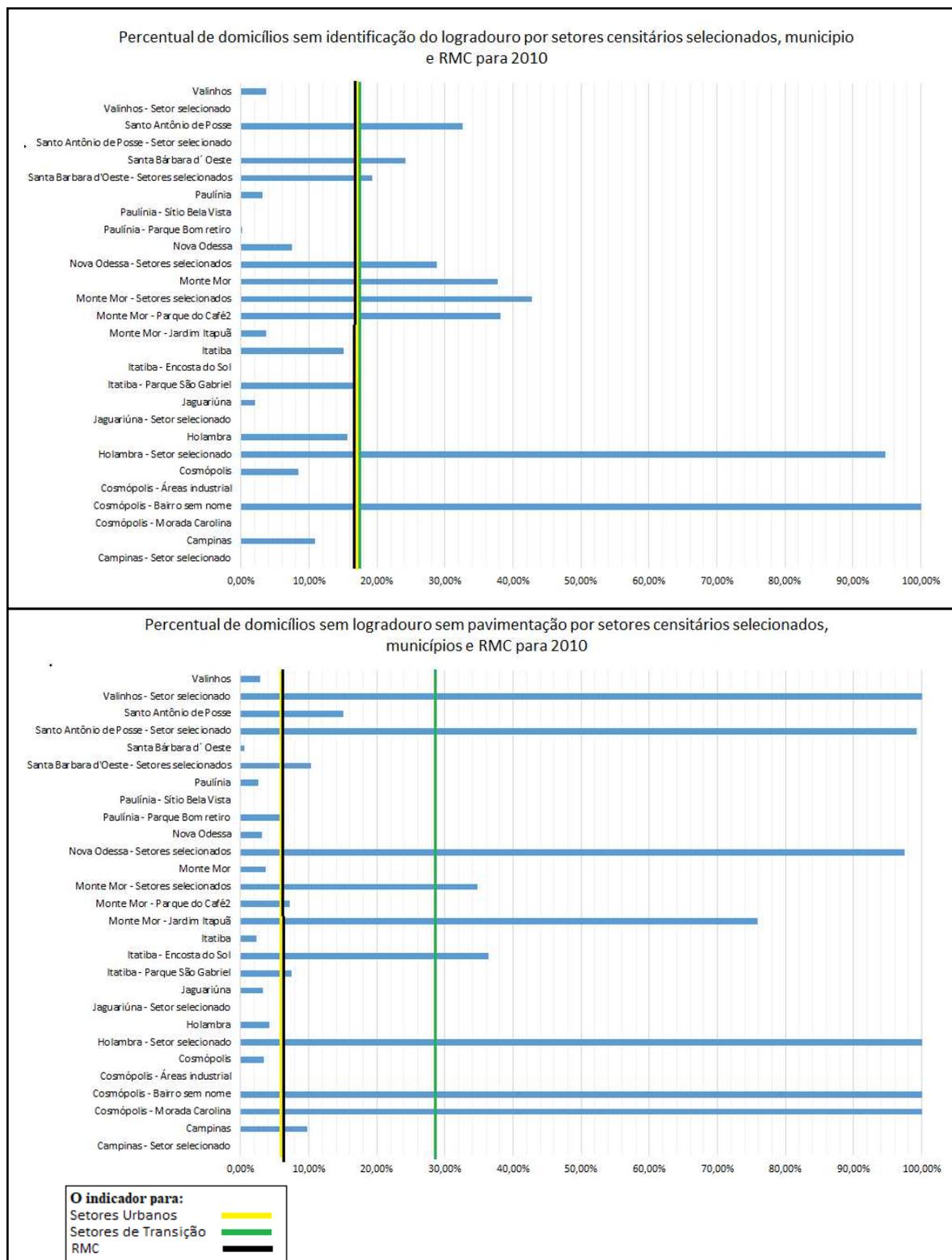
Os setores de “transição” com 100% dos domicílios em logradouro sem pavimentação foram os de Valinhos, Santo Antônio de Posse, Holambra e Cosmópolis (especificamente os setores com bairro “sem nome” e Morada Carolina). Além disso, todos os municípios apresentados, com exceção de Campinas (em torno de 12%), possuíam um percentual menor que a média dos setores “urbanos” da RM e da RMC.

Com relação à proporção de domicílios com esgoto a céu aberto, a média dos setores de “transição” da RM mostrou o menor valor (0,5%) se comparada aos setores “urbanos” e à RM como um todo (ambos em torno de 6 %). Entretanto, o conjunto de setores de Monte Mor, e principalmente o setor do Jardim Itapuã de Monte Mor, apresentou altos valores (14,5% e 42,5%, respectivamente). Possivelmente, este resultado apresentado pelos setores de “transição” está mais associado ao menor adensamento das áreas de “transição” ou ao acesso desta população à instalação de fossas sépticas, por exemplo.

Ressalta-se que, dentre os municípios, apenas Monte Mor apresentou um percentual acima das médias metropolitanas e dos setores “urbanos”. De maneira geral, os resultados da análise destes três indicadores relacionados ao entorno dos setores sugerem que persiste, nas áreas de “transição”, o acesso diferencial a equipamentos públicos pelo estrato sócioeconômico mais elevado.

Ao tomar como exemplo dois setores que apresentaram grande expansão da área construída no período analisado, tais como o Bairro Jardim Itapuã, de Monte Mor, e o Parque Bom Retiro, em Paulínia, ambos já incorporados ao perímetro urbano, a diferença que a infraestrutura pública apresenta no entorno é nítida. Enquanto no Jardim Itapuã 42,5% dos domicílios do setor possui esgoto a céu aberto, no Parque Bom Retiro não há domicílios com esgoto a céu aberto.

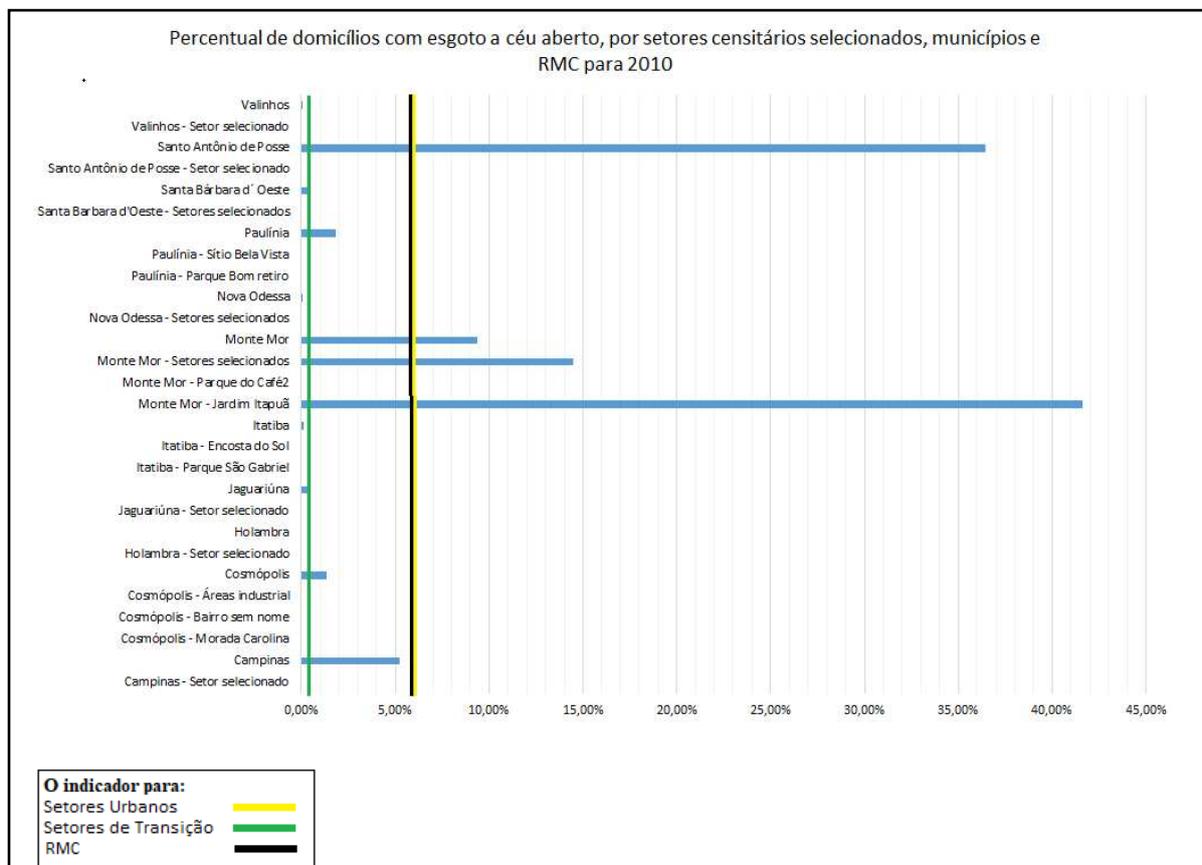
Figura 10 - Indicadores do entorno dos setores de transição selecionados, municípios e na RMC, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010, (dados do Universo).

Continuação

Figura 10 - Indicadores do entorno dos setores de transição selecionados, municípios e na RMC, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010, (dados do Universo).

3.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tratou de enfatizar a importância de uma categoria intermediária entre o rural e o urbano para evidenciar e melhor caracterizar o processo de expansão territorial e a diferenciação socioespacial da RM de Campinas no período entre 2000 e 2010. Afinal, o tipo de lugar em que uma população vive é um elemento importante para identificar e compreender os processos sociais, econômico, cultural, político e demográfico dessa população (CHAMPION; HUGO, 2004). Também se entende que a linha divisória entre o rural e o urbano se torna cada vez menos evidente (DEMATTEIS, 1998; HUGO et al., 2002; CHAMPION; HUGO, 2004).

Mais do que isso, o processo e a dinâmica de distribuição espacial intraurbanos, associados a outros fatores estruturais, conjunturais e históricos de caráter regional que alteraram as relações entre rural e o urbano, levaram à ocupação das áreas de transição rural urbana, um território heterogêneo e multifuncional.

O presente estudo se baseou na ideia de que as metrópoles brasileiras estão inseridas em uma estrutura policêntrica, dispersa e fragmentada, mas que ainda guarda muitas das feições e características do tradicional padrão centro versus periferia, como aponta Cunha et al. (2006). É bem verdade que, como pondera o autor, devem-se considerar as especificidades que hoje em dia se observa em relação ao passado, sobretudo em função das características mais diversificadas destas periferias, particularmente o crescimento das “novas periferias” ocupadas pelas estratos sociais mais abastados. Da mesma forma, deve-se considerar o que se poderia chamar de contiguidades socioespaciais no âmbito metropolitano, que, no caso de Campinas, configuram verdadeiros vetores de concentração de determinados grupos sociais (as chamadas “cordilheiras”) (CUNHA; FALCÃO, Coord., 2017).

Seja como for, essa dispersão gera novas formas de ocupação urbana, cada vez mais distantes do centro tradicional. Além disso, tais zonas de assentamentos humanos possuem características de baixa densidade demográfica, associadas a uma configuração física descontínua e ineficiente da malha urbana, e são compostas por grupos sociais de todos os estratos sócioeconômicos. Dessa maneira, não há dúvidas de que a mobilidade, ou seja, a disputa dos diversos estratos pelo deslocamento, tem desempenhado papel fundamental na direção expansionista deste fenômeno, embora não seja o único fator.

Para entender essa expansão horizontal intraurbana que consome espaços cada vez mais distantes, chegando até mesmo aos espaços rurais, mas que ao mesmo tempo produz vazios entre uma ocupação urbana e outra, recorreu-se a Pires (2007) e Miranda (2008). Para as autoras, o solo urbano, numa economia de mercado, é utilizado como reserva de valor, o que origina um processo de especulação imobiliária e uma estocagem de lotes e glebas⁵³ à espera de valorização, fazendo com que o tecido seja permeado por imensos vazios e por uma expansão horizontal acelerada. Um possível exemplo disto é o surgimento de novas áreas notadamente rurais no município de Campinas, com taxas de crescimento populacional negativas apresentadas no Censo de 2010.

Como mencionado no Capítulo 1, além desses condicionantes intraurbanos, a ocupação do espaço rural próximo deve ser compreendida também pelas alterações que este espaço sofreu. Deve-se observar, por exemplo, a modernização que alterou seu espaço de produção e vida, que levou à heterogeneidade espacial e possibilitou ao estrato sócioeconômico mais elevado sua ocupação por meio do consumo dos espaços privilegiados. Ademais, o estrato sócioeconômico menos elevado também acaba ocupando o rural, embora isto se deva mais à falta de condições de ocupar as áreas centrais e espaços nas tradicionais periferias urbanas. Contudo, diferentemente do estrato mais elevado, essa população menos abastada irá habitar as áreas mais vulneráveis e baratas, com risco de enchentes, deslizamento de terras, entre outros constrangimentos (CUNHA et al., 2006; CUNHA, 2016).

A articulação completa deste fenômeno se manifesta através das relações espaciais, como as decisões de investimento e a prática do poder e da ideologia (VILLAÇA, 1998). Uma vez que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos indivíduos no seu processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de estratos diversos, ela é um local de dominação, evidenciado pela organização da produção. Sendo assim, a cidade oferece ao estrato sócioeconômico mais elevado condições necessárias para deliberadamente aumentar seu domínio (SINGER, 1977).

Dessa forma, tem-se no espaço intraurbano o palco de disputa entre estratos. Este espaço está sujeito à dominação dos grupos sócioeconômicos privilegiados, que, associados às dinâmicas imobiliárias vigentes e ao Estado omissivo, conduzem a especulação das terras e

⁵³ É a parcela de terra não loteada ou desmembrada (VEIGA, 2002).

impulsionam a dispersão urbana, tendo como consequência a segregação socioespacial gerada a partir da apropriação da localização (VILLAÇA, 1998).

Villaça (1998) afirma que as condições de deslocamento do ser humano, associadas a um ponto do território urbano, predominarão sobre a disponibilidade de infraestrutura. Ou seja, a acessibilidade é mais relevante na produção de localizações do que a disponibilidade de infraestrutura, já que, mesmo sem infraestrutura, existe a ocupação de espaços, como se vê no caso do município de Cosmópolis, cujo setor do bairro sequer um nome possuía.

Além disso, este estudo procurou demonstrar que a exploração dos dados do Universo do censo dos setores censitários, mesmo que limitados em seu escopo, podem fornecer muitas informações de interesse, sobretudo se devidamente espacializados.

Buscando maior clareza sobre a “reversão” da diminuição da população rural da RMC, e aproveitando-se das informações censitárias mais desagregadas do censo, definiu-se uma nova categoria de análise da distribuição da população na RM, o que implicou a consideração de uma área de “transição” entre o urbano e rural. Como se viu neste capítulo, as áreas de “transição”, tal como registra Miranda (2008), são “espaços plurifuncionais” onde convivem características e usos do solo tanto urbanos quanto rurais, com uma dinâmica intimamente ligada à presença próxima de um núcleo urbano.

Assim, com base nessa reclassificação, registrou-se que a área “rural”, na verdade, perdeu, entre 2000 e 2010, aproximadamente 10 mil habitantes. Além disso, um olhar mais desagregado mostra que apesar da área de “transição” (rural e urbano) apresentar uma perda de 2 mil pessoas, a área de “transição rural” (situação de domicílio do tipo 4) registrou um ganho próximo a 12,5 mil pessoas. Ou seja, o crescimento populacional registrado entre 2000 e 2010 no setor genericamente rotulado como “rural” se deve ao crescimento urbano residencial do setor de “transição”.

Uma das características da população dos setores de “transição” é a jovialidade, quando comparada à população urbana. Entretanto, especialmente está concentrada na “cordilheira da pobreza”. Como notado por Cunha (2016), a jovialidade dessas ocupações periféricas é comum, dado que, segundo o autor, as localizações centrais são relativamente mais caras para aqueles que estão no início de sua vida profissional e para quem começa a constituir uma família (ou seja, o começo do ciclo vital).

Ainda sobre a categoria intermediária, quanto aos indicadores econômicos, notou-se que, em 2010, esta possuía uma renda superior à da população “rural”, estando mais próxima aos padrões urbanos (renda média). Em termos de porcentagem de domicílios com alto rendimento, a categoria intermediária de “transição rural” se mostrou mais rica que a categoria “urbana”.

Por outro lado, em relação aos indicadores de infraestrutura, de maneira geral, a categoria está em nível intermediário entre o meio rural e urbano, e, no caso da coleta de lixo, mais próxima do meio urbano. Ou seja, nem toda a população dessas áreas tem acesso a serviços públicos como escoamento de água, coleta de lixo ou fornecimento de água. Certamente, esta carência se deve à sua própria localização, isto é, fora dos perímetros urbanos (muitas vezes, irregular em relação à legislação municipal).

Quanto aos indicadores demográficos para a categoria de “transição”, apresentaram situação intermediária na taxa de crescimento entre a categoria “rural” e a categoria “urbana”. Reforça-se que a agenda de pesquisa deverá analisar qualitativamente a categoria de “transição”. Questionários deverão ser aplicados em determinados setores para a população local com o intuito de prover maior número de informações sobre o acesso a serviços e bens públicos (como transporte, escolas e hospitais) e também a serviços e bens privados (como mercados e lazer).

Ficou claro, ainda, que a categoria de “transição” sofreu um processo de transformação em sua composição. Em 2000, a maior parte dela (81%) era formada pela categoria “urbana isolada”, portanto, de situação periférica e com maior precariedade, possivelmente relatando a presença da população de baixa renda. Já em 2010, destaca-se o crescimento dos aglomerados rurais de extensão urbana, que se dá pelas ocupações afastadas dos centros urbanos e próximas aos setores rurais, de maneira mais espaçada. Pelos indicadores e setores estudados mais detalhadamente, este crescimento é protagonizado pela população de maior renda.

Além disso, como visto neste capítulo pelas imagens de satélites, em alguns setores selecionados há claramente uma redução das áreas hortifrutigranjeiras. Este caso deveria se tornar objeto de futuros estudos. Assim, do mesmo modo que o presente trabalho analisou o uso de áreas rurais para ocupação urbana, é importante que outros trabalhos avaliem a evolução espacial das áreas rurais de uso tradicional (agrícola) no mesmo período, procurando dialogar com os resultados aqui encontrados.

Deve-se analisar, portanto, a redução das áreas agricultáveis e quais cultivos foram os mais prejudicados, bem como recuperar, se existir, o mapeamento espacial das áreas plantadas agrícolas e tabular o tamanho das áreas plantadas, do volume de produção e produtividade por município. Desse modo, poderiam ser estudados os impactos e as consequências da redução da agricultura, tanto do ponto de vista dos fornecedores, em especial os pequenos produtores, quanto do ponto de vista dos consumidores, bem como os impactos para a economia em geral, em relação à disponibilidade e preços de produtos agrícolas.

Vale lembrar que, ao contrário do que sugere o senso comum e segundo a análise dos setores estudados, boa parte destas ocupações são irregulares. Isto corrobora os resultados dos estudos de Miranda (2002) e Pires (2007), ou seja, tudo leva a crer que a “cidade ilegal” não se deve apenas às ocupações populares. Disto se pode concluir que há uma expansão periférica tanto em nível intramunicipal quanto em nível intermunicipal, em geral formando uma “zona” que englobaria as “periferias” dos municípios, sendo estas cada vez mais diferenciadas em termos sócioeconômicos.

É necessário registrar que, apesar das irregularidades e da consolidação destas áreas, nota-se a ação do poder público com intuito de regularizá-las através da expansão do perímetro urbano. Entretanto, estudos mais aprofundados devem ser realizados para determinar os motivos que levam o município a regularizar essas ocupações. Pode ser que tal interesse se dê em função do aumento da arrecadação municipal com IPTU ou que a ação seja fruto de reivindicações dos próprios moradores, em busca de melhor acesso a equipamentos e serviços públicos.

De maneira geral, pode-se dizer que há dois tipos de ocupação espacial dos setores de transição. O mais antigo, iniciado na década de 1960 e que se intensificou nas décadas seguintes (principalmente no final dos anos 80), ocorre com as ocupações irregulares das periferias dos setores urbanos. Pelo fato de não haver planejamento por parte das prefeituras, estas áreas “urbanas” se localizaram em áreas classificadas como “urbanas isoladas” até os anos 2000. Em 2010, muitas delas passaram a fazer parte da malha urbana efetivamente, como pode ser observado na Figura 2, na região da “cordilheira da pobreza”, sendo Monte Mor o caso emblemático. Tais áreas urbanas recém-criadas não são fruto de planejamento, mas sim resultado não controlado da expansão territorial e, portanto, estão “fora” dos padrões e dos

marcos legais municipais. Assim, as áreas mais isoladas no passado agora fazem parte da “cidade real”, mas não necessariamente da cidade “legal”.

O “novo” tipo de ocupação do solo, visualizado principalmente a partir dos dados do Censo de 2010, na categoria de “área rural de extensão urbana”, mostra uma ocupação de zonas mais afastadas dos centros urbanos municipais, contíguas às zonas rurais propriamente ditas. Como visto, estas ocupações são, em sua maioria, constituídas por bolsões de condomínios fechados e residências particulares em terrenos de mais de 500 m². Pelas análises dos setores estudados em Itatiba (Parque São Gabriel) e Cosmópolis (bairro “sem nome”), por exemplo, constata-se que há uma população mais jovem e com maior renda que procura por melhores condições de bem-estar, lazer e segurança. Contudo, tal qual o tipo de ocupação anterior, muitas destas ocupações são irregulares, tanto no setor rural quanto no todo.

Estes resultados abrem espaço para uma agenda de pesquisa que explore o tipo de ocupação que se dá nas áreas de “transição rural”. Seria possível desvendar como os estratos sócioeconômicos mais altos se apropriam das melhores áreas da região, áreas que tendem a ser mais isoladas e inseridas acerca da natureza, tal como seria importante entender como parecem impedir a fixação de outros estratos nas cercanias. Igualmente, outra atenção deveria ser dada a áreas de “transição urbano”, uma vez que os dados sugerem que são áreas precárias. Portanto, é importante levantar o histórico de formação e localização destas áreas e seu padrão espacial de ocupação.

A presente dissertação mostra ainda indícios que confirmam os estudos de Cunha (2016) e de Cunha e Falcão (Coord., 2017). Estes estudos sustentam, entre outras afirmativas, que a RMC continua sendo uma região “dividida” pela Rodovia Anhanguera (configurando o que se chamou de “cordilheiras da pobreza e da riqueza”), que há de fato uma intensificação da homogeneidade e da exclusividade da “cordilheira da riqueza” e que, de forma gradual, ocorre uma modificação do “outro lado” da região, que passa a ser opção aos setores dos estratos sócioeconômicos intermediários.

Espera-se que o presente estudo tenha contribuído para a melhor compreensão do fenômeno da expansão intraurbana, especialmente nas “áreas de transição”, e para o entendimento de suas implicações sobre diferentes espaços. Nesse sentido, acredita-se que as políticas públicas e de desenvolvimento podem se valer do conhecimento sobre as características sócioeconômicas e demográficas de sua população para melhor equacionar e planejar o futuro do processo de expansão das cidades.

Finalmente, espera-se que esse estudo contribua também para dar maior especificidade à discussão da “nova configuração do rural paulista”, em particular naquilo que se refere à dinâmica e localização da população no espaço. Claramente, a RMC não passa por um processo de “volta ao campo”, como pareciam sugerir as estatísticas apresentadas relacionadas ao crescimento populacional pelas categorias dicotômicas rural e urbano. No entanto, isso não invalida em absoluto os importantes achados que dão conta das novas relações entre o urbano e rural. Esses achados têm como objetivo gerar conhecimento sobre os processos sociais, demográficos e de alocação infraestrutural que afetam estas áreas. O uso dessa categoria espacial se justificaria, portanto, em função do seu potencial para analisar as relações entre os espaços rural e urbano, em uma grande aglomeração urbana, e para analisar o processo de ocupação territorial. Seu interesse ainda reside no fato de que, ao classificar desta forma o território, poder-se-ia contribuir para o planejamento, por parte do poder público, sob duas óticas: quanto aos descuidos e expulsão dos menos favorecidos para as periferias e quanto aos privilégios (ou vistas grossas) concedidos aos que podem pagar pelo direito de morar em lugares ambientalmente agradáveis e providos de infraestrutura e mobilidade.

4. BIBLIOGRAFIA

- AGEMCAMP/FUNDAP. *Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social*. Campinas. 2009.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (Org). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP. 2011.
- BENKO, G., LIPIETZ A. *As regiões ganhadoras. Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia económica*. Oeiras: Celta Editora. 1994
- BOGART, W. T. *Don't Call it Sprawl: Metropolitan Structure in the 21st century*. Cambridge University Press, 2006.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, 342 p.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002
- BURNLEY, I. H.; MURPHY, P.A. Ex-Urban Development in Australia and the United States: Through a Glass Darkly. *Journal of Planning Education and Research*, 14, 245-254. 1995
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Campinas: Embrapa/Unicamp, 2000 (4 volumes).
- CAMPOS FILHO, C. M. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. São Paulo: Nobel, 1992
- CANO, W. *Desconcentração produtiva do Brasil 1970-2005*. São Paulo, Editora Unesp. 2008
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- CASTELLS, M. *La era de la información*. Madrid: Alianza editorial, 1998.

CELADE. Urbanización y evolución de la población urbana de América Latina, 1950-1990. In *Boletín Demográfico*, (LC/G.2140-P) Santiago de Chile, year 33, Special issue. 2001.

CERON, A. O.; DINIZ, J. A. F. O uso de fotografias aéreas na identificação das formas de utilização agrícola da terra. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 2, n. 28, p. 161-173. 1966

CHAMPION, A. G.; HUGO, G. *New forms of urbanization: Beyond the urban-rural dichotomy*. Aldershot, England: Ashgate, 2004.

COLLINS ENGLISH DICTIONARY. *Collins English Dictionary – Complete and Unabridged*, 12th Edition 2014. Disponível em: <<http://www.thefreedictionary.com/>>. Acesso em : 30/06/2016

CUNHA, J. M. P. Urbanization and Metropolitanization in Brazil: Trends and Methodological Challenges. IN: CHAMPION, A. G; HUGO, G. *New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy*. England: Ashgate Publishing, 2004.

CUNHA, J.M.P. *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP. 2006.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007. In: CUNHA, J. M. P. (Org). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO/UNICAMP. 2011.

CUNHA, J. M. P. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 33, n.1, p.99-127, jan./abr., 2016.

CUNHA, J. M. P.; FALCÃO, C. (Coord.). *Campinas metropolitana: diversidades socioespaciais*. Volume 2. Campinas: Nepo/Unicamp, 2017. No prelo.

CUNHA, J. M. P; FONSECA, R. B. (Coord.). *Campinas metropolitana: diversidades socioespaciais*. Volume 1. Campinas: Nepo/Nesur/Unicamp, 2004. Atlas. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/atlas/atlas_RMC/indice.htm>. Acesso em: 20/01/2017.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E; JIMENEZ, M. A.; TRAD, I. L. (2006) "Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas". IN: CUNHA, J. M. P (Org). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP. 2006

CUNHA, J. M. P.; JIMÉNEZ, M. A. "Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas." IN: CUNHA, J. M. P (Org). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEPO/UNICAMP. 2006

CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Transition Space: New Standpoint on São Paulo State's (Brazil) Population Redistribution Process. *Conferência da IUSSP*, Bahia, Agosto de 2001

CUNHA, J. M. P.; SOBREIRA, D. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. *Revista Latinoamericana de Población*, ano 1, n. 2, pp. 99-125. 2008.

CUNHA, J. M. P; STOCO, S.; DOTA, E. M; NEGREIROS, R.; MIRANDA, Z. A. I. A mobilidade pendular na Macrometropole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. *Caderno da metropole*, São Paulo, v.15, n.30, pp.433-459, jul/dez. 2013

DA SILVA, J. A. *Direito urbanístico brasileiro*. 2a ed. São Paulo: Malheiros, 1.997. p. 307.

DEMATTEIS, G. "Suburbanización y periférisación. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas". In MONCLÚS, J. (Org.): *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, pp.17-34. 1998.

GARRREAU, J. *Edge City: Life on the New Frontier*. Anchor Books, 1991.

GASPARINI, D. *Município e o Parcelamento do Solo*. 2ª Ed.. São Paulo: Saraiva, 1988.

GOTTMANN, J. *Megalopolis; the urbanized northeastern seaboard of US*, Cambridge: MIT Press. 1961

GOLDSTEIN, S. SLY, D.F. The Measurement of Urbanization and Projection of Urban Population, *Working Paper 2 - IUSSP*, Belgium. 1975

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010.

GRUBER, R. R. *Loteamento fechado, condomínio de lotes e condomínio deitado mutável*. 2015. Disponível em: <<http://www.notoraído.org.br/index.php?pG=X19>> Acesso em: 2016-01-25

GUTFREUND; O. D. *20th-Century Speawl – Highways and the Reshaping of the American Landscape*. Oxford – NewYork. 2004

HUGO, G.; CHAMPION, A.; LATTES, A. Changing forms of humansettlement: conceptual challenges for population studies. In: *Conference on New Forms of Urbanization: conceptualizing and measuring human settlement in the twenty-first Century*. IUSSP Working Group on Urbanization. Bellagio, Italy, 2002.

IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999*. Rio de Janeiro: IBGE. 2001

KIEFER, M. J. Suburbia and Its Discontents – Notes from the Sprawl Debate. In: *Harvard Design Magazine*, No. 19, set. 2003. Disponível em: <http://www.gsd.harvard.edu/research/publications/hdm/back/19_onplanning.pdf> Acesso em: 20/04/2016

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LAGO, L. C. Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e segregação urbana. *Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte. 2003

LATTES, A.; RODRÍGUEZ, J.; VILLA, M. “Population dynamics and urbanization in Latin America. Concepts and data limitations”. *IUSSP Expert Meeting*. Bellagio, Março 2002

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LIMA, R. N. Google Earth aplicado a pesquisa e ensino da geomorfologia. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 17-30, 2012.

LIMONAD, E.. Entre a Urbanização e a Sub-Urbanização do Território. In: *Encontro Nacional Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento*

Urbano E Regional, 11., 2005, Anais... Salvador: FAU/UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anais/ena11/273.pdf>> Acesso em: 01/03/2016.

LUCHIARI, A.; KAWAKUBO, F. S.; MORATO, R. G. Técnicas de Sensoriamento Remoto. In: VENTURI, L. A. B. *Geografia: Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula*. São Paulo, Sarandi, 2011

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo, Hucitec.1996

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, L. I. B. de. *Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife-PE*. Tese de Doutorado. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco. 2008.

MIRANDA, Z. A. I de. *A incorporação de áreas rurais às cidades: um estudo-de-caso sobre Campinas, SP*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. 2002.

MONTE-MÓR, R. L. de M. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, jan. 2006. (Texto para discussão, 281).

MULLER, G. *A dinâmica da agricultura paulista*. São Paulo, Seade (Série São Paulo 1980, v2). 1985.

NAKANO, K. A.; CUNHA, J. M. P. A Rio+20 e os desafios da crise urbana. In: MARTINE, G.; OJIMA, R.; BARBIERI, A. F.; CARMO, R. L. *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais*. Belo Horizonte: ABEP, 2012, p.163-174

NEGREIRO, R; SANTOS, S. Aspectos da função do direito urbanístico. In Fernandes, Edésio (org). *Direito Urbanístico e Político Urbana no Brasil*. Editora Del Rey, Belo Horizonte, 2001.

NEGRI, B. A interiorização da indústria paulista, 1920-1980. In: CANO, W (Org). *A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo, Ano 1920-1980*. São Paulo, Seade (Coleção economia paulista; v.1, n.2). 1988

NEVES, I. M. Z. C.; CUNHA, J. M. P. Urbanismo, demografia e as formas de morar na metrópole: um estudo de caso da Região Metropolitana de Campinas. *Caderno da Metrópole*, São Paulo, v.12, n. 23, pp.211-237, jan/jun. 2010.

OJIMA, R. *Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. 2007.

OJIMA, R.. Novos Contornos do Crescimento Urbano Brasileiro? O Conceito de Urban Sprawl e os Desafios para o Planejamento Regional e Ambiental. In: *GEOgraphia*, Vol. 10, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/234/221>> Acesso em: 02/04/2016.

OLIVEIRA, M. Z.; VERONEZ, M. R; TURANI, M.; REINHARDT, A.O. Imagens do Google Earth para fins de planejamento ambiental: uma análise de exatidão para o município de São Leopoldo/RS. In: Gerald Jean Francis Banon (INPE); Lise Christine Banon (INPE). (Org.). *XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*. 1 ed. São José dos Campos/SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 2009, v. 1, p. 1835-1842, 2009.

PAVIANI, Aldo. Mudança ou transformação na cidade: uma abordagem preliminar. *Geosul*, v. 9, n. 17, p. 27-40, 1994.

PERA, C. K. L. *Processo contemporâneo de expansão urbana: legislação urbanística e lógicas de produção do espaço urbano – estudo da região metropolitana de Campinas*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Puc. 2016

PIRES, Maria C. S. *Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. 2007, 178p

REIS, N. G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RODRIGUES, I. *A demografia da vida rural paulista*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. 2001.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015. 424p.

SABINO, J. L. Parcelamento do solo em zona urbana. Qualificação urbanística da zona urbana e da zona rural. In: *Ambito Juridico*, Rio Grande, XVII, n.125, jun 2014. Disponível em:<http://www.ambito-jurifico.com.br/site> Acesso em fev 2016.

SANTORO, P. F.; COBRA, P. L.; BONDUKI, N. Cidades que crescem horizontalmente: instrumentos para o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano em municípios do interior paulista. *Revista Cadernos Metr pole*, S o Paulo, n. 24, 2010, p. 417-433.

SILVA, D. D.; GUIMARAES, A. C. M. Uma an lise do discurso na cidade: um estudo de caso em S o Jos  dos Campos quanto   participa o popular no processo do plano diretor da cidade. In: *VII Encontro Latino Americano de P s-Gradua o da Universidade do Vale do Para ba*. Anais...S o Jose dos Campos/SP. 2007. (CD-ROM)

SILVA, J. G. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Cole es Pesquisas, 1999, 153 p.

SILVA, J. G. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. *Estudos Avan ados* 15 (set/dez n.43), 2001. SP.

SILVA, J. M. P. da. Habita o de interesse social e as legisla es municipais da regi o metropolitana de Campinas. *Revista Ambiente Constru do*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 2011, p. 55-71.

SINGER, P. *Economia pol tica da urbaniza o*. S o Paulo: Brasiliense, 1977

SPONCHIADO, D. F. M. da. *Para dentro das portarias, por det rs das cancelas: caracter sticas e condicionates da autossegrega o das elites em Campinas*. Disserta o de Mestrado. Campinas: Unicamp. 2016

TARTAGLIA, J. C; OLIVEIRA, O. L. Agricultura paulista e sua din mica regional, 1920-1980. In: CANO, W (Org). *A interioriza o do desenvolvimento econ mico no estado de S o Paulo, Ano 1920-1980*. S o Paulo, Seade (Cole o economia paulista; v.1, n.2). 1988.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do Entulho Varguista Ao Zoneamento Ecológico-Econômico. *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia*. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia. 2001

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Stúdio Nobel/FAPESP, 1998.